

**UFRRJ**  
**INSTITUTO DE AGRONOMIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**  
**AGRÍCOLA**

**DISSERTAÇÃO**

**DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA**  
**MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA**  
**MINIGUITE EM BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES**

**DANIELE MOURA ROSA**

**2021**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL  
FAMÍLIA AGRÍCOLA “JACYRA DE PAULA MINIGUITE” EM  
BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES**

**DANIELE MOURA ROSA**

*Sob Orientação da Professora*  
**Dra. Liz Denize Carvalho Paiva**

*e Coorientação da Professora*  
**Dra. Nádia Maria Pereira de Souza**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ  
Abril de 2021**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

R789d ROSA, DANIELE MOURA , 1978-  
DESAFIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA MUNICIPAL  
FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITE EM BARRA  
DE SÃO FRANCISCO - ES / DANIELE MOURA ROSA. -  
SEROPÉDICA, 2021.  
85 f.: il.

Orientadora: Liz Denize Carvalho Paiva.  
Coorientadora: Nádia Maria Pereira de Souza.  
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal  
Rural do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2021.

1. Gestão Democrática. 2. Associação de Pais da  
Escola Família Agrícola. 3. Projeto Político-Pedagógico.  
4. Educação no Campo. I. Paiva, Liz Denize Carvalho ,  
1969-, orient. II. Souza, Nádia Maria Pereira de ,  
1962-, coorient. III Universidade Federal Rural do  
Rio de Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO  
AGRÍCOLA. IV. Título.

"O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001 "This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001"

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO  
INSTITUTO DE AGRONOMIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**DANIELE MOURA ROSA**

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM: 19/04/2021

---

Liz Denize Carvalho Paiva, Dra. UFRRJ

---

Lia Maria Teixeira de Oliveira, Dra. UFRRJ

---

Jane Rangel Alves Barbosa, Dra. UCB

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente à Deus, por sempre colocar pessoas maravilhosas em meu caminho, as quais me fazem acreditar em um mundo melhor e me encorajam a prosseguir. Obrigada por nunca soltar a minha mão e me guiar em todos os momentos.

Aos meus pais, João Rosa (in memória) e Maria da Penha, que nunca mediram esforços para me ensinar o caminho do bem, e sempre me apoiaram em todas as etapas da minha vida. Sem vocês, eu não chegaria até aqui. Muito obrigada por tudo! O amor que sinto por vocês é incondicional.

À minha família, meu esposo Emílio, minhas filhas Keilley e Angelina, sinônimos de amor e união. Obrigada por acreditarem no meu sonho e sempre me motivar a seguir em frente. É muito bom saber que posso contar com vocês em todos os momentos. Amo vocês!

À minha orientadora, Professora Liz Denize Carvalho Paiva, pela oportunidade de realizar este trabalho, obrigada pela confiança e por me atender com paciência todas as vezes que solicitei. Muito obrigada por tudo! A minha coorientadora, professora, Nádía Maria Pereira de Souza por toda a ajuda durante a realização deste trabalho. Muito obrigada! Aos professores do programa de pós-graduação em Educação Agrícola, em especial ao professor Gabriel, pelos ensinamentos que transcendem os limites da Universidade, por todo conhecimento transmitido durante o curso de Mestrado, e pela convivência agradável no dia a dia.

## RESUMO

ROSA, Daniele Moura, **Desafios da Gestão Democrática na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite” em Barra de São Francisco – ES**. 2020. 85f. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

O estudo abordou os desafios da gestão democrática na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite” em Barra de São Francisco - ES. A gestão vem sendo discutida e revista no âmbito teórico ao longo do tempo. No entanto, as práticas de gestão existentes na maioria das escolas parecem perpétuas, intocáveis e distantes de uma ação reflexiva que possa gerar transformações sociais. Compreendemos que dentre as concepções de gestão existentes, a gestão democrática se destaca por seu caráter emancipador. O objetivo geral deste trabalho foi analisar as concepções de gestão, na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”, no município de Barra de São Francisco, no Espírito Santo, com vistas à percepção dos seus desafios e avanços. O *locus* do estudo é uma instituição pública municipal, vinculada à Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Zona Rural. A escola adota a proposta da pedagogia da alternância, em que a participação coletiva dos atores sociais e da Associação de Pais da Escola da Família Agrícola (APEFA) devem ser a base do processo de planejamento participativo e gestão democrática. A pesquisa de natureza qualitativa fez uso de fontes bibliográficas e documentais, e, principalmente, referenciou-se no estudo do projeto político-pedagógico da escola, com análise das atas das reuniões, relatos de documentos institucionais e de registros oficiais da APEFA. Os resultados da pesquisa revelaram que a gestão democrática na escola em questão está em processo de desenvolvimento, mas ainda se constitui um desafio a ser enfrentado pela comunidade.

**Palavras-chave:** Gestão Democrática. Associação de Pais da Escola Família Agrícola. Projeto Político-Pedagógico. Educação no Campo.

## ABSTRACT

ROSA, Daniele Moura, **Challenges of Democratic Management at the Jacyra de Paula Miniguite Municipal Agricultural School in Barra de São Francisco - ES.** 2020. 85p. Dissertation (Master in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2021.

The study addressed the challenges of democratic management in the Municipal Agricultural Family School “Jacyra de Paula Miniguite” in Barra de São Francisco - ES. Management has been discussed and revised theoretically over time. However, the existing management practices in most schools seem perpetual, untouchable and far from a reflexive action that can generate social transformations. We understand that among the existing management concepts, democratic management stands out for its emancipatory character. The general objective of this work was to analyze the conceptions of management, in the Municipal Agricultural Family School “Jacyra de Paula Miniguite”, in the municipality of Barra de São Francisco, in Espírito Santo, with a view to the perception of its challenges and advances. The locus of the study is a municipal public institution, linked to the Municipality of Barra de São Francisco through the Municipal Department of Education and Culture, located in the Rural Zone. The school adopts the proposal of the alternation pedagogy, in which the collective participation of social actors and the Association of Parents of the Agricultural Family School (APEFA) should be the basis of the process of participatory planning and democratic management. The qualitative research made use of bibliographical and documental sources, and, mainly, it was referenced in the study of the political-pedagogical project of the school, with analysis of the minutes of the meetings, reports of institutional documents and official records. of APEFA. The research results revealed that democratic management in the school in question is in the process of development, but it is still a challenge to be faced by the community.

**Keywords:** Democratic Management, Parents' Association, Political-pedagogical project.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Figura 1:</b> Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” .....	33
<b>Figura 2:</b> Atividade Interna com os Estudantes da EMFA Jacyra de Paula Miniguite .....	33
<b>Figura 3:</b> Passeata com os Estudantes da EMFA Jacyra De Paula Miniguite.....	34
<b>Figura 4:</b> Plantio do Milho com os Estudantes da EMFA Jacyra De Paula Miniguite .....	34
<b>Figura 5:</b> Práxis Pedagógica com os Estudantes da EMFA Jacyra de Paula Miniguite.....	36



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 01:</b> Dados do Censo das Cidades.....	29
<b>Tabela 02:</b> Dados Educacionais do Município de Barra de São Francisco – ES .....	30

## **LISTA DE QUADROS**

<b>Quadro 01:</b> Concepções de Organização e Gestão Escolar .....	25
--	----

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>1</b>
<b>1 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: A GESTÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA PÚBLICA</b> .....	<b>5</b>
1.1 Projeto Político-Pedagógico na Escola .....	5
1.2 Construção do Projeto Político- Pedagógico na Escola.....	15
1.3 Gestão Escolar Democrática .....	17
1.3.1 Gestão na escola: concepções em questão.....	19
1.4 Conselhos Escolares: Possibilidades e Ações.....	27
<b>2 ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA”JACYRA DE PAULA MINIGUITE” - LÓCUS DO ESTUDO</b> .....	<b>29</b>
2.1 As Relações entre o Projeto Político-Pedagógico e a Pedagoga da Alternância .....	39
<b>3 RESULTADOS E DISCUSSÃO</b> .....	<b>43</b>
3.1 Características da Gestão Escolar Implantada .....	43
3.2 Desafios e Avanços Assumidos pela Gestão Pedagógica Escolar.....	45
<b>4 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>50</b>
<b>5 REFERÊNCIAS</b> .....	<b>53</b>
<b>6 ANEXOS</b> .....	<b>61</b>
<b>Anexos 01:</b> Proposta de organização curricular de educação básica, séries do ensino fundamental: anos iniciais. ....	62
<b>Anexos 02:</b> Proposta de organização curricular de educação profissional técnica de nível médio. ....	63
<b>Anexos 03:</b> Reorganização do calendário escolar – 1º e 2º série, ensino médio, turma de 2020 – devido à pandemia da COVID 19. ....	64
<b>Anexos 04:</b> Reorganização do calendário escolar da 3º série – ensino médio, turma 2020 – devido à pandemia da COVID 19.....	65
<b>Anexos 05:</b> Fundamentação legal referente aos dias letivos, a carga horária anual e a reposição referente à situação emergencial da pandemia da COVID-19 .....	66
<b>Anexos 06:</b> Distribuição da carga horária da reorganização do calendário escolar 2020 devido à pandemia da COVID-19 .....	67
<b>Anexos 07:</b> Distribuição da carga horária da reorganização do calendário escolar 2020 devido à pandemia da COVID 19 (2).....	68
<b>Anexos 08:</b> Quadro de movimento mensal dos alunos da rede municipal de ensino, ano 2020 .....	69
<b>Anexos 09:</b> Ata da assembleia ordinária da AEFAEP .....	70
<b>Anexos 10:</b> estatuto social da APEFA (vide as próximas páginas) .....	76

## INTRODUÇÃO

Ao final do ano de 1998 eu residia em minha cidade natal, Barra de São Francisco, no estado do Espírito Santo- ES, quando prestei vestibular e fui aprovada para o curso de Pedagogia com Habilitação em Supervisão Escolar nas Faculdades Integradas Castelo Branco – FICAB, situada na cidade de Colatina – ES. Escolhi este curso pela ampla abrangência de oportunidade de trabalho na região. Estudei por três anos no período vespertino, quando pude aprofundar meus conhecimentos e, no ano seguinte, tranquei minha matrícula e passei um ano morando nos Estados Unidos da América visando aperfeiçoar meus conhecimentos. No ano de 2000 já estava de volta ao Brasil e retornei meus estudos ainda no período da tarde. Somente no ano da conclusão precisei transferir meu curso para o turno da noite, pois comecei a trabalhar no Departamento Estadual de Trânsito - DETRAN/ES e por lá fiquei por sete anos. Em 2005 fiz uma nova graduação no Curso Superior de Tecnologia em Rochas Ornamentais pela União de Ensino São Francisco – hoje nomeada como Faculdade São Francisco. Continuei trabalhando no DETRAN/ES até setembro de 2009. No ano de 2010 prestei concurso público na Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, quando obtive o êxito de ser aprovada em 1º lugar ocupando o cargo de Orientador Educacional. O curso que colaborou nesta aprovação foi a especialização em Gestão Escolar com Habilitação em Administração, Supervisão, Orientação e Inspeção.

Nesta especialização apresentei a monografia cujo tema foi Avaliação Escolar no Relacionamento Professor-Aluno, obtendo aprovação com louvor. Em 2011, já efetiva, concluí outro curso de especialização em Séries Iniciais do Ensino Fundamental e Infantil com apresentação da monografia A Aprendizagem da Educação Ambiental Nas Séries Iniciais, obtendo também aprovação.

Em abril de 2010, iniciei como Orientadora Educacional na Escola Municipal Elizabeth Trzoseki da Silva, situada no distrito de Vila Paulista, em Barra de São Francisco-ES. A escola atendia cerca de 600 alunos nas modalidades Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, onde permaneci por quatro anos, prestando serviço, posteriormente, por dois anos na Escola Municipal Sebastião Albano. Em 2016 participei de um concurso de remoção, quando removi minha cadeira da Escola Municipal Elizabeth Trozoski da Silva para o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI Irene Ribeiro da Silva, na sede do município. Em fevereiro de 2017 participei de uma eleição, onde fui eleita com a maioria dos votos, atuando como gestora até 2018. Atualmente, em 2021, estou lotada na Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC, tendo ingressado por meio de um concurso de remoção, atuando na coordenação da Educação do Campo do ensino fundamental nas séries iniciais.

A Gestão vem sendo discutida e revista na perspectiva teórica por alguns autores nas últimas décadas. A escola pública enfrenta desafios que a levam a assumir-se como promotora de mudança e transformação social, o que fortalece sua missão diante das novas demandas da sociedade. Transformar a Gestão Escolar para melhorar a qualidade da educação tem vários significados e implicações. É um processo de mudança de longo prazo, cujo núcleo é o conjunto de práticas de atores escolares, dentre eles: gestores, professores, alunos, pais, supervisores, assessores e equipe de apoio. O esforço coletivo se direciona a criar e a consolidar diferentes formas para o alcance da eficácia, eficiência e equidade na escola.

A Gestão Escolar é um dos processos essenciais que impulsionam a conquista da qualidade, pois através dela pode-se criar as condições necessárias para promover avanços na aprendizagem, melhorar a consecução dos objetivos institucionais e estabelecer ambientes apropriados para o aprendizado e formação dos diferentes membros da comunidade educativa. A Gestão Escolar pode ser entendida como a capacidade de liderar uma instituição

educacional com o foco principal no processo de ensino-aprendizagem, envolvendo os princípios, dimensões e fatores que nela interagem.

A Gestão Escolar implica, entre outras coisas, as distintas ações que o diretor do campus é capaz de realizar, de forma coletiva e dinâmica para atingir adequadamente o objetivo central de uma escola, isto é, a formação humana de seus alunos. Essas formas, necessariamente, têm a ver com a maneira pela qual as decisões são tomadas e, acima de tudo, com o tipo de inter-relações que o campus promove, favorece, aceita, tolera, rejeita ou sanciona.

Com esta pesquisa acredita-se que a comunidade científica possa despertar para a relevância do tema, investindo mais esforços em pesquisas, subsídios e suporte às Escolas Famílias Agrícola brasileiras que enfrentam desafios estruturais de Gestão.

Ressalta-se que o percurso metodológico desta investigação precisou ser alterado e o cronograma ajustado em função da pandemia da Covid-19. Por conta desse momento atípico, a pesquisa de campo não pôde ser realizada, visto que a coleta se daria em abril de 2020, período em que havia um grave risco à saúde da sociedade.

Assim, os objetivos foram ajustados e a metodologia foi direcionada especificamente para os aspectos bibliográficos e documentais, constituindo-se como uma limitação do estudo. Contudo, a relevância científica e social, manteve-se evidenciada, tendo em vista a necessidade de discussões aprofundadas sobre as especificidades das Escolas articuladas às famílias agrícolas brasileiras.

O objetivo geral deste trabalho foi caracterizar as concepções de Gestão na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”, no município de Barra de São Francisco – ES, com vistas à percepção dos seus desafios e avanços.

De modo a alcançar o objetivo geral foram elaborados os seguintes objetivos específicos: 1- Descrever as concepções de planejamento educacional, gestão escolar, gestão democrática, autoavaliação institucional e o conselho escolar, destacando a importância da participação da associação dos pais neste processo; 2- Expor os elementos do projeto político-pedagógico, destacando sua importância para educação na perspectiva do planejamento participativo e da gestão democrática; e 3- Verificar as concepções de gestão educacional apontadas nos documentos oficiais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”, descrevendo a existência de indicadores de gestão democrática, com ênfase nas atas da Associação de Pais da Escola Família Agrícola (APEFA).

A primeira incursão na ambiência do *lôcus* da pesquisa foi um estágio de vivência pedagógica na referida escola que se estrutura em função da proposta metodológica da Pedagogia da Alternância. Nesta ocasião eu pude desenvolver a observação sistematizada no diário de campo, utilizado como um dos instrumentos de coleta de dados. Nesta perspectiva, além da formação profissional, leva-se em consideração todas as dimensões da pessoa, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade, ajudando, assim, a construir o Projeto de Vida/Profissional junto à família e o meio em que vive.

A Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete” atende alunos do Ensino Fundamental séries finais 6º ao 9º ano e o Ensino Médio integrado ao curso Técnico em Agropecuária, da 1ª a 3ª série.

O foco da Pedagogia da Alternância, desenvolvido pela Escola Municipal Família Agrícola - EMFA é o estudante como centro e sujeito do processo educativo situado no seu meio. É necessário que o camponês se aproprie dos serviços públicos que lhe são de direito e que podem atender as suas reivindicações na luta e conquista de seus objetivos e necessidades.

Foram analisados documentos da escola para elaboração do relatório de estágio, focando na gestão pedagógica escolar e posteriormente utilizados nesta pesquisa. O Diário de Campo em estudos de Ciências Humanas e Sociais tem sido empregado para descrever uma aproximação do pesquisador à realidade pesquisada, trazendo à tona expressões e singularidades de vivências dos atores sociais estudados historicamente. Ainda discorrendo sobre o diário de campo, Macedo (2010) menciona que:

Além de ser utilizado como instrumento reflexivo para o pesquisador, o gênero diário é, em geral, utilizado como forma de conhecer o vivido dos atores pesquisados, quando a problemática da pesquisa aponta para a apreensão dos significados que os atores sociais dão à situação vivida. O diário é um dispositivo na investigação, pelo seu caráter subjetivo, intimista. (MACEDO, 2010, p. 134).

Assim, nesta incursão inicial, foram coletados e utilizados dados quantitativos e qualitativos, sem perder de vista a ênfase qualitativa, pois, conforme Minayo (2010), na tratativa de pesquisa em Ciências Sociais, fica difícil estabelecer as fronteiras de qualitativo e quantitativo.

A *pesquisa* qualitativa assume que as ideias, valores e pensamentos dos pesquisadores têm uma influência significativa no processo de pesquisa. A realidade social é interpretada através dos filtros pessoais do pesquisador e, portanto, considera-se que refletir sobre a própria posição é um requisito fundamental para garantir a qualidade da pesquisa e favorecer a transparência dos dados produzidos.

De acordo com Gil (2008, p.42), “a abordagem qualitativa é utilizada de forma a ajudar a clarificar perspectivas conflituosas acerca do tema e a estimulá-los a questionar suas hipóteses”. Assim, seguiu-se esta metodologia principalmente por acreditar que através dela é possível exercitar a consciência, com motivação para criticar e analisar com consistência e, assim, explorar mais profundamente as circunstâncias a serem estudadas. Esta metodologia, aqui defendida, se assenta no processo indutivo, ou seja, parte da observação do fenômeno, visto que seu indicador é a sua natureza empírica, pensando a partir do particular para o geral. Desse modo, em uma pesquisa qualitativa as respostas dos inquiridos não são objetivas, visto que o propósito do investigador não será a contagem dos resultados, mas sim a compreensão do comportamento, das ideias e das opiniões dos participantes da investigação. Em geral, com essa metodologia, os números de participantes estão restritos ao contexto, ou, de forma mais geral, às proximidades com o contexto investigado desde que estejam ligados, envolvidos ou relacionados entre si.

Os procedimentos metodológicos necessários para o desenvolvimento da presente pesquisa apresentaram uma abordagem qualitativa, pois têm como premissa a coleta, a descrição e a análise de dados a fim de conhecer as políticas públicas na educação e compreender de que forma estas estão interligadas com o processo de gestão democrática na escola. Os principais procedimentos de pesquisa que foram utilizados nesta investigação foram: pesquisa teórica ou bibliográfica.

Conforme os estudos de Minayo (2008), a Pesquisa Bibliográfica é utilizada para buscar informações junto a literatura sobre estudos e pesquisas que já foram realizados sobre o assunto. Para tanto, foram utilizados Banco de Dados científicos, Bibliotecas Virtuais, Bibliotecas Físicas e Acervos Virtuais e Físicos, que contém informações ou dados relacionados ao tema de referida pesquisa. Foram utilizadas, também, revistas eletrônicas indexadas em bases oficiais, principalmente revistas qualificadas pela Coordenação de Aperfeiçoamento da Educação Superior (CAPES) e base de dados como *Scielo*, *Scopus*, dentre outras.

O referencial teórico que trata da temática foi analisado criticamente, servindo de embasamento teórico para a pesquisa, possibilitando a construção de conhecimentos

significativos com o intuito de identificar a importância da Gestão Escolar democrática e participativa como elemento básico da educação escolar brasileira. Soma-se a pesquisa documental que ofereceu um cenário de múltiplas possibilidades de análise como base de conhecimento material utilizada para consulta sobre o assunto proposto nesse estudo e que estão disponíveis ao pesquisador para descrever e/ou explicar os problemas, aproximando-se de alguma forma do objeto da pesquisa. A pesquisa documental é um procedimento científico, um processo sistemático de investigação, coleta, organização, análise e interpretação de informações ou dados em torno de um tópico específico. Como outros tipos de pesquisa, este método é propício para a construção do conhecimento (MALHOTA, 2012).

Neste contexto, Minayo (2001) ressalta também que a pesquisa documental tem a particularidade de utilizar como fonte primária de insumos, mas não único e exclusivo, o documento escrito em suas diferentes formas: impresso, eletrônico e audiovisual.

Assim, diante das escolhas metodológicas relatadas, apresentamos a seguir a estruturação da dissertação: no primeiro capítulo intitulado “Referencial teórico-metodológico: a gestão educacional na escola pública”, foram abordados conceitos e concepções de Projeto Político-Pedagógico (PPP), Gestão Educacional, Gestão Democrática e Conselhos Escolares. No segundo capítulo foi realizada a descrição das singularidades da Escola Municipal Jacyra de Paula Miniguite, *locus* deste estudo. No terceiro capítulo foram discutidos os resultados dos dados da pesquisa, destacando as características da gestão implantada na escola, além dos desafios e avanços assumidos pela gestão pedagógica escolar. Por fim, foram desenvolvidas as considerações finais sobre o estudo, tecendo os principais aspectos empreendidos na instituição de ensino, envolvendo as dificuldades e as ações exitosas na gestão, que necessitam ser absorvidas, refletidas, analisadas e aprimoradas pelos atores sociais da comunidade escolar.

# **1 REFERENCIAL TEÓRICO METODOLÓGICO: A GESTÃO EDUCACIONAL NA ESCOLA PÚBLICA**

Para realizar a pesquisa no âmbito da gestão democrática foi preciso estudar as principais concepções de gestão referenciadas na educação, em especial, em uma escola pertencente à esfera municipal e com raízes históricas assentadas nas práticas sociais das Famílias Agrícolas.

Deste modo, neste capítulo abordamos três tópicos, que juntos, fazem parte das características da gestão empreendida nas instituições de ensino, tendo como elementos fundantes a coletividade e a participação. Foram eles: o Projeto Político-Pedagógico, a Gestão Escolar democrática e os conselhos escolares.

## **1.1 Projeto Político-Pedagógico na Escola**

Após a consolidação da Constituição Brasileira de 1988 (BRASIL, 1988), surgiu como resultado de diversos movimentos sociais educacionais, uma diferente prática relacional, em que o diálogo, o respeito às diferenças e aos distintos conhecimentos, a empatia e a valorização pela participação coletiva passou a ganhar novos significados.

Trata-se do Projeto Político-Pedagógico - PPP que se constitui em um constante exercício de cidadania, ao acolher as inquietações, necessidades e objetivos de uma parcela da sociedade descontente com ritos de autoritarismo, centralizações nas decisões institucionais, e sobretudo, com os desvios da função da escola. O PPP faz referência a qualquer instituição escolar brasileira, tendo como objetivo o caráter de autonomia às escolas, promovendo a construção de sua própria identidade. Sua função é grantida pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDB , em vigor, desde 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 1996). Lei esta que se possibilitou a a ressignificação do papel da escola junto à sociedade e para isto, um dos caminhos apontados foi na direção da construção do marco do Projeto Político-Pedagógico (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

O contexto de crescente democratização em todas as áreas e em todas as camadas da sociedade e, em particular, de crescentes demandas pela transformação da escola em uma instituição democrática, colabora para uma maior participação da comunidade na vida cotidiana da instituição de ensino, estimulando um amplo debate sobre como isso deve ser feito (LIBÂNEO, 2008).

Em geral, os sistemas democráticos dependem do engajamento político e da prontidão de seus cidadãos para participar ativamente da vida política, do debate público e dos processos de tomada de decisão. O cidadão ativo é, portanto, uma condição prévia e a própria base de uma democracia viva e funcional, e sua participação é, de fato, a legitimação do sistema. A escola se constitui como sistema preparatório para a cidadania e precisa ser fortalecida e capacitada para exercer tal papel de forma significativa (SAVIANI, 2007). De acordo com a Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), em seu art. 12, "Os estabelecimentos de ensino, respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica" (BRASIL, 1996).

Neste aspecto, percebe-se um chamamento da lei para que seja estimulada no processo educacional a realização de ações que promovam as definições das ações para atingir os objetivos da educação no sistema escolar. Nos estados democráticos, a educação é um direito básico que, via de regra, é garantido pela Constituição do país. Portanto, todos passamos por alguma forma de escolaridade, adquirindo conhecimentos, saberes, habilidades e competências. Experimentamos o sucesso e enfrentamos o fracasso; formamos amizades e



relações. Durante o ano letivo, a escola e a sala de aula se constituem no ponto focal de nossas vidas fora de casa. Nesse espaço passamos um período significativo de nossos dias e, finalmente, adquirimos certificados que nos qualificam para futuras experiências e transformações sociais (VEIGA, 2001).

A escola seria, pois, uma instituição com estruturas e regras próprias que garantiriam os processos educacionais e formativos. Por outras palavras, é simultaneamente uma instituição de aprendizagem, uma instituição social, uma organização, uma autoridade ou entidade jurídica e um local de trabalho. A escola é uma instituição que desempenha funções críticas para a sociedade: as tarefas centrais da escola para e na sociedade são assegurar a mediação e transmissão dos conhecimentos, a socialização, aptidões e competências articulados ao sistema cultural da sociedade.

Dessa forma, Veiga (2001) define o PPP como uma ação realizada de maneira intencional que engloba o pensamento da coletividade, de modo que este planejamento ultrapasse os limites de ser apenas uma proposta pedagógica. Os atores sociais envolvidos na elaboração do PPP precisariam, então, ter a preocupação em como se articular o projeto pedagógico e o político, priorizando os interesses essenciais e coletivos da comunidade escolar. Tal construção precisa se basear nas necessidades que venham a surgir no coletivo, pensando estratégias e ações que se desenvolvam de maneira delimitada para a qualidade teórica e prática, possibilitando, através das propostas, a configuração de outras realidades.

A exequibilidade da construção do PPP de forma coletiva, considerando os aspectos e a natureza da Educação do Campo são, de acordo com a Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) uma prática viável e necessária.

De acordo com Vasconcellos (1995), a atividade educativa deve responder à sociedade e à vida. É impossível planejar um futuro sem uma ação educativa adequada que responda ao potencial, ao contexto, aos problemas e às necessidades de seus principais atores.

Assim, o Ministério da Educação – MEC, este na qualidade de órgão executivo, representante do Estado, cabe a responsabilidade de promover o desenvolvimento da educação no país. Para que essa responsabilidade se exerça com excelência, a promoção da gestão escolar e da inovação educacional devem ser uma obrigação que integra todos os atores internos do sistema. Neste processo plural, que convoca a participação proativa de atores internos e externos à escola, possibilitando a criação de políticas públicas que garantam a sustentabilidade escolar, e, portanto, a transformação da educação.

É o Projeto Político Pedagógico (PPP) que orienta a gestão dos processos que se desenvolvem no interior de uma instituição de ensino com base nos princípios éticos estabelecidos na Proposta Pedagógica (princípios que fundamentam a convivência harmoniosa). O PPP articula a política educacional com a prática institucional por meio das seguintes características (PADILHA, 2001, p.76):

- Prático: porque sintetiza e orienta as ações, a metodologia e a equipe de gestão para o alcance da melhoria contínua por meio de metas a serem cumpridas, a médio e longo prazo;
- Integrativo: porque responde às expectativas dos membros da comunidade educativa, através da implementação de estratégias de trabalho em grupo, identificação de necessidades específicas e comunicação eficaz;
- Inclusivo: porque leva em conta a diversidade de necessidades e interesses centrados em todos os atores da comunidade educativa, enfatizando o interesse superior pelo cuidado de meninas, meninos, adolescentes e adultos;
- Gerador: porque promove espaços de diálogo e dá destaque a todos os membros da comunidade educativa para projetarem suas ideias sobre a tarefa educativa e sobre as necessidades de melhoria do processo de aprendizagem;

- Flexível: porque é um processo que pode ser adaptado de acordo com as necessidades de cada instituição de ensino;
- Aberto: porque pode incluir, nas dimensões da Gestão Escolar, componentes que permitam um planejamento de acordo com as características, oferta, interesses e contexto de cada instituição de ensino. (PADILHA, 2001, p.76).

A institucionalização do Projeto Político-Pedagógico mostra-se fundamental nas instituições escolares, e foi justamente por isso que ele teve o caráter obrigatório legal em vez de opcional em instituições escolares. Assim, o PPP tem seus fins bem definidos, como afirma Veiga (2001):

Inovação e projeto político-pedagógico estão articulados, integrando o processo com o produto porque o resultado final não é só um processo consolidado de inovação metodológica no interior de um projeto político-pedagógico construído, desenvolvido e avaliado coletivamente, mas é um produto inovador que provocará também rupturas epistemológicas. Não podemos separar processo de produto (2001, p. 275).

O Ministério da Educação reconhece por meio da legislação a autonomia e a gestão participativa como dois eixos fundamentais da qualidade educacional. As instituições possuem competências suficientes para tomar as suas próprias decisões e são capazes de lançar processos de mudança visando a melhoria, sendo estes os que abrem caminho para a transformação educacional (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

Contudo, mesmo que os aspectos de autonomia estejam garantidos na Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), ainda assim, a prática meritocrática e intervencionista pode ser observada nas ações das Secretarias de Educação ao encaminhar às escolas modelos a serem seguidos. Diante de questões como esta é preciso que a comunidade escolar tenha consciência de sua autonomia diante de suas características, necessidades e contextualização social.

Deste modo, a inovação educacional pode ser vista como um conjunto de ideias, processos, estratégias, por meio dos quais tenta introduzir e provocar mudanças nas práticas educacionais em vigor. Os membros de instituições educacionais podem mudar o paradigma de ver a inovação como uma atividade específica, como fazer alguma mudança relacionada às Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC. A inovação é um processo que visa “alterar a realidade atual, modificar concepções e atitudes, alterar métodos e intervenções e melhorar ou transformar, conforme o caso, os processos de ensino e aprendizagem” (VEIGA, 2004).

Salienta-se que a promoção da inovação educacional requer um conhecimento aprofundado do sistema que se pretende realizar, sendo imprescindível que a sua abordagem seja participativa. Ao mesmo tempo, os resultados da autoavaliação institucional permitem gerar ações que visem melhorar a situação atual da instituição por meio do planejamento e execução de planos de melhoria. Neste aspecto compreende-se por autoavaliação institucional o processo sistemático de avaliação realizado pela comunidade interna de uma instituição de ensino, tendo por objetivo verificar as ações praticadas que possam servir de base para a tomada de decisão. Assim, neste processo há possibilidades de retificações, revisões e aprimoramentos das ações institucionais, envolvendo a participação do coletivo acadêmico (SOUZA, 1991).

Com esta perspectiva de gestão colaborativa, o processo de construção do projeto político pedagógico pode ser a origem de muitas inovações educacionais, pois permite mostrar e solucionar as necessidades e os problemas existentes a partir da participação constante da comunidade educacional (CÂNDIDO; GENTILINI, 2017).

Nesta proposta dialógica, o diagnóstico permanente das ações, administrativas, pedagógicas e de gestão precisam ser realizadas e divulgadas para toda a comunidade,

capitaneando e considerando o contexto social, político, econômico e cultural em que a escola está envolvida, pois, de acordo com Bahia Horta (1991):

O planejamento educacional constitui uma forma específica de intervenção do Estado em educação, que se relaciona, de diferentes maneiras, historicamente condicionadas, com as outras formas de intervenção do Estado em educação (legislação e educação pública), visando a implantação de uma determinada política educacional do Estado, estabelecida com a finalidade de levar o sistema educacional a cumprir funções que lhe são atribuídas enquanto instrumento deste mesmo Estado (1991, p. 46).

Os padrões de qualidade educacional são parâmetros de realizações esperadas e têm como objetivo orientar, apoiar e acompanhar a ação dos grupos de atores que compõem o Sistema Nacional de Educação. Atingir padrões de qualidade educacional implica desenvolver um planejamento estratégico coerente e articulado com as regulamentações nacionais. Uma proposta político-pedagógica estruturada com as dimensões dos padrões de Gestão Escolar fortalece o planejamento estratégico e permite que a comunidade educacional perceba como suas ações contribuem para a qualidade e para a excelência (VASCONCELOS, 2004).

Observa-se assim, que as referências às dinâmicas de elaboração das ações da escola seguem, pois, o

Projeto Pedagógico [...] é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (VASCONCELOS, 2002, p. 143).

Dessa forma, o projeto pedagógico é considerado um instrumento que faz a organização e sistematização da Gestão Escolar de forma que identifique as demandas e integre a escola através de ações que priorizem as reflexões e as atitudes no ambiente escolar. Seu processo de elaboração necessita de ampla participação, fomentando reflexões e ideias para resolução de problemas escolares. O projeto político-pedagógico deve ser elaborado de maneira exclusiva por cada instituição escolar e deve contar com a participação de todos os seus partícipes e com sua plena efetivação, de acordo as orientações estabelecidas pela LDB/1996 (BRASIL, 1996).

A proposta pedagógica é o instrumento pelo qual se constituem as intenções e finalidades que uma instituição de ensino propõe para o processo de ensino-aprendizagem. A Proposta Pedagógica, por meio dos princípios filosóficos e pedagógicos, promove coerência à prática educativa e reflete a intenção sobre o tipo de ser humano que a instituição educacional pretende formar (VASCONCELLOS, 2002).

A relação entre a proposta pedagógica e o Projeto Político-Pedagógico reside no fato de que os princípios filosóficos e pedagógicos da primeira oferecem coerência à prática educativa por meio das dimensões da Gestão Escolar. Assim, a proposta pedagógica estabelece a razão de ser da instituição e o PPP propicia aos membros da comunidade educacional, a partir de suas ações, a identificação com um amplo conjunto de princípios. Segundo Vasconcellos (2002), o projeto político-pedagógico pode ter seu entendimento:

como a sistematização, nunca é definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2002, p. 169).

Com isto, constata-se a vivacidade e multiplicidade da escola que permanece em constante movimento, tendo em vista sua característica de se constituir em um sistema aberto, acolhendo e absorvendo as questões sociais.

Os estudos de Veiga (2004) ressaltam que é importante que o Projeto Político-Pedagógico esteja voltado para solução dos problemas, elaboração, normatização e execução da educação. É imprescindível garantir a participação de todo o corpo escolar, porque o PPP só consegue ser um instrumento de ação por meio da coletividade, identificando a escola como uma instituição social voltada para a educação, com objetivos específicos para esse fim. Outro ponto fundamental do PPP é propor às escolas o desafio de trabalhar com a diversidade, capacitando-a com objetivos claros e bem definidos.

Os estudos de Teixeira (2014) abordaram que a equipe de gestão deve planejar e coordenar todas as ações de planejamento institucional. Este é constituído não apenas por atores que manifestam interesse em participar, mas também por aqueles que asseguram a representação equilibrada dos diferentes membros da comunidade educativa. Este grupo de pessoas irá promover o trabalho em equipe, a busca do consenso, a escuta ativa, a interação, a boa comunicação, entre outros. A equipe gestora será formada de acordo com a oferta educacional de cada instituição e permanecerá em suas funções pelo mesmo período de vigência do PPP, considerando a alternância que possa ocorrer entre seus membros.

Segundo os estudos de Cândido e Gentilini (2017), no caso de instituições de ensino multisseriadas, a equipe de gestão será liderada pelo representante máximo da instituição de ensino. Salienta-se que, mantendo a identidade de cada instituição de ensino, a construção do PPP nas instituições multisseriadas pode ser realizada através do trabalho cooperativo entre as instituições de ensino do circuito, membros das comunidades e outras entidades. Contudo, que seja mantida a liderança da autoridade máxima de cada instituição educacional e que haja, de fato, a representatividade do coletivo. Nesse sentido, seria formada uma equipe gestora interinstitucional.

Gadotti (2000) ao analisar o tema, discorre que:

O projeto pedagógico da escola está hoje inserido num cenário marcado pela diversidade. Cada escola é resultado de um processo de desenvolvimento de suas próprias contradições. Não existem duas escolas iguais. Diante disso, desaparece aquela arrogante pretensão de saber de antemão quais serão os resultados do projeto. A arrogância do dono da verdade dá lugar à criatividade e ao diálogo. A pluralidade de projetos pedagógicos faz parte da história da educação da nossa época. Por isso, não deve existir um padrão único que oriente a escolha do projeto de nossas escolas. Não se entende, portanto, uma escola sem autonomia, autonomia para estabelecer o seu projeto e autonomia para executá-lo e avaliá-lo (GADOTTI, 2000, p.2).

Contribuindo a esta abordagem, os estudos de Cândido e Gentilini (2017) discorreram sobre a identidade institucional, sendo caracterizada como um elemento de diferenciação e posicionamento da instituição perante a comunidade educacional. Sua definição é baseada no referencial filosófico estabelecido na Proposta Pedagógica. Portanto, identidade institucional é a forma pela qual a instituição entende e transmite quem é, o que faz, com que sonha e como o faria. Dessa forma, o PPP passa a ser um elemento do planejamento estratégico institucional.

A identidade institucional é construída, ou reconstruída, coletivamente entre os atores que têm a capacidade de identificar as características fundamentais (história, cultura, língua, contexto, etc.) da instituição educacional. As instituições que já possuem identidade institucional (visão, missão e ideologia) devem avaliá-la para redefini-la, se for o caso, conforme estabelecido em sua Proposta Pedagógica. Da mesma forma, segundo Gandin (1994), um dos objetivos da identidade institucional será orientar a construção e/ou

complementação das finalidades do Planejamento Curricular Institucional (PCI) de forma participativa.

A tarefa educativa se organiza a partir do planejamento estratégico do processo de construção do PPP, passando pelas dimensões da Gestão Escolar e seus componentes, de forma a garantir uma articulação com os Padrões de Qualidade Educacional. Dessa forma, as dimensões dos padrões de Gestão Escolar são as dimensões do Projeto Educacional Institucional. Os estudos de Saviani (2007) corroboram com esta compreensão.

Ainda, nesta tratativa, segundo as pesquisas de Oliveira (1997), as dimensões são o escopo ou área de qualidade educacional. Cada dimensão agrupa os componentes que dinamizam a gestão da instituição de ensino. As dimensões do PPP são: Dimensão da Coexistência, Participação e Cooperação Escolar, Dimensão da Gestão Pedagógica, Dimensão da Gestão Administrativa e Dimensão da Segurança Escolar. Os componentes que compõem as dimensões do PPP são: Dimensão Convivência, Participação Escolar e Cooperação; Dimensão Gestão Pedagógica; Dimensão de Gestão Administrativa; e Dimensão da Segurança Escolar.

De acordo com a especificidade da instituição de ensino, cada um dos componentes inclui ações definidas para a comunidade na prática educativa. Ao mesmo tempo, as instituições de ensino podem incluir, nas dimensões de seu PPP, outros componentes de acordo com as características e necessidades de sua oferta educacional. Assim, as instituições devem planejar e autoavaliar ações nas dimensões do PPP (FERREIRA, 2006).

Segundo Teixeira (2014) a Dimensão Convivência, Participação Escolar e Cooperação refere-se aos aspectos que norteiam o relacionamento das pessoas que compõem a instituição de ensino. Baseia-se em princípios e valores que estimulam a participação e promovem um clima organizacional adequado por meio do vínculo com a comunidade no desenvolvimento de projetos de benefício mútuo. Esta dimensão considera dois aspectos centrais para uma educação de qualidade: a convivência escolar e a participação junto à cooperação da comunidade educativa. O primeiro visa promover relações interpessoais baseadas em pactos e compromissos que pretendam o bem-estar da comunidade educativa no quadro da cultura de paz, com o objetivo de permitir o desenvolvimento harmonioso das atividades educativas dentro e fora das instituições. O segundo aspira a explorar e demonstrar conhecimentos, bem como a refletir sobre os problemas sociais do meio ambiente e desenvolver competências.

Freire (2000) discorre que é difícil falar de políticas de equidade quando se quer negar as diferenças sociais como, por exemplo, nas escolas consideradas “da elite” que continuam a segregar ainda mais essas diferenças, constituindo, assim, um espaço onde as crianças mais carentes têm pouca chance de comparecer. Por outro lado, a partir do momento que essas políticas são pensadas para se colocar em prática – políticas de escolas abertas, onde crianças de todos os setores sociais participam, possibilitando maior equidade entre as crianças com menor capacidade econômica, que dificilmente, conseguirão cumprir as metas impostas por um sistema exigente – o que pode ser feito torna-se muito mais difícil. Mesmo com tais dificuldades, as implementações de políticas equitativas são fundamentais quando se trata de incentivar visões futuras que tendem a mudar a história que cada um deve construir.

De acordo com os estudos de Teixeira (2014) torna-se relevante discutir a questão da oposição entre princípios políticos e certas consequências pedagógicas contrárias a esses princípios. Tal fato deve ser observado na tentativa de propiciar a coerência que pode ser alcançada em âmbito local quando se trabalha conscienciosamente o ônus político e pedagógico em questão. As consequências pedagógicas associadas às políticas mal focalizadas são variadas, especialmente quando se trata de apoiar soluções tecnocráticas a fim de dar respostas rápidas aos objetivos educacionais que não foram atingidos. Por exemplo: o insucesso escolar é politicamente injusto e economicamente caro. No entanto, as políticas

ministeriais do Brasil, aumentam a necessidade de promover os estudantes nas etapas da educação básica, sem que seja necessário que eles alcancem as formações necessárias para uma próxima etapa ou nível de ensino, colaborando, assim, com um atraso que é eminente.

Esse tipo de contradição deve também dar origem a novas ações éticas e genuinamente humanas, a partir das quais se desenvolvem instâncias funcionais de reflexão, análise e busca de soluções em contexto que, embora surjam localmente, seus resultados podem suscitar reflexões a nível nacional. É precisamente para isso que um PPP visa uma construção baseada na esperança e na convicção de que o desenvolvimento social e a diminuição das desigualdades são possíveis, ao contrário das intencionalidades das políticas econômicas neoliberais.

A partir disso, parece necessário configurar mais amplamente uma reflexão sobre as relações apresentadas pelos dois conceitos acima mencionados, com vistas à dimensão política e pedagógica como eixos contínuos de desenvolvimento que estão sendo constantemente construídos, desconstruídos e reconstruídos a partir dos sonhos e esperanças do coletivo.

Teixeira (2014) comenta que planos pedagógicos, currículos, concepções pedagógicas e avaliações educacionais têm uma dimensão político-social. Por trás do que às vezes aparece como uma escolha técnica, funcionam os valores éticos e políticos, uma certa representação do ser humano, da sociedade, das relações que cada um quer manter com o mundo, com os outros e consigo mesmo. Os debates pedagógicos, em geral, não são apenas pedagógicos, eles apresentam uma dimensão política. Um projeto pedagógico não é apenas um programa de atividades, de organização, de gestão. Ele refere-se, principalmente, a valores fundamentais. Na língua inglesa há a distinção entre dois termos: "política de educação" e "política educacional". O primeiro refere-se à organização, ao programa, à gestão; o segundo aos valores, a um projeto de ser humano e sociedade. É necessário considerar que a pedagogia tem uma dimensão política no primeiro sentido do termo, mas também, e em maior medida, no segundo termo.

Um projeto pedagógico não pode ser deduzido apenas ao projeto político. Este tem uma dimensão específica na medida em que se aplica ao processo educativo às crianças e aos adolescentes nas escolas e fora dela. Portanto, todo projeto pedagógico tem uma dimensão política e uma específica.

O mesmo pode ser dito de outra maneira: um projeto político define a organização de uma sociedade ou de um grupo humano em todos os seus componentes: economia, trabalho, troca de bens e serviços, serviços sociais, cultura, educação (SAVIANI, 2007, p. 46).

Corroborando aos aspectos elencados pelo autor, quando se define um projeto político geral, através de alguns valores fundamentais, ainda precisa "traduzir" em cada uma dessas dimensões da vida coletiva, isto é, reformular tendo em conta as especificidades de cada uma dessas dimensões (OLIVEIRA, 1997). Se esse trabalho de reformulação específica não for feito, corre-se o risco de ter um projeto político muito bom no geral e, em seguida, um projeto educativo específico. Neste contexto, tanto o projeto pedagógico como político perdem sua credibilidade. Em uma perspectiva, um discurso que transforma a realidade da escola. Em outro aspecto, uma escola que funciona em um determinado projeto podendo entrar em conflito frente aos valores impostos pelo sistema escolar.

O ato pedagógico consiste em uma prática contextualizada e política. A realidade da escola é o que você gostaria de fazer, mas também o que você faz. O que a escola gostaria de fazer, o que o professor gostaria de fazer, o projeto que você tem, são questões importantes. É importante porque é o que dá sentido ao que se pretende fazer, é o que impulsiona a luta para melhorar a situação. Mas a escola também é, mais ainda, o que realiza junto à sociedade. É o

que os alunos realmente aprendem e não apenas o que os programas e currículos oficiais dizem sobre como eles devem ser ensinados. São os métodos que são realmente usados e não os discursos que os textos oficiais, a própria escola e os professores têm sobre esses métodos. É a distribuição de ações e responsabilidades em cada escola, e não os textos oficiais sobre gestão democrática (GANDIN, 1994).

Saviani (2007) discorre que existem, então, níveis de análise a serem considerados: o projeto político global; o projeto pedagógico, como forma específica do projeto político; as práticas reais da instituição escolar e as práticas reais dos professores. Espera-se uma coerência entre esses aspectos ao formular o Projeto Político-Pedagógico escolar.

A situação da educação e das escolas é marcada por contradições que muitas vezes implicam a existência de um distanciamento entre o discurso político que mantêm e práticas efetivas. É necessário trabalhar nessas contradições, naquelas lacunas, para se realizar a transformação na escola e em outras dimensões da sociedade. Isso implica um método que, segundo Barbosa (2012), envolve uma dupla questão: a primeira questão que se apresenta no contexto político: os princípios políticos, o que eles significam na *práxis*? Que consequências eles têm em termos de construção de escolas, equipamento, financiamento, treinamento e salário para professores, definindo programas e currículos, condições de estudo e avaliação dos alunos? É possível hoje? E se não for possível, o que deve ser feito para que existam? Quais programas de ações são necessários implementar para realizar o projeto político em sua parte pedagógica?

O outro questionamento que aparece se apresenta aos responsáveis pelas escolas e aos professores: o que significam politicamente as ações pedagógicas? Continuar ensinando quando alguns alunos não entenderam, é democrático? Fazer com que alunos aprendam frases decoradas. Ou pior ainda, fazê-los aprender frases que eles seriam capazes de recitar, sem que entendam palavras existentes no texto, corresponde ao meu modelo de cidadão em uma democracia? Colocando dever de casa, com caráter de pesquisa, que suponha que o aluno procure em livros ou mesmo na internet, é democrático, enquanto alguns alunos têm recursos e apoio familiar em suas casas que podem ajudá-los e outros não?

A fim de alcançar uma coerência efetiva entre as dimensões políticas e pedagógicas que se desenvolvem na escola, segundo Vasconcelos (2004) é necessário exercer conscientemente o foco em diminuir, a princípio, as lacunas entre o que é dito e o que é feito.

A principal possibilidade de desenvolver o projeto político-pedagógico segundo os estudos de Veiga (2004), envolve a autonomia relativa da escola, sua capacidade de moldar sua própria identidade. Isso significa conceber a escola como espaço público, como espaço de debate, para o diálogo fortalecido na reflexão coletiva. A escola, nessa perspectiva, é vista como uma instituição social inserida na sociedade capitalista, que reflete, em seu interior, as determinações e contradições dessa sociedade.

Diante do exposto, compreende-se que o PPP não visa simplesmente um rearranjo formal da escola, mas uma qualidade em torno do processo vivido, uma vez que a organização do trabalho pedagógico da escola relaciona-se com a organização da sociedade.

Na concepção de Veiga (2001) o PPP deve preocupar-se com a sociedade, de modo a tornar-se relevante para ela, sendo, portanto, necessário pensar como ela se constituiu, levando em conta sua principal característica: a globalização.

É importante considerar como ponto de partida, para a construção do projeto escolar, a prática social e o compromisso de socializar os problemas da escola, da gestão, do currículo e da avaliação. Vasconcelos (2002) menciona que o projeto pedagógico constituído pela própria comunidade escolar é o critério de definição da organização curricular, a seleção e estruturação dos conteúdos, as metodologias de ensino, os recursos didáticos, tecnológicos e de avaliação.

O Projeto Político-Pedagógico é o documento da identidade educacional da escola, que regula e orienta as ações pedagógicas. Como proposta identitária, o projeto político-pedagógico constituía tarefa comum do corpo diretivo e da equipe escolar e, mais especificamente, dos serviços pedagógicos (coordenação, orientação pedagógica). Estes incluem o papel de liberar o processo de construção, execução e avaliação do projeto, com a valiosa participação de todos (VEIGA, 2013, p.159).

A ideia central do projeto é construir unidade, nos diversos campos, considerando o coletivo em suas dimensões de qualidade técnica política e democracia participativa. A construção, desenvolvimento e avaliação do projeto são práticas sociais coletivas, resultantes da reflexão e convergência das metas e objetivos.

A Lei 9.394/1996 aponta algumas dimensões que devem ser observadas na construção do Projeto Político-Pedagógico, são eles: A liberdade no âmbito do pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; a proposta desenvolvida por meio da gestão democrática na esfera da educação pública. Somam-se a a flexibilidade e a autonomia da escola e a avaliação realizada no nível da educação básica e da educação superior. Esta lei se configura como resultado de conquistas da sociedade civil organizada constituindo-se em um documento de referência para a organização da vida nas escolas. Nessa perspectiva, os discursos sobre o Projeto Político-Pedagógico, a gestão democrática, a autonomia e a avaliação passam a fundamentar documentos escolares na concepção mais ampla e participativa da educação.

Não há escola sem utopia, a busca do que é possível e o que leva a escola a refletir sobre sua realidade, a refletir sobre seu trabalho pedagógico, sobre a gestão democrática e sobre o Projeto Político-Pedagógico.

Esse significado faz que a avaliação seja pensada com uma visão voltada para o futuro, um futuro utópico, entendendo a utopia com a "exploração de novas possibilidades e vontades humanas, por meio da oposição da imaginação à necessidade do que existe, em nome de algo radicalmente melhor [...]" (SANTOS, 1995, p. 323).

Acompanhar as atividades pedagógicas e avaliá-las pode levar o sujeito à reflexão, a partir de dados e informações específicas sobre como a escola se organizou para colocar em ação seu Projeto Político-Pedagógico, dirigido e coordenado por um processo de gestão democrática. Considerando a avaliação dessa forma integradora, é possível fazer duas importantes observações: a avaliação é um ato dinâmico que qualifica e oferece subsídios ao Projeto Político-Pedagógico; a outra observação permeia o processo de planejamento do projeto: a elaboração, a execução e avaliação. A avaliação, na perspectiva crítica e formativa, pode ser um instrumento de inclusão, de sucesso e, portanto, democrático.

A escola deve pautar-se pela problematização do instituído e fortalecer o instituinte. A escola foi organizada de dentro para fora. Pensar, hoje, a escola, no núcleo das dimensões da gestão democrática, do Projeto Político-Pedagógico e da avaliação significa é, acima de tudo, uma reflexão coletiva e uma ação participativa.

Nessas reflexões e nessas ações, as características dos alunos e as especificações do contexto local em que a escola está inserida não podem ser deixadas de lado, diante das determinações do global. Nesse contexto, as escolas públicas passam por movimentos de planejamento, gestão e avaliação. Esse movimento é coletivo, participativo, contínuo e incessante, para garantir o acesso à permanência e ao sucesso escolar dos alunos que buscam a educação cidadã.

(Lehfeld et al., 2010) abordam que a autoavaliação nas organizações escolares as posiciona no duplo papel de sujeito e objeto, o que implica, para os atores que nelas atuam, assumir um protagonismo e responsabilidade e, ao mesmo tempo, construir um objeto de conhecimento. Em princípio concebemos a avaliação Institucional como uma oportunidade de repensar o(s) significado(s) da instituição escolar e alcançar seus objetivos educacionais.



Os estudos abordados na dissertação de mestrado de Paiva (2012) explicitam que diferentes definições de autoavaliação nos apresentam o conceito e nos permitem explorar as diferentes perspectivas e possibilidades que estão abertas a uma instituição de ensino que deseja aprender. Podemos dizer, então, que é válido gerar um conhecimento mais profundo sobre uma determinada realidade. Esse conhecimento requer a formulação de interpretações sobre o valor do trabalho diário dos membros da organização. O desafio é promover a reflexão coletiva para produzir mudanças que alcancem um processo constante de melhoria.

Ao se deparar com um processo de avaliação institucional, cada organização pode assumir diferentes modalidades. Para dirigi-la, por exemplo, representantes de todos os níveis de uma instituição constituem um comitê ou são agrupados em conjunto, sob o compromisso da participação ativa e responsável dos gestores e demais membros. É definida uma série de dimensões, áreas e aspectos para a sua realização que serão analisados no todo ou em parte, de acordo com pacto entre os seus membros. Segundo Lehfeld et al (2010), há semelhança entre avaliação e pesquisa, que, apesar de terem finalidades diferentes, compartilham as mesmas técnicas e instrumentos.

No entanto, não se limita o desenvolvimento deste processo a uma questão exclusivamente técnica, embora destaque-se a sua relevância. A avaliação institucional também é uma ação ética e política. Nesse sentido, torna-se necessário apoiar a função pedagógica com qualidade gerando um contexto de trabalho colaborativo. É a partir dessas informações geradas em conjunto que as situações são compreendidas e as estratégias de melhoria definidas com mais clareza. (PAIVA, 2012). Ainda de acordo com a autora,

As instituições de ensino podem dar um “salto de qualidade” quando houver por parte de seus docentes e demais membros da comunidade acadêmica, a consciência das potencialidades da avaliação em seus processos de autoconhecimento e de autocrítica, proporcionando senão um preparo, ao menos uma sensibilização à sua realização. Na condição de saber lidar com um dos elementos que a avaliação pode oferecer: a qualidade educacional, essas instituições de ensino poderiam construir e definir seus planos institucionais diretivos de acordo com suas realidades e objetivos e não só amparados ou submetidos às prerrogativas do sistema político externo. (PAIVA, 2012, p.13).

Este é o momento de investigar estratégias, modelos ou pensar em projetar seus próprios problemas. Nesse sentido, consideramos que a riqueza de um modelo de autoavaliação está em poder se experimentar enquanto uma multiplicidade de relações que se transformam e interagem com o outro. Segundo Grochoska (2013), o processo de autoavaliação não está aberto apenas à discussão, investigação e construção de informações sobre problemas, mas também à necessidade de confrontar e explicitar as tensões sobre modelos, representações da vida educacional à luz dos propósitos sociais, políticos e pedagógicos da escola.

É um recurso para objetivar os reais pontos de concordância e discordância, potencialidades e fragilidades: construir uma análise da situação inicial de cada escola frente às novas necessidades e demandas sociais, políticas e educacionais. Nas organizações onde não existe um modelo a seguir, é necessária uma fase de autoavaliação que respeite a cultura institucional, uma etapa inicial que deve permitir o reconhecimento de seus traços identitários. Talvez seja um momento de trabalho mais complexo, pois existem múltiplas definições a serem tomadas. É um processo em que – insistimos – é fundamental promover ações participativas. Conforme Paiva (2012, p.4), “A avaliação como um processo de reflexão humana deflagrada por ações, comportamentos e atitudes em sociedade, suscita teorias e práticas estabelecidas segundo os interesses pessoais, procedimentais e organizacionais de quem as cria.”

Definindo que a principal função da escola é a disseminação do conhecimento por via do aprendizado e do treinamento dos corpos, seu funcionamento público passa a ser participativo. Uma das características da instituição educacional como organização é constituir uma comunidade, com regras, deveres e preceitos de moralidade. É uma cultura de participação que exige dentro de cada escola que se superem questões meramente técnicas, individualistas e isoladas da busca do bem comum e que se incorporem as análises dos processos culturais e comunitários. Repensar-nos como comunidade também implica nos repensarmos como instituição. É preciso reconstruir instituições que tenham capacidade e legitimidade suficientes para desenvolver políticas de bem comum e, nesse sentido, que ajudem a construir quadros de longo prazo e de caráter duradouro, para se sentirem mais protegidos da incerteza que caracteriza o cotidiano. (GROCHOSKA, 2013; PAIVA, 2012).

A autoavaliação é incorporada ao trabalho habitual nas diferentes áreas e se fortalece com o seu exercício, ampliando a capacidade de resolução de problemas específicos. Os critérios de avaliação comuns favorecem os níveis de especificidade dos relatórios, dos quais devemos contrariar a ambiguidade e imprecisão de forma a servirem para uma adequada tomada de decisão. Como prática comum, a autoavaliação também seria incorporada à instância institucional.

A autoavaliação institucional deve ser observada em perspectivas democráticas e formativas, em que os atores educacionais participem. Faz-se necessário, também, referir-se à própria avaliação do processo de ensino-aprendizagem dos alunos, bem como a outros aspetos que constituem a vida institucional e influenciam as políticas internas da escola. Para os alunos, a autoavaliação possibilita a contribuição para a reflexão crítica e a noção de se ter um compromisso consigo mesmo ao realizar o processo educativo (GROCHOSKA, 2013).

Torna-se fundamental que o aluno tenha a oportunidade de refletir sobre o próprio progresso na aprendizagem, pensar na metodologia utilizada pelo professor, analisar os recursos utilizados na gestão do ensino, rever a gestão do diretor, entre outros pontos. Da mesma forma, a avaliação institucional deve preparar os alunos e, com sua implementação, oferecer aspectos que possam promover ações exitosas. Para os professores, esses aspectos colaboram para o desenvolvimento de uma nova cultura profissional, endossa processos de reflexão sobre suas práticas em particular e a organização educacional em sua multiplicidade. No âmbito da gestão institucional, promove a geração de informações relevantes para a tomada de decisões e o aprimoramento do projeto educacional que envolva toda comunidade escolar.

## **1.2 Construção do Projeto Político- Pedagógico na Escola**

Nesta seção foi realizada uma descrição do Projeto Político-Pedagógico como uma das possibilidades formativas para a implementação da gestão democrática e de participação popular na educação. Identifica-se na abordagem de ações coletivas, a promoção do senso crítico, da capacidade de mediar e trocar experiências e valorizar a comunidade escolar.

Uma das diretrizes da Gestão Escolar se constitui na utilização de ferramentas para a construção e avaliação do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas, proporcionando a criação e aperfeiçoamento de fundamentação teórica. Além disto, promove a conscientização e a mobilização dos corpos docente, discente, dos profissionais de apoio administrativo e operacional, além do demais sujeitos da comunidade escolar. Com esta mobilização, torna-se possível o diagnóstico escolar, o planejamento, a execução e a avaliação do projeto (VEIGA, 2001).

Contribuindo neste contexto, segundo os estudos de Barbosa (2012), o planejamento focado no PPP da escola requer exercer a capacidade de tomar decisões coletivas, com autonomia e sendo claro sobre o quê, porque, como, quando, com que e com quem o projeto

será desenvolvido. É claro que a tarefa não é fácil, especialmente após a reflexão das dificuldades ("não temos tempo"; "não temos pessoal qualificado"; "a burocracia é demais"...); as resistências ("já fizemos isso e não deu certo"; "nossa escola já tem um projeto"; "não há salário não pode ser feito"...); os limites e obstáculos (facilidade, imediatismo, formalismo) com os quais se pode deparar. Mas, também se ilustra que já existem experiências inovadoras vividas que demonstram que a decisão e a iniciativa coletiva possibilitam a resolução de problemas da prática educacional que, a princípio, pareciam impossíveis de serem superados.

A construção do projeto escolar requer a definição de princípios, estratégias concretas e, principalmente, trabalho coletivo reflexivo e dialógico. Nesse sentido, algumas de suas principais características são apresentadas a seguir, bem como alguns parâmetros para sua operacionalização, tendo como propostas os documentos de Padilha (2001) e Vasconcellos (1995): o diálogo, a participação, o planejamento, a avaliação diagnóstica permanente, a tolerância e o respeito à diversidade.

Dentre os objetivos do PPP, destaca-se o compromisso por parte de todos os agentes envolvidos na instituição escolar em como resolver os problemas da prática educativa a partir de exercícios de reflexão dialógica. Além disso, a realização de ações para a construção da identidade institucional, permitindo, assim, a concretização dos possíveis sonhos da comunidade escolar referenciadas em suas demandas sociais. Daí a importância de alcançar consenso em relação a certas abordagens relacionadas a maneira pela qual é entendido o mundo atual em que se vive e as utopias que as movem.

De acordo com Gadotti (2000) para a conformação da equipe gestora, a comunidade educativa pode analisar a possibilidade de incluir no processo de construção dos PPP membros comunitários, organizações não governamentais com e sem fins lucrativos que tenham experiência e interesse em contribuir.

O referido autor aborda ainda que o objetivo da formação das comissões é conseguir a participação de um número significativo de membros da comunidade educativa, além de facilitar a distribuição do trabalho e a otimização do tempo. Dependendo dos conhecimentos que os integrantes da instituição de ensino possuem, as comissões serão formadas em relação às dimensões da Gestão Escolar. No caso de saída de um membro das comissões da instituição de ensino, deverá deixar toda a documentação a seu cargo e em relatório; pormenorizar as ações e ficará na pendência de fornecer a pessoa designada pela equipe gestora em seu lugar. No caso de haver membros de comissão externos à instituição de ensino, a equipe gestora deve informar a situação atual quanto aos processos de construção do PPP, bem como coordenar os planos de ação, prestando as informações pertinentes às tarefas confiadas aos membros.

No processo de construção do Projeto Político-Pedagógico, a equipe responsável pela coordenação do trabalho na escola ou em qualquer outro segmento pode ser decidida, durante o planejamento, pela discussão e realização do projeto. Para operacionalizar as atividades, adota-se uma metodologia dialógica e conflitiva baseada na formulação de questões que buscam verificar as causas remotas e próximas dos problemas que cada participante pronuncia.

As questões podem ser respondidas individualmente em alguns momentos e também discutidas nos grupos ou sintetizadas em plenário. O importante é que a possibilidade de debate seja garantida, a superação de contradições, de erros, e que as equipes de trabalho obtenham resumos objetivos com o resultado do que foi discutido. A relação de complexidade será considerada na determinação das respostas e deve ser explicitada nos relatórios-síntese dos grupos de trabalho ou no relatório final do plenário em cada etapa da realização do Projeto político-pedagógico da escola. Este projeto pode ser elaborado a partir da operação de algumas etapas reflexivas: [...]; Quais são as utopias que nos movem neste mundo? [...] Qual é

a escola dos nossos sonhos? [...] Qual é o retrato da escola que temos? [...] O que faremos em nossa escola? (PADILHA, 2001, p.82).

As três primeiras etapas complementam a estrutura necessária do projeto. Trata-se de explicar melhor qual é a visão de mundo, os valores e os compromissos que a escola assume hoje e que expressa sua própria "face", sua identidade e direção – a direção que deseja seguir daqui em diante. O termo *projeto* vem de "projetar", lançar para frente. Uma caminhada não se realiza sem direção; de modo semelhante, as etapas não são definidas sem um endereço, sem uma filosofia educacional.

A concretização de um projeto com estas características coerentes, tanto no âmbito político, quanto no pedagógico, não é fácil. Sobretudo porque requer o compromisso e a ação permanente de diversos atores que não estão acostumados a exercer as instâncias de diálogo e reflexão, mas, para cumprir requisitos normativos que muitas vezes permanecem apenas no papel e têm pouco a ver com as necessidades que cada um pode descobrir dentro de sua própria comunidade social e educacional.

Para responder a esses problemas, lembremos das contribuições de Freire (2000) quando nos diz que os obstáculos reais não estão apenas fora de nós, mas, acima de tudo, estão dentro de cada um. Isso constitui o medo da liberdade – tema tão debatido na obra freireana. O diálogo e a participação são ferramentas capazes de alcançar um compromisso com os objetivos estabelecidos dentro da instituição escolar e da comunidade a que pertence. O trabalho deve tender a mudar as injustiças do mundo ao nosso redor e a observar, não mais ingenuamente, o trabalho que a escola realiza. Isso acontece enquanto algo além de uma perspectiva reflexiva e crítica, tendente a recuperar a politicidade da educação. As implicações dessa empreitada têm consequências éticas e epistemológicas, impossíveis de ignorar por aqueles que trabalham com a honestidade e pensamento crítico. (FREIRE, 2000).

As bases propostas por uma PPP não devem ser focadas apenas no contexto da instituição escolar, mas também na criação de políticas no nível do governo, em que as instâncias de debate são frequentemente necessárias para criar um diálogo entre os problemas das pessoas e as soluções implementadas, superando os interesses econômicos do governo.

A seguir, apresentamos os principais conceitos e concepções da gestão escolar no âmbito democrático.

### **1.3 Gestão Escolar Democrática**

A expressão gestão democrática tem sido usada pelos integrantes do universo educacional na esfera micro, que é a escola, e de forma macro, formada pelos dirigentes educacionais, na superficialidade, porque o processo de escolha dos diretores das escolas públicas estaduais via eleição direta é considerado como fundamental para o estabelecimento da democracia no âmbito escolar.

A gestão democrática, quando instituída no âmbito escolar, requer uma nova forma de se compartilhar o poder de decisão. Não se trata de uma questão meramente formal, de legalidade, para enquadrar a forma de gerenciar uma instituição pública de acordo com o que é definido, via documentos, portarias e decretos. Gestão democrática é uma questão processual que é construída no dia a dia da escola, nos atos executados, nos discursos proferidos, na tomada de decisão, nos conteúdos curriculares trabalhados, na alimentação escolar servida e nas relações interpessoais vivenciadas no âmbito escolar.

O Plano Nacional de Educação - PNE aprovado em 25 de junho de 2014, a exemplo da LDB/1996 (BRASIL, 1996) foi construído diante de intenso confronto de interesses que expressam distintas visões do Estado e de políticas educacionais. No conjunto de possíveis consensos, a composição do PNE (2014) foi estruturada por 10 diretrizes e 20 metas com

estratégias a serem cumpridas e que devem orientar a educação brasileira nos próximos dez anos.

O tema educação integral volta ao cenário educacional após décadas dos Manifestos dos Pioneiros da Nova Educação e das reivindicações de parte da sociedade, defensora da educação pública, gratuita e de qualidade. O PNE retorna ao cenário da educação com uma simbologia de reivindicações conquistadas por distintas áreas do conhecimento a ser reconstruído e como uma política pública a ser implementada em toda a sua complexidade. Além disto, o referido plano também evidenciou posições críticas a favor e contrárias, em um cenário de disputas mediadas por distintas concepções de educação.

Apesar dessas lutas, as diretrizes do PNE especificam, entre outras, a (III) superação das desigualdades educacionais; (IV) melhoria da qualidade da educação; (VII) promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País; e (X) promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, diversidade e sustentabilidade socioambiental. Essas diretrizes, diante das profundas desigualdades sociais e educacionais brasileiras, dificilmente podem ser consideradas e tomadas como referência em uma escola de tempo parcial e fragmentada, sem contexto social ou cultural e, sobretudo, com ênfase em aspectos cognitivos, focados em um modelo operacional de exercícios repetitivos, cópias e silenciamento cultural (PRADO, 2011).

Os processos de redemocratização da sociedade brasileira se aceleram com o fim dos regimes militares e a organização da sociedade civil na busca da elevação de direitos sociais e políticos. Após os anos de Ditadura Militar, o Brasil passou por um período de redemocratização, inclusive na esfera educacional, incorporando à Constituição Federal de 1988 “Gestão Democrática do Ensino Público na forma da lei” (BRASIL, 1988, Art. 206, Inciso VI), que ganhou forma pela LDB nº 9394/1996 em seu art. 14:

Os sistemas educacionais definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996, art.14).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (BRASIL, 1996) também introduziu em seus artigos esse princípio constitucional, como o inciso VIII do art. 3º. “gestão democrática do ensino público na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino”. Somando-se a esta garantia legal referenciando a via democrática, a LDB/1996 em seu art. 14 menciona ainda, a definição dos sistemas de ensino para a normatização da gestão democrática na escola pública na educação básica.

Para que se enfatize a criação do Projeto Político-Pedagógico baseado na gestão democrática, parece necessário que contemple, essencialmente, a qualidade da educação que se oferta, de forma que se respeitem os princípios de igualdade e liberdade. Assim, é preciso que se faça o reforço desses conceitos que também estão presentes Lei 9.394/1996 em seus artigos 12 e 13:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; [...] VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; VII – informar os pais e responsáveis sobre a freqüência e o rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da sua proposta pedagógica [...] Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de: I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino; II – elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino [...] (BRASIL, 1996, art.12).

Embora não haja consenso sobre qual é a melhor maneira de incentivar essa participação, todos reconhecem vantagens em fornecer espaços para a participação política e a expressão da cidadania na educação. O fortalecimento da participação da comunidade é considerado um requisito para a construção de escolas mais democráticas e inclusivas, capazes de combater problemas sociais prementes. As escolas comunitárias podem ter sua origem por vezes como resultado da insatisfação dos cidadãos em escolas distintas destas, e podem estar ligadas a movimentos sociais que defendam questões relacionadas com a democratização e a justiça social. Dessa forma, na seção foram abordadas as concepções de gestão no âmbito escolar e sua dialogicidade.

### **1.3.1 Gestão na escola: concepções em questão**

De acordo com os estudos de Veiga (2004), ‘gestão’ significa gerenciamento, administração. Numa instituição, o objetivo é de crescimento, estabelecido pela empresa através do esforço humano organizado pelo grupo, com um objetivo específico. As instituições podem ser públicas ou privadas, sociedades de economia mista, com mais ou sem fins lucrativos. A gestão surgiu quando, após a revolução industrial, os profissionais decidiram buscar soluções para problemas que não existiam antes, usando vários métodos e ciências para administrar os negócios da época, o que deu início a ciência da administração.

Os tipos de gestão, segundo Lück (2012) são guias para orientar a ação, previsão, visualização e uso de recursos e esforços para os fins a serem alcançados. Também orientam a sequência de atividades que terão de ser realizadas para alcançar os objetivos e o tempo necessário para a conclusão de cada uma de suas partes e de todos esses eventos envolvidos em sua realização.

Ainda sobre o tema, Veiga (2004) aborda que a administração deve assumir e executar as responsabilidades em um processo – ou seja, em um conjunto de atividades. Isso pode ser comercial ou pessoal, o que inclui: preocupação com a provisão dos recursos e estruturas necessárias para que ela ocorra; e a coordenação de suas atividades (e interações correspondentes) e as de seus pares.

O termo gestão é usado de acordo com os estudos de Lück (2012) para se referir ao conjunto de ações, ou procedimentos, que permitem a realização de qualquer atividade ou desejo. Em outras palavras, uma gestão refere-se a todos os procedimentos que são realizados para resolver uma situação ou materializar um projeto. No ambiente social ou comercial, a administração está associada à administração de uma organização.

Os sistemas educacionais estão constantemente passando por mudanças estruturais. O conceito de gestão foi introduzido no mundo dos negócios como uma forma de responder a essas mudanças, seja de nível macro ou micro. (SANTOS, 2002a) aborda que no nível macro, podemos falar sobre gestão educacional como a disciplina responsável pela gestão global dos sistemas de ensino e a criação de políticas educacionais, tomando como referência o quadro nacional de currículo. No nível micro pode se colocar a Gestão Escolar como a disciplina que enfatiza, principalmente, o trabalho em equipe e, conseqüentemente, a aprendizagem organizacional, tendendo à geração de processos que permitam diagnosticar, planejar, implementar e avaliar a tarefa pedagógica da instituição de ensino.

A gestão da escola não se ocupa do espaço despendido por profissionais isolados, mas com grupos em esforço nas mais diversas situações, onde se planeja o seu próprio trabalho. Porém, à medida que esta tarefa aumenta, se faz necessário o esforço de outros profissionais para chegar ao resultado definido pela gestão. Neste caso, torna-se imprescindível o desenvolvimento de processos que envolvam o coletivo. A gestão é uma área geral, sendo essencial a todo esforço coletivo, seja na indústria, na empresa ou na escola.

Os profissionais necessitam cooperar uns com os outros para atingir suas metas (LUCK, 2009).

Outro estudo relevante foi realizado por Chauí (2014):

Uma organização difere de uma instituição por definir-se por uma outra prática social, qual seja, a de sua instrumentalidade: está referida ao conjunto de meios particulares para obtenção de um objetivo particular. Não está referida a ações articuladas às ideias de reconhecimento externo e interno, de legitimidade interna e externa, mas a operações definidas como estratégias balizadas pelas ideias de eficácia e de sucesso no emprego de determinados meios para alcançar o objetivo particular que a define. É regida pelas ideias de gestão, planejamento, previsão, controle e êxito. Não lhe compete discutir ou questionar sua própria existência, sua função, seu lugar no interior da luta de classes, pois isso, que para a instituição social universitária é crucial, é, para a organização, um dado de fato. Ela sabe (ou julga saber) por que, para que e onde existe (CHAUÍ, 2014, p.56).

Para a conquista de um ensino de qualidade na escola pública, se faz necessário profissionais com formações técnicas compatíveis com suas atividades, comprometidos com a construção de uma escola de qualidade para todos. Profissionais que gostem do que fazem, que respeitem a diversidade e que lutem pela superação dos problemas existentes na instituição.

O gestor deve ser um líder que goste de ser um educador e que compreenda a escola como um espaço de construção conjunta, principalmente na sociedade na qual está inserida. Ele deve ser um profissional flexível, que não imponha suas vontades, mas necessita direcionar suas atitudes para atender as prioridades, inerentes ao cotidiano escolar (CHAUÍ, 2018).

A atuação de um gestor líder, de acordo com Libâneo (2008, p. 236), compreende a “capacidade de influenciar, motivar, integrar e organizar pessoas e grupos, a fim de trabalharem para a consecução de objetivos”, visto que a escola é formada por diversos elementos, necessitando de um coordenador do processo educativo no intuito de desenvolver a qualidade de ensino. No entanto, alguns profissionais da área desconhecem o principal motivo de uma liderança, causando até mesmo desconforto em um ambiente escolar.

A gestão educacional na concepção de Lück (2012) envolve um processo dinâmico de liderança que visa promover e desenvolver atividades administrativas e pedagógicas eficientes. Portanto, sendo a educação um dos pilares fundamentais para a geração de pessoas e sociedades saudáveis e produtivas, a avaliação da gestão educacional não pode ser perdida de vista. Ainda segundo a autora, a liderança exercida pelos gestores deve ser focada na busca da melhoria constante na qualidade da formação ministrada na instituição de ensino sob seu comando. Por essa razão, sua gestão requer ações estratégicas para atender objetivos claros voltados a esse respeito. Trata-se de transformar a escola em uma entidade baseada em uma cultura institucional de qualidade.

Dentro da escola, o gestor legitima a sua atuação através dos colegiados escolares, cujo papel consiste no apoio e na colaboração para a implementação dos projetos educativos. O gestor exerce sua liderança em conjunto com os grupos de apoio administrativo, equipe pedagógica, professores e pais que juntos colaboram para a execução das atividades e metas previstas.

O gestor, no seu trabalho cotidiano, lidera os atores que vivem dentro e em torno da escola, influenciando-os e interagindo com eles para dar e receber contribuições que levem à realização dos objetivos da escola. De fato, conforme Carvalho (2003, p. 20), pode-se observar que liderar significa, também “coordenar as ações e os resultados obtidos na escola, explicitando em seus planos de trabalho por meio de avaliações contínuas” e formar outras lideranças que interajam nos distintos grupos, fomentando a autonomia.

Uma gestão se efetiva por meio de avaliação dos resultados, dos planos e estratégias em função das metas estabelecidas que se apresentam. Uma liderança eficaz não se baseia apenas em comando, mas garante condições para que os liderados produzam e alcancem os bons resultados. Essa liderança procura antecipar tendências futuras, inspirar professores em uma visão institucional para que eles assumam compromissos de conformidade. O diretor, como líder, é aquele que motiva seus colegas a fazer mais do que ele espera, produzir mudanças na instituição de forma integral. Caracteriza-se também por ser o inovador em ações. Até mesmo a identificação de características comportamentais mais próximas da liderança permitindo compartilhar o impacto sobre os resultados de aprendizagens dos alunos, promovendo o gerenciamento educacional (SANTOS, 2002a).

Ainda nesta perspectiva direcionada ao discente, Carvalho (2003) aborda que o exercício da liderança depende da forma como o gestor vê o seu papel e da forma como ouve, observa e compreende o aluno. Além disso, estes muitas vezes não recebem de outra instituição social um acompanhamento socioafetivo, ficando o gestor e sua equipe pedagógica sem o devido apoio para enfrentar essa nova situação.

Considerando este cenário, torna-se importante o papel da direção da escola e sua capacidade de liderar professores; o papel da comunidade na busca de soluções para os desafios colocados na escola, almejando novas práticas pedagógicas para a articulações junto aos alunos em diferentes aprendizagens. Soma-se o fato que a instituição de ensino possui uma diversidade de demandas, como é o caso da política de inclusão que há muito reivindica um espaço na escola regular (SANTOS, 2002a).

A qualidade da educação da escola pública tem sido alvo de polêmicas no Brasil, existindo obstáculos que às vezes impedem uma escola de crescer. Isso traz uma preocupação ao ambiente escolar, aos educadores e a sociedade em geral.

Para que isso seja minimizado, se faz necessário que a gestão da escola reveja e valorize o seu processo de ensino através do Projeto Político-Pedagógico (PPP). De acordo com Santos (2002a), a falta de tempo dos gestores é um dos principais motivos para problemas relacionados ao planejamento. Em meio às atividades demandadas por sua função, a realização do PPP acaba não acontecendo, fazendo com que seja simplesmente revisado e reproduzido. Tal procedimento contraria as bases da gestão democrática, referenciada na conscientização, no diálogo e nos acordos coletivos.

À medida que formas diferentes de organização popular foram sendo lançadas, novas ideias e práticas adotadas na educação, o que promoveu reformas conduzidas pela comunidade. Essas ações sustentaram a importância do desenvolvimento de escolas comunitárias consideradas “autônomas”, baseadas nos princípios de solidariedade, cooperativismo e autogestão. O acúmulo desses princípios exigiu o estabelecimento de participação comunitária na educação, a fim de transformar as escolas locais em veículos influentes de democratização, empoderamento e justiça social.

Ghanem (2004) apresentou uma pesquisa a respeito da participação da comunidade escolar nos processos da escola, e, dessa forma, demonstrou a relevância da gestão democrática. O conceito de democracia implica a máxima participação possível dos cidadãos nas decisões públicas, assumindo o poder de refletir, debater e, em numerosas ocasiões, decidir. Portanto, se analisarmos o conceito do ponto de vista pedagógico, é responsabilidade do sistema educacional preparar os cidadãos para o exercício da democracia. A educação, segundo o ordenamento constitucional brasileiro, deve ser um instrumento a serviço da convivência democrática e, a escola, como primeira etapa de formação, o espaço ideal para as aprendizagens necessárias.

Nessa linha, Romão (2000) considera que a educação para uma cidadania democrática ativa é essencial para a construção de uma sociedade livre, tolerante e justa, promovendo e educando, desde a educação infantil, os valores e princípios da liberdade, do



pluralismo e dos direitos humanos, construindo assim um mundo mais solidário. Por tudo isso, é imprescindível que desde a escola os cidadãos sejam educados para que aprendam a viver no complexo mundo contemporâneo, com o propósito de participar de uma sociedade em mudança, bem como apostar na gestão e na defesa democrática de um sistema de valores com justiça e respeito pelas diferenças.

Nesse sentido, de acordo com Dourado (2006), destaca-se que se uma sociedade está firmemente empenhada em ser democrática, ela requer a participação ativa e crítica da sociedade. A escola deve preparar essa participação cidadã lançando os fundamentos teóricos e oferecendo instrumentos práticos que permitam a experimentação no espaço e no tempo escolar.

Quando se trata de participação efetiva, para valorizá-la é necessário repensá-la e refletir sobre as vantagens de viver em uma sociedade firmemente comprometida com a participação plena e ativa. Conforme destaca Libâneo (2008), se algo é considerado próprio, é defendido, respeitado e amado. Desse modo, quando se põe em prática uma série de normas comunitárias, que vêm sendo debatidas democraticamente, elas são seguidas porque acabam sendo consideradas necessárias. Em sentido contrário, quando se pratica a imposição, as respostas se direcionam para a indiferença ou rebeldia.

A educação, em suma, não pode renunciar à construção de uma cidadania ativa, crítica e responsável, na convicção de que esse tipo de cidadania não é algo inerente à pessoa, nem pode ser improvisado, mas sim aprendido. Apostar na educação significa, no seu sentido mais essencial, trabalhar pela construção da cidadania, ou seja, dotar toda a população dos instrumentos necessários ao exercício ativo dos direitos e à assunção de responsabilidades [...] (OLIVEIRA; MORAES e DOURADO, 2009).

A democracia na escola tem a ver com o interesse em buscar o bem comum. É necessário reconhecer que, apesar do fato de que os interesses mútuos são frequentemente incompatíveis, há uma influência inevitável das ações dos outros em nossas próprias ações. Pensar no bem comum implica uma negociação, um conhecimento de diferentes posições e interesses para chegar às decisões que envolvam o maior benefício para as pessoas e o mínimo dano possível para grupos e indivíduos.

Na escola, a busca do bem comum tem a ver com pensar nas possibilidades de ação que favoreçam um sentimento compartilhado na comunidade educativa, permitindo uma convivência potente e construtiva ao se colocar os meios para atingir os objetivos de todos os agentes. E, especificamente, para que todos os discentes possam se desenvolver e atingir seus anseios acadêmicos, pessoais, sociais e afetivos. Levar em conta o bem comum parece ser algo difícil porque o individualismo que prospera na cultura neoliberal, como cogumelos em um ambiente úmido e escuro, torna quase impossível uma dinâmica de participação em que o interesse geral prevaleça sobre as individualidades.

A visão de gestão democrática faz com que todos os indivíduos se envolvam no contexto educacional e se tornem responsáveis: pais, alunos, equipe da escola, corpo docente e comunidade. Dessa forma, se possibilita que o PPP seja construído de maneira coletiva, colaborando para uma possível autonomia, mesmo que com restrições. Nesse caso, existe uma busca para a solução de problemas da qualidade do ensino nas escolas a partir de indagações que são afirmadas sobre a variedade em espaços de convívio e de interação:

[...] a diversidade é fruto da convivência e da interação entre pessoas, similarmente distintas, principalmente num país como o Brasil, formado por culturas das mais variadas e com um território muito extenso, o que propicia a existência de contextos de produções variadas. O encontro das diferentes culturas acontece na vida cotidiana e nos traz acréscimos na aprendizagem (KRAMER, 1986, p. 46).

Assim, a participação na escola, em geral, é um componente democrático que se estimulado nas atividades pedagógicas e no dia a dia, possivelmente contribuirá na formação do discente e na harmonização das relações interpessoais da comunidade. Neste aspecto, para que se efetive a gestão democrática escolar é preciso que as instituições escolares tenham como elemento central o estudante, e contemplem a diversidade e as diferenças.

Pensar em uma escola democrática implica pensar em alunos que são sujeitos do processo educacional. Uma escola democrática precisa ultrapassar os discursos e ter efetivamente hábitos democráticos. A participação na tomada de decisões e as relações entre aqueles que integram a comunidade escolar necessariamente precisam superar hierarquias. Uma educação para a democracia não pode concretizar-se apenas em atos esporádicos de exercício do voto em determinadas decisões; ela precisa fazer parte da vida das pessoas. A formação para a democracia pressupõe ações efetivamente democráticas no cotidiano da escola (MENDES, 2009, p. 110).

Desta forma, a democracia na escola deve ser plural e descentralizadora. Disto seguem várias implicações. Por um lado, não deve haver poder absoluto, hierarquizado. O poder deve ser distribuído de forma que todos os membros da comunidade possam exercer influência sobre sua vida e sobre a vida do coletivo. Por outro lado, deve haver um reconhecimento da diversidade. Não se pode pensar em uma escola que seja democrática se não for inclusiva ou se tende a excluir determinados perfis de alunos. Conseqüentemente, a escola deve ser um espaço no qual todos são chamados a aprender o máximo possível em relação aos seus interesses, habilidades e motivações. Além disso, a aceitação da pluralidade deve ser refletida em um currículo no qual haja acesso a uma variedade de informações e pontos de vista. Neste aspecto, entende-se que o conhecimento é parcial, contingente e relativo, não existindo fontes imutáveis e infalíveis (MENDES, 2009).

Diante desses valores fundamentais da democracia na escola, a participação, embora possa ser considerada um valor, é antes um mecanismo, uma forma de ação inerente à organização democrática que deve ser acompanhada por outra série de valores democráticos (LIBÂNEO, 2008). Na seção seguinte apresenta-se uma estrutura conceitual para definir e abordar a participação.

A escola pública democrática, portanto, deve ser compreendida aqui como um lugar para ampliar as oportunidades educacionais, difundir os conhecimentos e sua reelaboração crítica, aprimorar a prática educativa escolar visando à elevação cultural e científica das camadas populares, contribuindo, ao mesmo tempo, responder às suas necessidades e aspirações mais imediatas e à sua inserção em um projeto coletivo de mudança da sociedade (LIBÂNEO, 2008, p.34).

Ainda na perspectiva das práticas participativas, analisando a situação e a emergência da democracia, Vasconcellos (2006) diz que a participação dentro de um centro pode ocorrer em diferentes níveis. A participação pode ocorrer tanto no nível da sala de aula quanto no nível da escola. Isso implica que, para se ter uma visão global da participação, é conveniente atender não só ao que acontece dentro de cada sala de aula, mas também às atividades, estruturas e eventos do centro em geral. Quanto aos contextos de participação, existem três contextos em que a participação pode ocorrer: político, acadêmico e comunitário.

O contexto político refere-se a tudo o que está relacionado com a gestão e controle do centro, como por exemplo gestão de recursos e distribuição dos espaços. O contexto acadêmico refere-se às relações pedagógicas em sala de aula, como conteúdo, metodologia e demais procedimentos. Por último, a participação em atividades extracurriculares é realizada no âmbito da comunidade. Esses três contextos não são elementos estanques, pois a mesma atividade ou decisão pode ser incluída em mais de um conjunto. Por exemplo, organizar uma

atividade de oficina em salas de aula pelas famílias seria uma atividade que se relacionaria aos contextos acadêmico e comunitário. Nesta perspectiva,

É sempre importante lembrar que qualquer autonomia é relativa; o discurso da autonomia não deve ser utilizado como justificativa de fechamento, isolamento, autossuficiência. Não devemos esquecer que o trabalho desenvolvido na instituição escolar, independente da ordem jurídica da sua mantenedora (estatal, comunitária ou privada), possui uma dimensão pública, uma função social, já que se refere a direitos fundamentais da cidadania (VASCONCELLOS, 2006 p.21).

Diante destas características de autonomia apontadas pelo autor, percebe-se a importância da relativização das ações e das ponderações em ambiência coletivas. Assim, ressalta-se no texto de Santos (2002a) que o modelo hegemônico de democracia tem sido hostil à participação ativa dos cidadãos na vida política e, se o aceitou, confinou-o ao nível local. Essa é a conhecida questão das escalas, na qual é possível construir densas complementaridades entre democracia participativa e democracia representativa e, portanto, entre escalas locais e escalas nacionais.

Neste momento faz-se referência às possíveis articulações transnacionais, entre diferentes experiências locais de democracia participativa ou entre essas experiências locais e movimentos de organizações transnacionais interessados na promoção da democracia participativa. A globalização contra hegemônica acontece, nesse domínio, por essas articulações. São elas que permitem a criação do contra hegemônico local – o local que seria o outro lado do contra hegemônico global. Essas articulações conferem credibilidade e fortalecem as práticas locais pelo fato de transformá-las em fios de redes e movimentos maiores, com capacidade transformadora. Por outro lado, tais articulações possibilitam a aprendizagem recíproca e contínua, o que, em nosso entender, é um requisito essencial para o sucesso de práticas democráticas energizadas pela possibilidade de uma democracia de alta intensidade (SANTOS, 2002a).

A solução dada pela teoria hegemônica da democracia ao problema da relação entre democracia representativa e democracia participativa (a solução de escalas), não é uma solução adequada, pois deixa intacto o problema das gramáticas sociais e oferece uma resposta simplista, exclusivamente geográfica, ao problema da combinação entre participação e representação (SANTOS, 2002a).

A participação pode gerar reflexos favoráveis provenientes dos estímulos criativos visando melhorias, ao invés de negar, a experiência associativa das pessoas. Até o momento, não há indicadores claros para medir a natureza democrática e participativa das reformas educacionais. Segundo Abranches (2003), a descentralização e a autonomia da instituição escolar tornaram-se indicadores positivos para medir o avanço das reformas em curso. No entanto, nem a descentralização nem a autonomia escolar, por si só, garantem níveis mais elevados ou melhores de participação, consulta ou democracia.

A descentralização pode significar apenas deslocar e multiplicar o poder centralizado em vários poderes, também concentrados, em níveis intermediários e locais. Autonomizar a escola pode significar desvincular-se dela, abandoná-la às próprias fortalezas e fragilidades, ou autonomia coxa, referindo-se apenas aos aspectos administrativos (e mesmo apenas a uma parte deles), e não também aos aspectos curriculares e pedagógicos. Como foi apontado e verificado empiricamente, se a autonomia profissional (competência de leitura) das equipes docentes não for garantida, a autonomia escolar pode levar a uma maior deterioração, ao invés de melhoria, na qualidade e equidade da oferta educacional e na dos aprendizados. (LIBÂNEO, 2008).

Existem diferentes níveis de participação dos responsáveis pelos discentes e da comunidade em geral, que vão desde a utilização de serviços, como o mecanismo de seleção

para uso, passando por contribuições e comparecimento a reuniões, até os formulários que realizaram ações concretas na prestação de serviços educacionais e na tomada de decisões sobre problemas de planejamento, execução e avaliação. Tudo isso nas diferentes temáticas que se desenrola a vida escolar: pedagógico, administrativo, clima escolar e relações com o meio ambiente (ROVIRA, 2000).

A capacidade daqueles que tentam construir uma experiência política e pedagógica democrática é definida pela capacidade de impor sua compreensão particular, seu significado, como um significado universal. É a luta pela hegemonia, que passa pela capacidade de articulação dos múltiplos sentidos que coexistem nas escolas e na sociedade, por exemplo, em torno do significado de gestão democrática (LUCK, 2009).

Para que a gestão educacional seja redimensionada, nos aspectos democráticos, onde os princípios de cidadania sejam exercidos na sua plenitude, é imprescindível que o gestor faça uma autoavaliação de suas atribuições e passe a traçar metas para o desenvolvimento pleno das competências dos educandos e para a autonomia da escola. A esse respeito, Neves (1995) em seus estudos discorre que a autonomia praticada pela comunidade escolar se constitui a essência da democracia e da cidadania. Neste processo de prática compartilhada na escola promovida e estimulada pelos gestores junto à comunidade, torna a responsabilidade pelas dificuldades e ações exitosas compartilhadas.

Deste modo, para abordar mais de perto as concepções de Gestão Escolar, utilizamos os referenciais teórico-metodológicos de Libâneo (2011, p. 449). O objetivo foi suscitar indicadores para analisar a gestão da escola, o projeto político-pedagógico (PPP) e o conselho escolar, aqui denominado de associação de pais, a partir de referenciais citados nos documentos analisados nesta investigação.

#### **Quadro 01: Concepções de Organização e Gestão Escolar**

<b>Classificação das Concepções/Características:</b>	
<b>Técnico-científica</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Prescrição detalhada de funções e tarefas, acentuando a divisão técnica do trabalho escolar.</li> <li>* Poder centralizado no diretor, destacando-se a relação de subordinação, em que uns têm mais autoridade do que outros.</li> <li>* Ênfase na administração regulada (rígido sistema de normas, regras, procedimentos burocráticos de controle das atividades), descuidando-se, às vezes, dos objetivos específicos da instituição escolar.</li> <li>* Comunicação linear (de cima para baixo), baseada em normas e regras.</li> <li>* Mais ênfase nas tarefas do que nas pessoas.</li> </ul>
<b>Auto gestionária</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Vínculo das formas de gestão interna com as formas de autogestão social (poder coletivo na escola para preparar formas de autogestão no plano político).</li> <li>* Decisões coletivas (assembleias, reuniões), eliminação de todas as formas de exercício de autoridade e de poder.</li> <li>* Ênfase na auto-organização do grupo de pessoas da instituição, por meio de eleições e de alternância no exercício de funções.</li> <li>* Recusa as normas e a sistema de controles, acentuando a responsabilidade coletiva.</li> <li>* Crença no poder instituinte da instituição e recusa de todo poder instituído. O caráter instituinte dá-se pela prática da participação e da autogestão, modos pelos quais se contesta o poder instituído.</li> <li>* Ênfase nas inter-relações, mais do que nas tarefas.</li> </ul>

<b>Interpretativa</b>	<p>A escola é uma realidade social subjetiva construída, não dada nem objetiva.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>* Privilegia menos o ato de organizar e mais a “ação organizadora”, com valores e práticas compartilhadas.</li> <li>* A ação organizadora valoriza muito as interpretações, os valores, as percepções e os significados subjetivos, destacando o caráter humano e preterindo o caráter formal, estrutural, normativo.</li> </ul>
<b>Democrática e participativa</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>* Definição explícita, por parte da equipe escolar, de objetivos sociopolíticos e pedagógicos da escola.</li> <li>* Articulação da atividade de direção com a iniciativa e a participação das pessoas da escola e das que se relacionam com ela.</li> <li>* Qualificação e competência profissional.</li> <li>* Busca de objetividade no trato das questões da organização e da gestão, mediante coleta de informações reais.</li> <li>* Acompanhamento e avaliação sistemáticos com finalidade pedagógica: diagnóstico, acompanhamento dos trabalhos, reorientação de rumos e ações, tomada de decisões.</li> </ul>

Fonte: LIBANEO, (2011, p. 449).

Ressalta-se que estas categorias descritas pelo autor embasaram o diálogo com as concepções de gestão encontradas na pesquisa de campo realizada. Buscou-se compreender os desafios de uma escola do campo face aos desafios da gestão democrática e a realidade da comunidade local, bem como seus processos democráticos de participação.

Diante desta problematização, percebe-se que

A educação sozinha não muda a sociedade. Mas nem a sociedade muda sem isso. Para que possamos construir uma sociedade livre de todo tipo de opressão, a educação deve ser emancipadora, capaz de transformar o presente e o futuro das crianças, adolescentes, jovens e adultos da reflexão, do diálogo, pensamento crítico; da capacidade de investigar, questionar, discernir, imaginar e atuar em outros mundos possíveis (FREIRE, 2001, p.40).

A emancipação começa, como discorre Freire (1996), a partir do diálogo como um princípio ético e político. É do diálogo que a educação, sendo emancipadora, pode ser orientada para os propósitos dos direitos humanos, à construção da paz e à cidadania ativa e crítica, visando o fortalecimento da democracia e a superação das desigualdades e das discriminações.

Os estudos de Freire (2000) especificam que os centros educacionais são lugares de reuniões essenciais, onde os cidadãos podem atuar juntos para resolver seus problemas, trabalhar coletivamente em projetos, encontrar e experimentar os tipos de diferenças e praticar a democracia. A participação popular, especialmente dos sujeitos da comunidade educativa, deve estar presente no desenho, definição, desenvolvimento e implementação de políticas educacionais e projetos político-pedagógicos. Estes são elementos fundamentais para a organização da gestão democrática na educação.

As investigações de Gadotti (2004) questionam o papel da escola na socialização democrática de seus alunos. Em vez disso, a questão que se coloca é se a escola em sua forma atual se mostra capaz e disposta a cumprir esse papel. Há muitas décadas um debate se arrasta nas ciências pedagógicas, bem como no campo da educação cívica, sobre os problemas e as possibilidades da educação democrática. As demandas por mais autonomia e por uma extensão da configuração autogerida das escolas de seu ambiente correspondem às demandas por uma redução da influência do estado e da regulamentação do setor educacional.

A educação libertadora pode contribuir para a construção do Projeto Político-Pedagógico, que deve ser construído de forma participativa e assim auxiliar na consolidação da gestão democrática. Isto posto, este estudo destacou o papel da participação da comunidade escolar neste processo, principalmente, do conselho escolar, compreendido nas escolas de famílias-agrícolas e com filosofias similares, como ‘associação de pais’ ou ‘responsáveis’.

#### 1.4 Conselhos Escolares: Possibilidades e Ações

São diversos os desafios à participação democrática, mesmo buscando elementos que atendam às necessidades por qualidade de vida e inclusão, pois, no geral, o que tem prevalecido nesse contexto são visões naturalizadas e limitadas que colaboram com a estrutura desigual. Neste aspecto a pluralidade e singularidades necessitam ser consideradas e respeitadas, tendo em vista que cada escola possui sua própria identidade, pois,

O desenvolvimento de uma política de reforço para a autonomia das escolas, mais do que ‘regulamentar’ o seu exercício deve criar as condições para que ela seja ‘construída’ em cada escola, de acordo com as suas especificidades locais e no respeito pelos princípios e objetivos que enformam o sistema público nacional de ensino (BARROSO,1998, p. 23).

Ainda de acordo à perspectiva aqui adotada, Dourado (2006) destaca que a gestão democrática deve ser similar ao processo de aprendizagem e de luta política que não se limita às práticas educacionais. Ao contrário, enxerga, nas características dessa prática da sociedade e da sua autonomia circunstancial, a possibilidade de se criar canais de participação e de aprendizagem no jogo democrático e, dessa forma, ressignificar estruturalmente o poder autoritário que permeia as relações da sociedade e, no seu centro, as práticas educacionais.

Diante desses aspectos, a gestão democrática deve refletir o produto das ações e das vontades de seus agentes como prática que está diretamente ligada à função social da escola e que traz, como objetivo, uma política pedagógica e administrativa voltada para a orientação dos processos de participação das comunidades locais e escolares.

Reforçando tal argumento, Fortuna (2002, p. 149) assinala que “a gestão democrática engloba o processo de coletividade e de totalidade, onde o requisito primordial é a participação concreta de todos”, o que se faz pensar no relacionamento das dimensões sociais e subjetivas. É preciso perceber que não se pode conceber o processo democrático como um produto finalizado, mas como um processo que se constrói permanentemente, com pressupostos históricos em desenvolvimento.

Dessa forma, encontra-se em Paro (2002) elementos que contribuem na questão da Gestão Escolar, pois é necessário que haja coerência entre o objetivo e a mediação que lhe proporciona a realização, de forma que finalidades democráticas não devem ser atingidas com o autoritarismo.

Com relação à participação, a perspectiva adotada por Ferreira (2006) diz que a gestão democrática é feita coletivamente na prática, no momento em que se traçam decisões acerca de todo o Projeto Político-Pedagógico sobre os fins e objetivos de planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, e outros elementos de apoio administrativo e operacional.

Como foi visto, a participação na administração da escola está, pelo menos teoricamente, garantida por meio do funcionamento do Conselho Escolar, cuja forma atual é resultado de uma longa e dura luta política que data do início da década de 1980, com o sentido de dotar a escola de autonomia pedagógica e de gestão.

Gadotti (1997) enfatiza que a autonomia é uma reivindicação da escola desde a antiguidade. Para ele, a ideia de autonomia é intrínseca à ideia de democracia e cidadania.

Com autonomia a escola torna-se o centro das decisões e, ao mesmo tempo, assume a responsabilidade por essas decisões. Colaborando nesta abordagem para Araújo (2004), a organização escolar pautada na participação coletiva e na cooperação, contrapõe-se à administração escolar de cunho capitalista, com base no autoritarismo e na gerência como controle do trabalho alheio, e preocupa-se com a superação da ordem autoritária existente na sociedade.

Conforme Paro (1991), as vantagens da gestão democrático-participativa, em que as decisões do trabalho organizacional são tomadas pelo grupo, alcança não só a democratização interna da escola, mas também o fortalecimento dela externamente. Ou seja, abrange toda a comunidade escolar.

Envolver a comunidade escolar nos conselhos constitui fator fundamental. O artigo 12, incisos I e II da LDB 9.394/1996 delega aos estabelecimentos de ensino, a tratativa e a responsabilidade pela gestão própria, envolvendo os aspectos pedagógicos, administrativos e financeiros.

Contudo, pode-se observar a prática da autonomia e da democracia com significativas obstáculos. Trata-se do cenário vivenciado por camponeses que precisam tomar decisões em meio às dificuldades de sobrevivência.

Os filhos dos camponeses tinham que optar entre continuar os estudos e sair da família e do meio rural para as cidades ou permanecer junto a família e o trabalho rural e interromper o processo escolar. As famílias precisavam da presença e trabalho dos filhos e ao mesmo tempo não tinham condições de mantê-los nas cidades (QUEIROZ, 1997, p 41).

Assim, considerando esse cenário, destacam-se as principais responsabilidades dos Conselhos escolares: Participar das oficinas de construção/atualização da identidade institucional; Realizar a autoavaliação institucional da dimensão atribuída; Apresentar os resultados obtidos à equipe de gestão em cada fase da construção; Acompanhamento para a execução do PPP; Aconselhar toda a comunidade educativa no planejamento de cada dimensão; Alertar sobre as mudanças necessárias ao planejamento de acordo com a realidade que se apresenta, de forma a atingir os objetivos traçados; Colaborar na construção, monitoramento e avaliação do plano ou planos de melhoria (SOUSA, 2016).

Apesar da diversidade da experiência participativa nos Conselhos de Escola, eles têm gerado resultados favoráveis em alguns aspectos da vida escolar, transcendendo até a própria escola. Os resultados foram expressos, em primeiro lugar, na melhoria dos resultados dos alunos; em segundo, com a contribuição para a consolidação de processos democráticos dentro da escola e mesmo fora dela; e por fim, a respeito das medidas implementadas que parecem ter favorecido o sucesso da participação escolar. Todos os mecanismos de participação realizados nestas experiências foram implementados em caráter piloto e, posteriormente, estendidos a contextos mais amplos, para em seguida integrá-los na política educacional, onde os mecanismos de participação entregues às organizações são legalmente amparados (SOUSA, 2016, PARO, 2002).

A partir desta reflexão teórico-metodológica, no capítulo seguinte, apresenta-se a caracterização da instituição onde foi realizada a pesquisa, de forma a analisar o cotidiano da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete” e da sua comunidade escolar, evidenciando as características singulares reveladas nesse contexto.

## 2 ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA “JACYRA DE PAULA MINIGUITE” - LÓCUS DO ESTUDO

De modo a analisar a Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”, *lócus* deste estudo, foi preciso observar as suas principais especificidades territoriais, sociais, políticas e culturais de modo que pudessem ser valorizadas e compreendidas.

Assim, a Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” se constitui em uma instituição pública municipal, vinculada à Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco, por meio da Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Situa-se na Rodovia Barra de São Francisco X Ecoporanga, Km 07, Córrego Recreio, Zona Rural, no estado do Espírito Santo - ES.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, a população do município de Barra de São Francisco, no último Censo demográfico em 2010, era de 40.649 pessoas. A área da unidade territorial deste município em 2019 estava dimensionada em 944,521 km<sup>2</sup>. Ainda segundo dados estatísticos, conferidos pelo Censo das Cidades, neste município, se apresentavam os seguintes dados:

**Tabela 01:** Dados do Censo das Cidades

### TABELA X- POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO BARRA DE SÃO FRANCISCO – ES

População estimada [2020]	<b>44.979</b> pessoas
População no último censo [2010]	<b>40.649</b> pessoas
Densidade demográfica [2010]	<b>43,16</b> hab./km <sup>2</sup>

**Fonte:** IBGE. Disponível em <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>>. Acesso em 10/11/2020.

Em relação aos dados da educação no município de Barra de São Francisco, o censo das cidades apresentou dados relevantes para analisarmos o cenário educacional, conforme consta na tabela 2, a seguir:



**Tabela 02:** Dados Educacionais do Município de Barra de São Francisco – ES

<b>Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010]= 96,2 %</b>
<b>IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017] =5,9</b>
<b>IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]= 3,9</b>
<b>Matrículas no ensino fundamental [2018]= 5.534 matrículas</b>
<b>Matrículas no ensino médio [2018]= 968 matrículas</b>
<b>Docentes no ensino fundamental [2018]= 342 docentes</b>
<b>Docentes no ensino médio [2018] = 98 docentes</b>
<b>Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018]=38 escolas</b>
<b>Taxa de escolarização de 6 a 14 anos de idade [2010] = 96,2%</b>
<b>IDEB – Anos iniciais do ensino fundamental (Rede pública) [2017]= 5,9</b>
<b>IDEB – Anos finais do ensino fundamental (Rede pública) [2017)= 3,9</b>
<b>Matrículas no ensino fundamental [2018] = 5.534 matrículas</b>
<b>Matrículas no ensino médio [2018] - 968 matrículas</b>
<b>Docentes no ensino fundamental [2018] - 342 docentes</b>
<b>Docentes no ensino médio [2018] = 98 docentes</b>
<b>Número de estabelecimentos de ensino fundamental [2018] =38 escolas</b>
<b>Número de estabelecimentos de ensino médio [2018]- = 6 escolas</b>

Fonte: IBGE. Disponível em: < <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>>. Acesso em 10/11/2020.

Neste estudo, destacou-se ainda, que em 2015, os discentes dos anos iniciais da rede pública de Barra de São Francisco tiveram nota média de 5,6 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB. Este índice teve origem no ano de 2007 e fora criado pelo Ministério da Educação como uma ferramenta sintética de acompanhamento da qualidade na educação. Além disso, os resultados gerados pelo IDEP servem como direcionadores para ações de políticas públicas no Brasil. A base de cálculo do IDEB agrega os dados de aprovação escolar, provenientes do censo escolar, além das médias de desempenho obtidas por meio do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) (INEP/MEC, 2021). Para os alunos dos anos finais essa nota foi de 3,7. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 38º de 78º. Considerando as

notas dos alunos dos anos finais, a posição ficou em 68º de 78º. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 96.2 em 2010. Tal fato inseria o município na posição 68º de 78º, dentre as cidades do estado, e na posição 4435º de 5570º, dentre todas as cidades do Brasil (IBGE, 2019).

As principais características da Escola Família Agrícola são: a responsabilidade das famílias na gestão por meio de uma Associação de Pais da Escola Família Agrícola (APEFA); a alternância dos períodos entre o meio de vida socioprofissional e Casa Familiar, onde o educando exerce na prática uma concepção dialética de formação; a vida dos educandos em pequenos grupos na educação integral; e uma pedagogia diferenciada que se chama Pedagogia da Alternância.

A lógica dialética levanta vários princípios que servem como fundamentos gerais para conceber o processo de ensino-aprendizagem: princípio da concatenação universal dos fenômenos; princípio do historicismo; princípio da unidade do histórico e do lógico; princípio da ascensão do abstrato ao concreto; princípio da bifurcação da unidade e do conhecimento das partes contraditórias do objeto; além do princípio da unidade de análise e síntese (DOURADO et. al., 2011).

Percebe-se que tais singularidades qualificam a Escola Família Agrícola em uma posição de valorização da cidadania e dos princípios democráticos de gestão. Tais especificidades presentes desse coletivo escolar, oferece elementos para análises sobre experiências que podem ser exitosas para a formação humana.

Segundo Frossard (2017), a Pedagogia da Alternância surgiu na França nos idos da Década de 1930, na época da Segunda Guerra Mundial, e teve sua evolução ligada a uma esperança de crescimento para a população camponesa da cidade de *Srignac-Pboudou*, no Sudeste da França. Disseminou-se pelo mundo e chegou ao Brasil em meados da Década de 1960, na época da Ditadura Militar, sendo o primeiro país fora da Europa a implantar a Pedagogia da Alternância.

De acordo com Frossard (2017), a Pedagogia da Alternância possui 80 anos de existência no mundo e quase meio século no Brasil. Mas, mesmo com esse tempo de história no país, ainda é pouco conhecida para muitos profissionais da Educação.

Os estudos dos autores, Tavares e Matsumoto (2012), destacam que as escolas Agrotécnicas, em geral, estão enfrentando um cenário complexo de mudanças educacionais, políticas e sociais. Por um lado, as mudanças que afetam todo o sistema educacional representam a necessidade de determinadas adaptações para ajustar propostas globais para ambas as condições, micro e macrorregionais, como temáticas educacionais e empresariais. Nos anos de 2000-2020, as áreas rurais passaram por transformações sociais e produtivas que mudaram a vida de seus habitantes. Em particular, as políticas econômicas e o avanço de novos modos de produção levaram a uma redefinição do trabalho rural, à exigência de produtos de mão de obra qualificada para novas tarefas e a expulsão dos pequenos e médios produtores com base em uma organização familiar de trabalho – como dos trabalhadores rurais do setor agrícola.

Dentre as principais características da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyr de Paula Miniguete” de Barra de São Francisco, percebe-se a sua singularidade em relação à proposta pedagógica clássica de outras escolas da Rede de Ensino do referido município. Esta unidade escolar possui seu currículo voltado para a realidade rural em que vivem as famílias dos alunos. Os pais são chamados a participar da vida da escola, desde o acompanhamento integral dos filhos, quando estão junto à família até na administração, coordenação e manutenção da escola.

Utilizando da Pedagogia da Alternância, a EMFA Jacyr de Paula Miniguete de Barra de São Francisco, mesmo com as dificuldades, encontra-se na contramão da história da educação, com vários atores em potencial. Não se pode negar que a EMFA é uma tentativa de

mostrar à realidade local uma resistência cultural a partir da vida e da luta dos camponeses que fizeram a história acontecer.

Os atores sociais da EMFA Jacyra de Paula Miniguite são os agentes que buscam construir o cotidiano vivenciado nas experiências educativas, com base no contexto político e social dos estudantes e da comunidade. São eles: educandos, monitores, pais e mães, parceiros e outros a que chamam de companheiros de caminhada. Os docentes parecem valorizar os eixos norteadores apresentados por Boneti (2000), o que implica a construção de uma escola que consegue realizar uma intervenção concreta na realidade onde se encontra, a saber: nos assentamentos rurais de onde são provenientes a maioria dos educandos e famílias que compõem as EFAs.

A Associação de Pais da Escola Família Agrícola é um dos pilares das Escolas Família Agrícola. É a gestão educacional realizada pelos atores provenientes das comunidades que também assumem determinados costumes e hábitos da sociedade capitalista e o reproduzem em suas práticas de gestão. Atualmente, os pais que participam do conselho são, em sua maioria, partícipes da luta pela terra e lideranças em suas comunidades nos assentamentos. Neste sentido, Cury (2000) realiza uma abordagem necessária para que possamos compreender o significado do Conselho e suas especificidades.

Conselho vem do latim *Consilium*. Por sua vez, *consilium* provém do verbo *consulo/consulare*, significando tanto ouvir alguém quanto submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e bom senso. Conselho é também lugar onde se delibera. Deliberar implica a tomada de uma decisão, precedida de uma análise e de um debate, que por sua vez, como se viu, implica a publicidade dos atos na audiência e na visibilidade dos mesmos (CURY, 2000, p. 47 – 48).

A gestão democrática é também a presença no processo e no produto de políticas de governo. Os cidadãos querem mais do que serem executores de políticas; querem que os ouçam a partir de uma digna presença nos momentos de elaboração dos projetos. Sinais desse tipo de presença são chamados de orçamentos participativos de muitos municípios (CURY, 2000).

Destaca-se, para este estudo, que se observou uma cultura de participação por parte dos pais e mães dos educandos da EMFA de Barra de São Francisco. Isto ficou clarificado durante minhas observações e vivências de realidade feitas no estágio pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ. Ainda na visão de Cury (2000, p.51), “[...] participar é ter parte. O primeiro movimento visa informar, dar publicidade, e o segundo é estar presente, ser considerado um parceiro nas grandes definições de uma deliberação ou de um ordenamento”.

A Gestão da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” é feita pela APEFA. Significa que, na EMFA, as famílias se responsabilizam pela educação de seus filhos. As assembleias são as instâncias máximas da APEFA. Nas reuniões deliberativas decidem-se os pais que serão responsáveis pela Gestão e farão parte do Conselho Administrativo com mandato de dois anos.

De modo a observar os cenários em que a escola se encontra envolvida, seguem algumas imagens da escola e de suas atividades:



**Figura 1:** Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”  
Fonte: <https://sitebarra.com.br/v5/wp-content/uploads/2015/08/DSC03662.jpg>

Neste cenário, pode-se observar características a simplicidade da edificação da escola, com o entorno arborizado e a circulação de crianças e jovens no pátio. Na sequência, mostra-se a sala de aula e uma atividade pedagógica.



**Figura 2:** Atividade Interna com os Estudantes da EMFA Jacyra de Paula Miniguite  
Fonte: <https://sitebarra.com.br/v5/wp-content/uploads/2015/08/DSC03503.jpg>

Na ambiência de sala de aula observa-se a organização em círculo do mobiliário, sugerindo uma ambiência de proximidade, própria ao diálogo e à troca de vivências. A imagem registrada na figura 3, também sugere uma atividade pedagógica reflexiva.



**Figura 3:** Passeata com os Estudantes da EMFA Jacyra De Paula Miniguite  
Fonte: <https://sitebarra.com.br/v5/wp-content/uploads/2015/08/DSC03762.jpg>

Nesta imagem da figura 3, a projeção da bandeira com elementos identitários da escola expostos pelas crianças, sugerem a valorização da história da escola. Estas experiências práticas representativas também se mostram presentes na figura 4, a seguir.



**Figura 4:** Plantio do Milho com os Estudantes da EMFA Jacyra De Paula Miniguite  
Fonte: <https://sitebarra.com.br/v5/wp-content/uploads/2015/08/DSC03672.jpg>

A imagem revela a importância de ações pedagógicas que propiciem a apropriação do fluxo do processo produtivo de cada localidade, a multiplicidade de culturas e vivências.

Com tais atividades práticas de colheita, revela-se uma proposta pedagógica de partilha, de coletividade e de simbologias.

Deste modo, a Proposta Pedagógica da EMFA Jacyra de Paula Miniguite se constituiu numa importante fonte para conhecer e identificar o processo de Gestão da escola pela via do planejamento.

Pensar em construir uma escola é, essencialmente, colocar em prática uma concepção política e uma concepção pedagógica que se realimentam e que se corporificam na sua Proposta Político-Pedagógica. Concepção política, porque ela é que promove a ação transformadora da sociedade, e concepção pedagógica, porque é o substrato da função escolar. A estrutura e os demais meios são estabelecidos e organizados em função desse projeto. Dessa forma, as diversas facetas da gestão têm um foco privilegiado que determina sua finalidade principal (pedagógica) assentadas em ações meio (pessoal, material, patrimônio, financeira etc.) que viabilizam sua finalidade. (BORDIGNON: GRACINDO, 2000, p.154)

Significa também apropriar-se de determinados conhecimentos empíricos e teóricos adquiridos e relacionados com a vida. Adquire-se educação, portanto, na família, no meio e, ainda na escola. São nestes três ambientes que se dão a formação da pessoa humana. Por isso, está bem claro para os monitores da EMFA que educação não se reduz à instituição de ensino.

A figura 5 mostra uma atividade externa à sala de aula, promovida pela Escola:



**Figura 5:** Práxis Pedagógica com os Estudantes da EMFA Jacyra de Paula Miniguite

Fonte: <https://sitebarra.com.br/v5/wp-content/uploads/2015/08/DSC04663.jpg>

Nesta atividade, misturam-se discentes, docentes e outros atores do entorno da escola, em um movimento colaborativo e de aprendizagem. Nesse contexto, as práticas adquiridas ao longo de várias gerações ganham novos sentidos incorporados com as necessidades do cotidiano em questão.

Diante da *práxis* colegiada, a possibilidade de mudanças e transformações são estimuladas pelo ato pedagógico, pelo respeito à diversidade e pelas singularidades que cada educando manifesta.

O Parecer do CEB nº 1/2006<sup>1</sup>, do Conselho Nacional de Educação, aprovado em 01/02/2006, entende que a adoção da Pedagogia da Alternância em Escolas do Campo vem se

---

<sup>1</sup> “Da lavra do Conselheiro Murílio de Avellar Hingel, alguns fragmentos do Parecer CNE/CEB nº 1, de 1º de fevereiro de 2006, exemplificam a manifestação do Conselho Nacional de Educação sobre a Pedagogia da Alternância: [...] 3 – Os CEFFA cumprem as exigências legais quanto à duração do ano letivo, pois integram os períodos vivenciados no centro educativo (escola) e no meio sócio-profissional (família/comunidade), considerando como dias e horas letivos atividades desenvolvidas fora da sala de aula, mas executadas dentro do Plano de Estudo de cada aluno. 4 – Cada Centro Familiar de Formação por Alternância deverá organizar sua proposta político-pedagógica nos termos da LDBEN, seja na forma de Escola Família Agrícola, Casa Familiar Rural ou Escola Comunitária Rural, submetendo-a ao sistema de ensino competente. 5 – Recomenda-se que o Projeto Político-Pedagógico de cada CEFFA adote as características da Pedagogia da Alternância na concepção de alternância formativa, isto é, alternância integrativa real ou copulativa, de forma a permitir a formação integral do educando, inclusive para prosseguimento de estudos, e contribuir positivamente para o desenvolvimento rural integrado e auto-sustentável, particularmente naquelas regiões/localidades em que prevalece a agricultura familiar. 6 – Os Conselhos Estaduais ou Municipais de Educação, que ainda não se

mostrando como a melhor e mais adequada alternativa para a Educação Básica. Através de uma práxis pedagógica, a Pedagogia da Alternância consegue estabelecer relações em rede entre as três agências educativas: família, comunidade e escola. A organização escolar, por meio desse viés pedagógico, acontece em vários centros educativos, tornando-se a rede dos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA), que abarcava, na época, 217 escolas praticantes da Pedagogia da Alternância.

Os objetivos dos CEFFA possuem direcionamento à formação integral das crianças, jovens e adolescentes num sentido totalizante, abarcando o desenvolvimento motor, psíquico, estético, ético, político e moral. Neste contexto, os CEFFA têm responsabilidades com o desenvolvimento humano do estudante em relação à sociedade que habita. Assim, é adequado dizer que os CEFFA cooperam com a prática educativa para além da dicotomia professor-aluno, inserindo no processo de ensino-aprendizagem a importância de se estabelecer relações com outros agentes que fazem parte do desenvolvimento do estudante.

Em 08 de dezembro de 2020, é aprovado o parecer CNECP n.º. 22/2020 que legisla sobre as Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Este parecer firma, enfaticamente, a importância de se adotar a Pedagogia da Alternância nas escolas do campo, mostrando que ela é uma realidade histórica no Brasil.

Segundo o CNECP n.º. 22/2020, este modo de organizar os processos de formação, a partir da Pedagogia da Alternância, tem como princípios:

[...] abarcar instrumentos pedagógicos e metodológicos que integram conhecimento prático, conhecimento científico, diversidade de epistemologias, identidades, saberes, territórios educativos e territorialidades dos sujeitos no âmbito da escola, da universidade e de outras instituições educacionais (CNECP, n.º. 22/2020, pág. 2).

Este parecer<sup>2</sup> é o resultado da demanda apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE) pela União Nacional das Escolas Famílias Agrícolas (Unefab), a qual representa os Centros Familiares de Formação por Alternância. O principal ponto a ser reivindicado era a constituição de norma relativa aos CEFFA e às Políticas Públicas da Educação do Campo.

Segundo o documento, os CEFFA possuem os seguintes pilares:

a) *Pilares meios* – associação local (pais, famílias, profissionais, instituições, movimentos sociais e sindicais) e Pedagogia da

---

manifestaram sobre os dias considerados letivos para a Pedagogia da Alternância, o que vem dificultando a certificação de conclusão de curso dos Centros Familiares de Formação por Alternância (EFA, CFR ou ECOR), são encorajados a examinar/reexaminar os Projetos Político-Pedagógicos a eles submetidos pelas instituições educacionais, sob a ótica do presente Parecer e das conclusões dos seminários e simpósios que vêm sendo realizados sob o patrocínio do MEC, ou de outros organismos, sobre a Educação do Campo. (Grifos no original)”. (CNECP n.º. 22/2020, pág. 10)

<sup>2</sup> “O Parecer ainda ressalta a questão dos dias letivos: [...] “*As atividades escolares se realizam na tradicional sala de aula, do mesmo modo que em outros locais adequados a trabalhos teóricos e práticos, a leituras, pesquisas ou atividades em grupo, treinamento e demonstrações, contato com o meio ambiente e com as demais atividades humanas de natureza cultural e artística, visando à plenitude da formação de cada aluno. Assim, não são apenas os limites da sala de aula propriamente dita que caracterizam com exclusividade a atividade escolar de que fala a Lei. Esta se caracterizará por toda e qualquer programação incluída na proposta pedagógica da instituição, com frequência exigível e efetiva orientação por professores habilitados. Os duzentos dias letivos e as oitocentas horas anuais englobarão todo esse conjunto*”.” (CNECP n.º. 22/2020, pág. 10).



Alternância (educação contextualizada historicamente, dialógica e intercultural); e b) *Pilares fins* – formação integral (libertadora, emancipatória) e desenvolvimento sustentável do meio (na perspectiva da agricultura familiar camponesa e da produção por meio da Agroecologia) (BRASIL, CNE, CEFFA, 22/2020, p. 5).

É a partir do cruzamento da prática pedagógica entre às teorias educacionais que esse modelo de organização consegue ter êxito, principalmente nas escolas do campo. Por levar em consideração as vidas que atravessam o chão da escola, esse modelo tem como principal objetivo a potência entre essas agências de educação extracurriculares.

Na EMFA Jacyra de Paula Miniguite tínhamos, em 2020, época analisada, oito professores responsáveis pela formação de 229 estudantes divididos nas etapas educacionais que vão dos anos iniciais aos anos finais do processo educativo. A importância de se ter práticas diferenciadas, como a Pedagogia da Alternância, se dá, também, no modo com que esses professores conseguem relacionar o contexto social em que os estudantes estão inseridos. Isto porque, a maioria dos estudantes são filhos de micro produtores rurais, mostrando a importância de se realizar o processo educacional em paralelo ao dia a dia da comunidade escolar.

A afetividade presente no contexto escolar da EMFA “Jacyra de Paula Miniguite” é algo a ser notado. Esta afirmativa se impõe, pois, é dessa relação que emerge a construção de autonomia e responsabilidade para com o meio. Princípios éticos ligados à terra, ao chão da lavoura, dá sentido e fundamenta esse modo de se trabalhar a educação. A *práxis* pedagógica que acontece nesses espaços se realiza de maneira intensa quando se é pensado o cultivo, o plantio e as consequências que a educação tem nesse espaço. Portanto, é de singular necessidade que o modelo educativo nas Escolas do Campo seja pensado de acordo com a realidade social, cultural e geográfica que estão inseridas.

Diante da crescente demanda pela Pedagogia da Alternância, a EMFA Jacyra de Paula Miniguite, no ano 2005, surge a partir das necessidades dos camponeses do Município de Barra de São Francisco/ES, em ter um espaço, para formação dos seus filhos dentro desta proposta no fortalecimento da Educação do Campo. Além disto, somava-se a necessidade de impedir e ou minimizar a saída dos seus filhos para outros municípios, para estudarem em outras EFAs. Com estas tratativas tinha-se então a legitimação da importância e da necessidade da expansão da Pedagogia da Alternância nessa localidade.

Este objetivo fora alcançado no início em abril de 2005 com 42 (quarenta e dois) alunos matriculados na Educação Profissional de Nível Médio com internato na recém-inaugurada EMFA “Jacyra de Paula Miniguite”.

No ano 2014, a escola passou a ofertar o curso sem internato, ou seja, os estudantes não pernoitavam na escola, isso ocorreu devido à grande expansão da Pedagogia da Alternância nos municípios da região. A escola ofertava então o Ensino Fundamental anos finais, iniciando com o 6º ano.

No ano de 2021, a EMFA “Jacyra de Paula Miniguite” oferece os anos finais do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental e a Educação Profissional de Nível Médio com curso Técnico em Agropecuária, da 1ª a 3ª série.

Com a análise do Projeto Político-Pedagógico da Escola a partir do ano de 2014 realizada em conjunto com a comunidade escolar. A comunidade escolar se manifestou a favor da mudança do curso que era oferecido em quatro anos, para três anos. Essa alteração curricular se justificou na garantia dos princípios da Pedagogia da Alternância, sempre firmando a importância das famílias como parceiras no processo de gestão da escola. Somando-se ainda, a garantia no atendimento às necessidades da comunidade escolar e no direito de acesso dos estudantes à uma educação do campo de qualidade, mediada pela Pedagogia da Alternância.

Além da formação geral e profissional, a escola leva em consideração todas as dimensões da pessoa, buscando descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante, através do espírito de iniciativa, criatividade, trabalho de grupo, senso de responsabilidade e de solidariedade. Todos estes esforços visando auxiliar na construção do Projeto de Vida/Profissional, junto com a família e o meio em que vive.

Identifica-se o estudante como foco da Pedagogia da Alternância, desenvolvido pela EMFA. Esta centralidade discente como sujeito do processo educativo situado no seu meio deve ser latente na vida do camponês, pois esta apropriação dos serviços públicos servirá de estímulo para a reivindicação desse direito na luta e conquista de sua cidade.

Assim, com a Resolução do CEE/ES Nº 4.264 de 23/09/2015, foi aprovada a organização curricular do Curso Técnico em Agropecuária, Integrado ao Ensino Médio sob o Eixo tecnológico Recursos Naturais, para as turmas que iniciaram em 2014 e 2015, tendo três anos de duração.

O Curso Técnico em Agropecuária é realizado na forma integrada com o ensino médio, embasada nos princípios da Agroecologia. Esta formação proporciona condições de gerenciar o estabelecimento agropecuário, com objetivo de promover no meio rural uma diversificação de atividades profissionais, maior engajamento do jovem no meio, de modo a propiciar a opção de habitar e trabalhar no campo, com condições técnicas, intelectuais e ideológicas, de modo a se tornar um protagonista de sua realidade.

A organização dos conhecimentos no Curso Técnico em Agropecuária, enfatiza o resgate da formação humana em que o aluno, como sujeito histórico, produz sua existência pelo enfrentamento consciente da realidade dada, produzindo valores de uso, conhecimentos e cultura por sua ação criativa. Portanto, ficou deliberado por decisão unânime dos representantes da escola, a abertura de turmas do Ensino Fundamental a partir do ano letivo de 2015, iniciando na Escola Família Agrícola Municipal de Educação Profissional Técnica de Nível Médio Jacyra de Paula Miniguite. O curso fora aprovado com turma única de 6º ano, com a mesma metodologia da Pedagogia da Alternância.

Nesta trajetória de mudanças para atender as necessidades da comunidade se fez necessária a interrelação entre as esferas da gestão escolar, envolvendo o Projeto Político-Pedagógico e a Pedagogia da Alternância realizada no âmbito da Escola Família Agrícola Municipal “Jacyra de Paula Miniguite”.

## **2.1 As Relações entre o Projeto Político-Pedagógico e a Pedagogia da Alternância**

No PPP da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”, está definido que, além da formação geral e profissional, leva-se em consideração todas as dimensões da pessoa, no intuito de descobrir, valorizar e desenvolver as capacidades do estudante através do espírito de iniciativa, criatividade, de trabalho em grupo, de senso de responsabilidade. Além disso, a solidariedade colabora com o processo de construção do Projeto de Vida/Profissional junto com a família e com meio que o estudante se relaciona. Esta definição dá sentido e identidade a escola e incentiva a participação.

O foco da Pedagogia da Alternância, desenvolvido pela Escola Família Agrícola (EFA), é o estudante como centro e sujeito do processo educativo situado no seu meio. É necessário que o camponês se aproprie dos serviços públicos que lhe são de direito e que estes possam atender as suas reivindicações na luta e conquista de sua cidadania.

A ideia de criar um sistema de formação alternando períodos de estudo – na escola e períodos em casa – nasceu na França rural em 1936. Desenvolveu-se durante muito tempo de forma empírica, até chegar à análise reflexiva da proposta pedagógica, fundamentando e assentando as bases filosóficas, políticas, sociais e avaliativas desse sistema.

No PPP da Escola, a Pedagogia da Alternância é uma proposta inovadora e revolucionária porque é uma continuidade da formação numa descontinuidade de situações: no contexto, descobrindo a realidade através da ação normal e cotidiana, da sua participação na família e das tarefas cotidianas do seu meio social. Na escola expressam o conhecimento prévio da própria experiência e, a partir de algumas questões, se preparam para a fase de experimentação e novas descobertas. Depois de juntar os dois momentos, o jovem com a família e a instituição escolar, prepara-se para uma vida social ativa em que o seu projeto de vida, a sua visão de futuro, pode vir a se tornar importante nas transformações do meio social e rural.

A Pedagogia da Alternância concebe o homem como um ser integral, pertencente ao seu meio, situado em um tempo e espaço. Nas instituições de ensino, os adolescentes vivem em um internato misto, com regras de convivência que são estabelecidas em conjunto dos professores, pais e alunos. A formação oferecida pela EFA, com sua proposta que inclui a pedagogia da alternância, propõe uma visão totalizante dos processos de ensino-aprendizagem, tendendo a uma educação voltada para a juventude rural.

Na EFA Jacyrá de Paula Miniguete, a missão é desenvolver um projeto educativo por meio de uma educação própria e apropriada ao desenvolvimento sustentável e solidário do meio onde o aluno está inserido, num processo contínuo de aprender a aprender. Nesta escola ao utilizar a metodologia da Pedagogia da Alternância, o aluno assume um papel de participante ativo no ambiente escolar, desenvolvendo atividades relacionadas à terra de forma consciente e ética. Neste contexto, os aspectos de respeito aos princípios da vida, favorece construção de conhecimentos teóricos e práticos indispensáveis à formação. Assim, a metodologia, comprometida com o desenvolvimento do meio, garantindo também a sustentabilidade dos recursos produtivos e diversificação das atividades, para que o jovem do campo possa se inserir como sujeito do processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais.

Tendo em vista as várias situações que atravessam o setor rural do nosso país e a falta de oportunidades para os jovens que vivem neste ambiente, a proposta que a Pedagogia da Alternância oferece se pauta na formação-ação. Não só uma formação técnico-profissional, mas também uma formação integral da pessoa, revalidando os valores humanos essenciais à vida.

A formação proporcionada pelas EFA Jacyrá de Paula Miniguete e sua Pedagogia da Alternância, propõem uma visão totalizante dos processos de ensino-aprendizagem, direcionados aos jovens do meio rural. Proporciona ainda, oportunidades não só de formação acadêmica ou técnica e profissional, mas também propõe uma formação integral da pessoa, através da promoção humana num contexto social.

A proposta Pedagógica da Alternância é inovadora em aspectos amplos, como: a participação responsável da família (permitindo um contato mais próximo com a realidade do aluno); a formação pela ação (permitindo o desenvolvimento de questões relacionadas à liderança e participação); e a autogestão (elaborando inúmeras tramas sociais e interinstitucionais, a fim de proporcionar uma educação ampla e de qualidade).

Uma concepção política da Escola propõe uma alternativa de formação integral da pessoa, conforme estabelece um de seus princípios fundamentais, e propõe o compromisso de um desenvolvimento local, integral e sustentável. Reflete-se na promoção comunitária do meio rural, através da divulgação das diferentes propostas de formação, não só técnico-científicas, mas também dando origem a expressões culturais próprias de cada contexto em que a instituição se insira. Os projetos são gestados nas diferentes instituições e surgem da gestão dos diferentes atores institucionais e da rede de relações que se formou ao longo dos anos e estão abertos às famílias e à comunidade em geral, buscando sempre contribuir para o crescimento e desenvolvimento local.

A Pedagogia da Alternância como proposta pedagógica no Projeto Político-Pedagógico da EFA Jacyra de Paula Miniguite, fornece instrumentos de formação eficientes e coerentes, assentando os seguintes pilares fundamentais: formação integral e integrada: aprendizagem e educação, espírito e corpo, inteligência e afetividade, reflexão e ação, autonomia pessoal e integração na sociedade; treinamentos constantes relacionados ao desenvolvimento comunitário: analisar a realidade e buscar respostas, avaliar resultados, integrar ações e treinamentos; forma de abordar a realidade: investigar, analisar, criticar, sempre partindo da ação, refletindo e terminando na ação, dando-lhe realismo, compromisso e aprendizagem integradora; o treinamento como processo, não como resultado, ou mero acúmulo de conteúdo. Processo este que vai além do esperado e que deve marcar a transcendência da pessoa em relação a qualquer acúmulo de conhecimento; diálogo privilegiado: com a família, com os filhos, com os alunos, e com a comunidade, com outros técnicos, agricultores, associações do meio em que está inserida; conscientizar-se das atividades cotidianas, para um compromisso mais lúcido; buscar nas próprias fontes culturais, aliando raízes e mudanças, revelando e permitindo aprofundar os valores da comunidade.

Como visto anteriormente, a participação começa com os alunos partindo das próprias experiências, passando do particular ao geral. O objetivo é que o jovem seja capaz de assimilar, relacionar, analisar conhecimentos teóricos e relacioná-los com as práticas reais, para então agir, gerenciar, aprimorá-las. Como já foi dito, não só o jovem consegue adquirir conhecimentos a partir da incorporação à escola, mas também as famílias, que acompanham o processo junto à comunidade onde está inserida a proposta. Estes sujeitos são beneficiados com as ações coletivas, a partir da formação, dos quadros institucionais que são gerados, em relação aos encontros, às atividades conjuntas, à partilha de situações vividas e à troca de experiências.

A Pedagogia da Alternância, base do PPP da Escola Jacyra de Paula Miniguite, propõe uma visão de futuro, preparando as gerações atuais para o futuro, priorizando os valores humanitários e uma perspectiva de produção sustentável que valoriza e zela pelo meio ambiente. Este tão degradado e carecendo de conscientização da situação atual e a elaboração de planos de ações futuras.

As raízes do jovem no meio ambiente, que permitem o empoderamento dele através de estratégias de crescimento, um trabalho conjunto e colaborativo entre a escola, as famílias e a comunidade. Alargar o olhar a novos horizontes, e formar jovens capazes de obter novas perspectivas de futuro, adaptando-se às mudanças e promovendo melhores formas de produção. Somam-se o intercâmbio e a comunicação a partir do trabalho cooperativo, promovendo o diálogo e a participação que propiciem o desenvolvimento de um ser capaz de tomar decisões conjuntas e assumir responsabilidades coletivas e individuais.

A Pedagogia da Alternância propõe o desenvolvimento local, desde o início, porque não se limita ao mero acúmulo de conhecimento, buscando uma construção sistemática da aprendizagem pensada como um processo. O interessante desse projeto é que a família acompanha o andamento do processo, alimentando-se de saberes, experiências, valorizando suas ações para melhorar seu ambiente. O trabalho se realiza em conjunto com outras instituições locais para buscar soluções para os problemas gerais e particulares, alcançando as mudanças necessárias e ampliando os pensamentos.

Destaca-se que a Escola Família Agrícola propõe ações que buscam preparar o sujeito para a complexa sociedade contemporânea. Neste sentido, se faz necessária uma organização educacional que promova uma formação contínua e abrangente de profissionais inseridos numa realidade em constante mudança, seja no campo ou na cidade. Neste cenário, as competências exigidas passam pela capacidade de iniciativa, liderança, comunicação, atualização permanente e visão geral e específica do seu ofício. Considerando as especificidades e diversidades das modalidades, níveis e etapas de ensino ofertado pela escola, resulta em um deter-

minado perfil de egressos formado com os conhecimentos específicos de seus respectivos cursos.

No capítulo, seguinte, apresenta-se os principais resultados do estudo sobre a EMFA Jacyra de Paula Miniguite, realizado a partir dos procedimentos e tratativas do diário de campo, da análise documental e dos referenciais teórico-metodológicos.

### 3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O objetivo deste capítulo foi identificar os desafios e avanços da Gestão Escolar na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”, analisando a existência de indicadores de gestão democrática, a partir do Projeto Político-Pedagógico (PPP) da escola.

Para que a construção do PPP seja possível não é necessário convencer os professores, a equipe escolar e os funcionários a trabalhar mais, ou mobilizá-los de forma espontânea; mas segundo Barbosa (2012) propiciar situações que lhes permitam aprender a pensar e a realizar o fazer pedagógico de forma coerente.

O Projeto Político-Pedagógico, ao mesmo tempo exige dos educadores, funcionários, alunos e pais a definição clara do tipo de escola que intencionam, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretendem formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são os meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do Projeto Político-Pedagógico. Vasconcelos (2002) sobre este tema, discorreu que a ideia da autonomia está ligada à concepção emancipadora da educação, no sentido de refletir sobre as finalidades sociopolíticas e culturais da escola.

#### 3.1 Características da Gestão Escolar Implantada

A Escola EMFA “Jacyrá de Paula Miniguete” tem como missão proporcionar aos estudantes uma educação de qualidade que faça-os pensar acerca de sua própria realidade, permitindo a formação de cidadãos críticos e criativos, sujeitos do processo de transformações sociais, econômicas, políticas e culturais para que atuem na sociedade com vistas ao desenvolvimento do meio em que estão inseridos, inspirados e amparados pela perspectiva da sustentabilidade. Considerando estes aspectos, observou-se que

A participação é uma forma prática de formação para a cidadania, através da qual a população aprende a intervir no Estado e a reformá-lo a partir de fora. Isso significa governar com a participação do povo. Mas, para isso, esses novos atores, que são sobretudo os movimentos sociais e populares, devem ser considerados como coparticipantes na tomada de decisão (GADOTTI, 2004, p. 31).

Nesse contexto, a escola deve assumir a condição de estruturar e instituir espaços de exercício da cidadania que garantam a oportunidade da experiência democrática enquanto um aprendizado, possibilitando um maior senso de solidariedade que garanta, também, a responsabilidade de cada um na mudança para a construção de um país mais democrático.

É, portanto, imprescindível criar as condições para que os docentes, os pais, os funcionários, os estudantes e a comunidade, tomem para si o destino de sua escola, para que sejam sujeitos ativos na elaboração e execução do Projeto Político-Pedagógico que sonham. Pois, se há o propósito de acesso e permanência em uma escola democrática, é preciso, de antemão, criar os espaços de vivências da democracia que se defende.

O Conselho Escolar pode oferecer ensinamentos a este respeito, partilhando as experiências de sucesso, bem como aquelas que não lograram êxito de imediato, mas que serviram para o aperfeiçoamento das estratégias de ação.

As Diretrizes Pedagógicas são um conjunto de princípios, fundamentos e procedimentos propostos para direcionar o desenvolvimento da prática educativa desenvolvida nas escolas famílias do município. Estas escolas atuam nos diferentes níveis e modalidades, orientando a revisão e formulação de propostas curriculares constantes nos projetos político-pedagógicos escolares, bem como no trabalho docente. As diretrizes pedagógicas, assim como

a própria Pedagogia da Alternância, são dinâmicas, porque partem de processos contínuos de avaliações, revisões e remetem às tendências sociopolítico-culturais.

Diante este contexto político e educacional, seguem as Diretrizes Pedagógicas da EMFA Jacyra de Paula Miniguite que pavimentam as ações da escola no atendimento à sua comunidade:

I - Respeito à pessoa: o desenvolvimento da personalidade de cada sujeito se realiza dentro de suas características próprias, num momento histórico e geográfico com liberdade de agir com autonomia perante às opções;

II - Integração escolar e de vida: para que a escola se torne um verdadeiro lugar de educação, é necessária uma integração do educando ao seu meio. A vida, primeiramente na arte de ensinar, é fonte geradora de experiências e de conhecimentos. É dentro da comunidade que as pessoas se educam para a vida inteira. A escola é, antes de tudo, local de diálogo com os saberes. Para o entrosamento com o meio, com a comunidade e com os seus líderes, os estudantes devem, permanentemente, estar em contato com a escola. Quando a escola pretende unicamente ensinar pela excelência teórica, ela apresenta ao sujeito uma realidade artificial e empobrecida;

III - Educação pelo trabalho e para o trabalho: a aprendizagem é feita pela ação a qual leva ao intercâmbio, à responsabilidade, ao diálogo e ao desenvolvimento da personalidade. Para isso, todas as atividades, dentro e fora da escola, devem ser aproveitadas para educar, valorizando as dimensões culturais vinculadas às relações sociais e aos processos produtivos da existência social. Integra-se, pois, a uma tradição teórica que pensa a natureza da educação enquanto relacional ao trabalho;

IV - A escola centro de comunidade: a escola deve ser o centro da comunidade. Para ela deveria convergir todos os empreendimentos e dela partir o impulso de melhoria social. Caberá à escola promover sessões recreativas, sociais, culturais e outras atividades que levem a comunidade ao enfrentamento dos problemas que impedem o desenvolvimento coletivo. A escola também tem como responsabilidade considerar que as comunidades têm valores diversos, respeitando os seus aspectos socioculturais. O desenvolvimento se faz a partir de cada pessoa e da comunidade no geral, contando, em primeiro lugar, com os recursos existentes no próprio meio;

IV - Relação dinâmica, dialética e dialógica entre contexto histórico-social-político e cultural e o currículo como um todo, concebido como processo em constante construção que se faz e se refaz;

V - A Pedagogia da Alternância: a característica essencial das escolas famílias é o regime de “alternância” da vida familiar e da vida escolar do educando, de maneira a conjugar o meio e a escola com um período de vivência em ambos. A alternância confere uma originalidade ao funcionamento das escolas famílias agrícolas, evitando a dicotomia entre o ambiente familiar e a vida na escola, de igual modo entre teoria e prática. Esta perspectiva pedagógica possibilita uma formação global, na qual as experiências são sistematizadas. Delas brotam os novos conhecimentos que são retomados pela escola em outras situações de aprendizagem. A Pedagogia da Alternância permite, também, que os conteúdos de ensino da Escola Família Agrícola sejam verdadeiramente vinculados ao meio de vida do estudante. A família e o meio sócio profissional não são apenas os lugares onde se colocam em prática as suas experiências escolares, mas são lugares onde o estudante poderá incorporar ao seu trabalho as interrogações e as preocupações levantadas nos debates reflexivos que acontecem no espaço escolar. Por fim, a Pedagogia da Alternância, a partir do seu projeto educativo, é organizada por meio de um Plano de Formação que se constitui num eixo norteador de todas as ações educativas das Escolas Famílias Agrícolas;

VI - O meio sócio profissional: é reconhecido pela Pedagogia da Alternância, também como local de formação do estudante, meio do trabalho em seu cotidiano que emergem os questionamentos que necessitam de aprofundamento e pesquisa na escola. É uma formação que contempla ação-reflexão-ação, num processo contínuo e interminável, pois pressupõe que o aprendizado é inerente à vida humana.

VII - Plano de Formação: finalidades e objetivos discutidos e definidos com base no contexto; temas dos Planos de Estudos baseados na realidade apontada por diagnósticos participativos e conteúdos curriculares formais do ensino da Base Nacional Comum Curricular e da Educação Profissional, trabalhados a partir dos temas da re-

alidade presente no cotidiano dos partícipes, efetuando-se de maneira interdisciplinar (BRASIL, 2018).

Observamos que as Diretrizes Pedagógicas elencadas estão relacionadas aos princípios do ensino, previstos no art. 3º. da Lei 9.394/1996 que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os treze princípios previstos na LDB/1996 encontram-se articulados nas ações pedagógicas da escola, com destaque para: “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de ensino e aprendizagem, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, a valorização da experiência extra-escolar e a gestão democrática.

Neste cenário educativo, o aluno aprende a conviver em um internato misto, regulado por regras de convivência que, em conjunto com os pais e professores, elaboram o desenvolvimento das atividades intelectuais e das práticas através da utilização de instrumentos metodológicos específicos, permitindo aos alunos, tornarem-se construtor de seu próprio aprendizado.

Deste modo, não se pode aprender sozinho, nem isolado. O aprendizado acontece na relação com a alteridade, em colaboração com os seus pares, com os professores, que orientam e acompanham este processo, e, claro, com os pais e membros de sua família. Na escola EFA, a família não está apenas comprometida do ponto de vista administrativo. O comprometimento familiar com o processo educativo dos estudantes, se faz presente, durante a permanência dos alunos nas tarefas do cotidiano. Com isto, torna-se possível a participação ativa da comunidade no processo, com envolvimento nas atividades pedagógicas e assumindo responsabilidades partilhadas na formação acadêmica dos discentes.

### **3.2 Desafios e Avanços Assumidos pela Gestão Pedagógica Escolar**

O objetivo desta seção foi descrever as concepções de gestão educacional apontadas nos documentos oficiais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”, analisando a existência de indicadores de gestão democrática, com ênfase nas atas da Associação de Pais da Escola Família Agrícola (APEFA). Nesse contexto, observou-se a necessidade de realizar uma breve contextualização histórica da formação continuada. Para tanto, recorreu-se à legislação, notadamente, a Lei 9.394/1996 (BRASIL, 1996), aos referenciais teóricos sobre o papel do Coordenador Pedagógico.

Estas tratativas forma importantes para a descrição e caracterização dos desafios e avanços realizados pela gestão escolar da EMFA “Jacyrá de Paula Miniguite”. Dentre os dados e informações registrados nas atas, destacam-se a própria formação do Coordenador Pedagógico em atendimento às especificidades da comunidade em que se encontra inserido, as demandas locais, como o processo e comunicação junto à comunidades, dentre outras singularidades pedagógicas.

Assim, iniciando pelo desafio vivenciado pela Escola Família Agrícola no que se refere à formação pedagógica de profissionais para atuarem nestas instituições de ensino, ressalta-se a concepção educativa pautada na proposta da Pedagogia da Alternância. Atuar nas esferas administrativa, pedagógica e de gestão se constitui em uma frente que necessita de reflexão, consciência, perseverança e apreço pela diversidade. As questões identitárias que surgem, exigem preparações formativas que devem ser ofertadas pelo sistema escolar, mas, sobretudo, pelas comunidades escolares, imbuídas de suas singularidades.

Nesta perspectiva, observa-se a trilha histórica da educação em seu viés formativo na direção da formação continuada e no processo de gestão pedagógica.

Segundo Gatti (2008), desde meados da década de 1990 observamos no Brasil a expansão exponencial da oferta de programas de educação continuada ou de cursos para professores, também impulsionada pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional / 1996



(BRASIL, 1996. Entretanto, Gatti e Barreto (2009) também apontam que, embora a produção teórica em educação continuada ressalte que há avanços, esses avanços ainda são pequenos em comparação com as expectativas de elevar o nível de desempenho dos alunos nos sistemas de ensino.

A escola deve ser o espaço para essa formação, porque no interior da escola, a formação continuada” [...] exatamente ao contrário da inicial, é infinita como uma possibilidade para o crescimento pessoal-profissional da escola e do educador” (FUSARI, 1997, p. 159).

Nesta perspectiva, Nóvoa (2002) afirma que a educação continuada deve estar ligada ao desempenho profissional dos professores, tomando as escolas como lugares de referência. É um objetivo que só ganha credibilidade se os programas de formação forem estruturados em torno de problemas e projetos de ação, e não em torno do conteúdo estritamente acadêmico. Verificou-se, por conseguinte, que é na escola que conhecimentos, saberes científicos e pedagógicos devem ser mobilizados, favorecendo a troca de experiências e promovendo a reflexão coletiva dos professores sobre sua própria prática.

Seguindo essa trilha formativa, destacamos o papel do Coordenador Pedagógico, pois esta função é relativamente nova. Surge em meados da década de 1980, período em que a população foi às ruas para exigir mudanças e o país passou por transformações no cenário político. Com o fim da ditadura militar, alguns estados brasileiros começaram a usar o termo 'coordenador pedagógico' para designar o profissional que assumiria o papel anteriormente desempenhado pelo 'supervisor pedagógico', ligado à moralidade cívica. Segundo Vasconcelos (2007), essa mudança acontece porque o desempenho do supervisor pedagógico, na memória dos professores, estava vinculado à ação supervisora, controladora e repressiva desse profissional. Nesse contexto, o papel do supervisor permanece sob a proteção legal da Lei nº 5.692 / 71 (BRASIL, 1971). No entanto, a nomenclatura de supervisor pedagógico é agora evitada e começa a cair em desuso, sendo substituída pela denominação de coordenador pedagógico.

Em 1996, com a promulgação da Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN nº 9394/1996) (Brasil, 1996), define-se que para atuar como coordenador pedagógico é necessário que o profissional tenha formação inicial em nível superior no curso de Pedagogia ou Pós-Graduação na área de Educação. Com isso, estados e municípios que ainda não adotaram a figura do coordenador, passaram a instituir essa função em seus sistemas de ensino.

Em um estudo realizado entre março de 2010 e março de 2011, Placco, Almeida e Souza (2011) identificaram que em todas as regiões do Brasil, tanto no âmbito municipal como estadual, a figura do coordenador pedagógico estava legalmente estabelecida. Ao analisar a legislação das cinco regiões brasileiras, quanto às funções do coordenador pedagógico, os autores identificaram que é de responsabilidade deste: atividades como avaliação dos resultados dos alunos da escola, diagnóstico da situação de ensino e aprendizagem, supervisão e organização do cotidiano nas ações pedagógicas (frequência de alunos e professores, andamento do planejamento de aulas, conteúdos ministrados, planejamento de avaliações, organização de conselhos de classe, organização de avaliações realizadas pelos sistemas de ensino, municipal, estadual ou nacional, etc.), bem como a formação contínua de professores. (PLACCO et al., 2011).

Para esses autores, a legislação existente nos estados e nos municípios sobre as atribuições dos coordenadores pedagógicos pode, por um lado, favorecer o desempenho desses profissionais, pois eles estabelecem e orientam o trabalho que deve ser desenvolvido. No entanto, por outro lado pode ser “[...] difícil para o acúmulo de tarefas atribuídas ao coordenador pedagógico, o que não permite clareza de priorizar atividades no cotidiano da escola, principalmente aquelas no eixo do treinamento.” (PLACCO et al., 2011, p.240).

Para Domingues (2014), é função do coordenador pedagógico ser o articulador da formação continuada dos professores na escola. A autora considera a atividade de formação contínua, desenvolvida pelo coordenador, como um saber multideterminado, resultante da formação pessoal, organização institucional e de políticas públicas. Ainda segundo Domingues (2014), é importante ressaltar que: o modo como o coordenador pedagógico atua na condução do projeto de formação pode levar a um maior ou menor envolvimento dos participantes. Assim, como aponta a autora, as formações iniciais da coordenadora pedagógica, juntamente com sua experiência de outras práticas formativas, serão relevantes e poderão determinar como será conduzida a formação continuada dos professores.

A formação continuada deve ser realizada, priorizando a reflexão dos professores sobre as questões que surgem em seu cotidiano, acredita-se que isso possa contribuir para a construção permanente do conhecimento e desenvolvimento desses profissionais, proporcionando as mudanças esperadas na realidade de cada escola. Segundo Libâneo (2000), trata-se de uma tarefa que envolve o setor pedagógico da escola, mais especificamente o coordenador pedagógico.

Da mesma forma, para Franco (2008, p.121), o trabalho do coordenador pedagógico deve ser direcionado "essencialmente à organização, compreensão e transformação da práxis docente, por propósitos coletivamente organizados e eticamente justificáveis". O autor destaca ainda que cabe ao coordenador pedagógico organizar espaços, tempos e processos, considerando que as práticas pedagógicas só podem ser transformadas a partir da compreensão dos pressupostos teóricos que as organizam e das condições historicamente dadas.

Desta forma, identifica-se que as práticas estão sujeitas à constante reflexão e transformação, para que possam cumprir seu papel na emancipação dos sujeitos. Favorecer a troca de experiências entre os professores pode levar a mudanças nas relações que constroem com o ensino, uma vez que a formação continuada, no espaço escolar, possibilitará oportunidades de aprender na prática, refletindo e trocando experiências com seus pares.

Nesse sentido, para o coordenador pedagógico assumir seu papel na formação de professores, reconhecendo a reflexão sobre a prática como caminho de transformação, é importante observar o que Imbernón (2009, p. 28) discorre que:

Ele deixa de ser o promotor de justiça e o gestor responsável pelas atividades burocráticas e administrativas e se coloca como corresponsável pela sala de aula, pelo trabalho realizado pelo professor e pela qualidade do aprendizado do aluno. Faz parte do corpo docente e sua principal função é dividir entre a formação de professores e a articulação do projeto político-pedagógico. Ele terá que reconhecer que sua função primária é ser um formador e articulador para não ser engolido pelas exigências da vida cotidiana.

Percebe-se, então, que o coordenador pedagógico é responsável pela complexa tarefa de auxiliar o professor no desenvolvimento do trabalho pedagógico, a fim de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino. Por isso, acredita-se que é necessário que o coordenador pedagógico busque formas de gerenciar situações de formação continuada por meio da reflexão e da pesquisa.

Neste contexto formativo, a função da Direção e ou Coordenação da Escola Família é exercida pelo profissional em exercício no Estabelecimento de Ensino, com experiência profissional na Pedagogia da Alternância.

A Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município promove, durante o ano letivo, encontros, seminários, semanas de estudo, fóruns, palestras, formações e outras atividades pedagógicas voltadas para a orientação e acompanhamento das atividades das Escolas.

O Coordenador Pedagógico é um profissional da Equipe Docente com conhecimento e experiência nos aspectos pedagógicos, metodológicos e filosóficos da Pedagogia da Alter-

nância. Compete a ele, subsidiado pela Equipe Pedagógica, empregar técnicas adequadas ao serviço de orientação dos discentes na Escola Família.

Devido à especificidade da metodologia da Escola Família, o Serviço de Supervisão Escolar e Orientação Educacional é exercido por profissional em exercício no Estabelecimento de Ensino, com experiência profissional na Pedagogia da Alternância. A graduação exigida para a função é a de Licenciatura em Pedagogia ou em outra licenciatura, seguida de pós-graduação em Supervisão e Orientação Escolar. Ao assumir a função, este profissional recebe acompanhamento de forma integrada pela Equipe Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação e Cultura do Município.

A educação brasileira tem desafios significativos a enfrentar em termos de melhoria da qualidade do ensino oferecido nas escolas públicas e, conseqüentemente, em termos de garantia de acesso, permanência e sucesso dos alunos, especialmente na educação de jovens e adultos.

Para que ocorra uma formação educacional justa e de qualidade dos sujeitos, se faz necessário que os professores tenham habilidades e conhecimentos que promovam situações de aprendizagem, desenvolvendo os aspectos fundamentais para o mundo do trabalho e da vida social. Por esta razão, a formação de professores tem sido proeminente nas discussões e reformas educacionais nos últimos anos. Almeida (2014) salienta que a formação de professores se tornou uma das pedras angulares essenciais para qualquer tentativa de renovar o sistema educacional, o que nos ajuda a entender a importância que esta temática vem adquirindo na qualidade do ensino.

Assim, somando-se aos desafios de formação continuada, em especial, do Coordenador Pedagógico e do Gestor escolar, observa-se a problemática envolvendo o processo de comunicação junto à comunidade escolar.

Considerando as distantes localizações da EMFA e o perfil do público atendido, os instrumentos de comunicação interna e externa tornam-se uma importante estratégia no processo de integração entre corpo administrativo, docente, discente e social. A política de comunicação da escola visa envolver todas as pessoas no cumprimento dos objetivos e metas organizacionais. Sua implementação deve contribuir tanto para melhorar o clima organizacional interno, motivando as pessoas a darem o melhor de si ao reconhecê-las como protagonistas das mudanças, quanto para agregar valores à identidade institucional das Escolas Famílias.

A Escola Família Agrícola procura cultivar a mística camponesa e a ruralidade, buscando os valores como a simplicidade e transparência.

Entre os parceiros pedagógicos se encontram: o estudante, a família, os monitores e professores junto ao caderno de acompanhamento que segue o movimento de Alternância do estudante. Além disso, tem-se os contatos das cartas, convites e convocações, contatos telefônicos, visitas as famílias e reuniões específicas na sede da escola.

A comunicação externa se dá por contatos telefônicos, pelo número da escola e dos monitores/professores, comunicação escrita, correios em mãos, correio eletrônico, e pelo expediente da secretaria da escola. Outros meios de comunicação são os momentos de reuniões e encontros de formação com as parcerias (MEPES – RACEFFAES – Poder Público Municipal e outros).

Segundo Oliveira, Moraes e Dourado (2009), pode-se afirmar que sem a colaboração da escola não se consolida a convivência plural e os valores sociais da democracia. Sem educação para a democracia, em última análise, não haverá democracia. A escola é um espaço fundamental no qual a democracia deve ser exercida, tornando-se uma microssociedade na qual a participação e a tomada de decisões passam a ocupar o primeiro lugar na escala de valores. Em última análise, trata-se de revitalizar a escola como esfera pública e política. A escola deve ser um espaço onde as crianças sejam reconhecidas como cidadãs e, portanto, capazes de viver experiências de democracia e cidadania. Para que isso ocorra a escola deve

estar aberta à participação, promover o estímulo às crianças para a reflexão e enfrentamento das dificuldades do cotidiano das Escolas Família Agrícola.

O setor rural, que dá origem a essas escolas, é rico em conhecimento e cultura popular. Por outro lado, é um setor marginalizado, onde acontece, praticamente, um despovoamento por falta de oportunidades, infraestrutura, serviços, e projetos de melhoria. O que essas instituições permitem ao jovem é viver com sua família e na comunidade, fazendo com que, na hora de entrar na escola, possam compartilhar conhecimentos singulares de vida. É o que lhes permite enraizar (defesa da sua origem, da sua cultura), não entendida como mera permanência do jovem no lugar, mas como forma de despertar para desafios e novas abordagens, formas de produção e de se relacionar com os outros.

As comunidades rurais não podem ser abandonadas à própria sorte, trabalhando individualmente para superar as necessidades. Precisam ampliar o panorama e realizar um trabalho em conjunto, de forte ação local, revendo todos os aspectos do futuro e dos acontecimentos que vêm ocorrendo em nível nacional e global. Somam-se a necessidade de adaptar-se às mudanças econômicas, produtivas e configurações sociais.

Diante desse cenário, a EFA propõe um modelo de redes interinstitucionais que funcionem democraticamente, criando espaços de troca, participação, formação e compartilhamento de questões particulares, para que possam ser resolvidas em conjunto.

A legislação existente oferece elementos para que os coordenadores pedagógicos construam sua identidade profissional. Por outro lado, tal legislação também pode constituir uma dificuldade para a construção da identidade dos coordenadores, devido à diversidade das funções atribuídas a eles. Além dessa dificuldade, o coordenador também se depara com uma formação inicial inadequada, que não o prepara para o pleno exercício de suas funções, dificultando a construção de sua identidade profissional.

A realização de um trabalho crítico e reflexivo de formação na escola exige do coordenador pedagógico a consciência de fatores que determinem o sucesso ou o fracasso de sua ação formativa. Ele precisará estar ciente da complexidade e diversidade de situações pedagógicas em sua escola. Caberá ao coordenador pedagógico buscar estratégias para envolver a comunidade escolar nas discussões e busca de soluções para os problemas existentes na realidade que os cerca, construindo um ambiente de relações sociais positivas, com a participação dos diversos atores que o integram e compõem a comunidade escolar, estando atenta às contribuições que estes atores apresentam para a melhoria pedagógica da unidade de ensino.

É de fundamental relevância agir, conjuntamente, com todos os segmentos que compõem a instituição de ensino para que seja estabelecida a intencionalidade através de um projeto coletivo, comungado entre todos os partícipes. Este é o Projeto Político-Pedagógico, no qual o trabalho de um gestor requer a presença do outro para compartilhar a administração da escola. A motivação é prioritária e deve ser almejada. Apesar das dificuldades encontradas no cotidiano escolar, o gestor deve estar fortalecido e atuante para, de forma coletiva, manter as ações exitosas e avaliar e replanejar aquelas que não surtiram o efeito desejado.

## 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação ministrada pela Escola Família Agrícola (EFA) “Jacyr de Paula Miniguite”, com sua proposta que inclui a Pedagogia da Alternância, propõe uma visão totalizante dos processos de ensino-aprendizagem, tendendo a uma educação voltada para a juventude rural. As Escolas Família Agrícola são associações formadas por pais, alunos e outras instituições comunitárias com as quais se estabelecem redes interinstitucionais junto a uma competente equipe docente, formada a partir da Pedagogia da Alternância. Estas instituições geram espaços educativos onde os jovens são protagonistas do desenvolvimento local e requerem a intervenção do Estado no reconhecimento da referida proposta pedagógica.

O PPP segundo Barbosa (2012) possui necessidade de ser o resultado de um trabalho conjunto com a equipe de gestão da escola, discutido pela comunidade na qual a unidade educacional está localizada. Deve surgir da ação participativa, do consenso que dá caráter e identidade ao território educacional e do conhecimento da realidade institucional para melhorar, de forma abrangente, os processos de aprendizagem. Baseia-se em teorias, princípios e valores que criam os propósitos e estratégias de mudança para definir o significado e a missão da escola em relação ao meio ambiente. Visualiza e antecipa a situação desejada a curto, médio e longo prazo, delimitando as prioridades, os resultados desejados, as estratégias e métodos para as possíveis realizações para as quais se estabelecem instâncias de avaliação e de reflexão.

Padilha (2001) ressalta que é importante levar em conta que um PPP dá sentido e identidade à escola, encoraja os atores a trabalharem por ideais comuns, atendendo ao dia a dia, criando comprometimento e aproveitando o conhecimento da experiência junto à bagagem cultural e histórica dos processos. Permite, também, avaliar o conhecimento dos outros em termos de transformar e melhorar as relações da comunidade educativa nas suas práticas pedagógicas e administrativas, com vistas a concretização dos sonhos de todos aqueles que dela fazem parte.

Nesse sentido, a educação emancipatória está assentada e deve promover a democracia e a participação em pé de igualdade, reconhecendo todos os sujeitos da comunidade educativa como interlocutores legítimos e fundamentais no diálogo, para que isso leve à superação da discriminação e à resolução não violenta dos conflitos, da participação, ação e reflexão na vida coletiva.

O objetivo geral desta pesquisa foi alcançado por meio da análise das concepções de Gestão na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyr de Paula Miniguite”, no município de Barra de São Francisco, no estado do Espírito Santo, com vista à percepção dos seus desafios e avanços. O modelo educativo implementado na EFA “Jacyr de Paula Miniguite” incide na geração de desenvolvimento local na medida em que se harmoniza com a visão do território e se constitui a partir das necessidades, dinâmicas e interesses da comunidade – principalmente dos jovens – permitindo, a partir de estratégias e das metodologias específicas, incorporar os conteúdos curriculares de acordo com a sua realidade, garantindo, assim, a sua participação em todos os processos de ensino-aprendizagem para que, enfim, os conteúdos sejam significativos.

Quando o modelo pedagógico se estabelece em determinado local, os atores institucionais se apropriam e, a partir daí, se desenvolve um clima escolar favorável onde o comprometimento das famílias, professores e alunos nos processos de formação permite a continuidade do desenvolvimento educacional, político e profissional, prezando pelo cotidiano das ações coletivas. A Pedagogia da Alternância propõe um modelo educacional gerador de desenvolvimento local e se concretiza no sentido de que todos os atores envolvidos, e a comuni-

dade em geral, se articulem de forma responsável. Esta reponsabilidade coletiva se direciona para a construção de uma visão conjunta do desenvolvimento local e para a busca por novas oportunidades aos jovens, incluindo o atendimento à gestão sustentável dos recursos e ao cuidado com o meio ambiente, bem como o aprimoramento das práticas produtivas.

Com base em conceitos de reforma pedagógica de longa data, as demandas têm sido articuladas repetidamente no sentido de que a própria escola precisa se tornar um espaço de vida, aprendizagem e experiência democrática. Nesse contexto, é fato que muitos campos e áreas de socialização democrática não foram suficientemente explorados, no que diz respeito à sua contribuição para o processo de socialização democrática.

O direito à educação, em sua mais plena concepção, tem o papel de garantir a apropriação da cultura e dos valores democráticos, com o objetivo de promover a cidadania e garantir que os centros educativos sejam espaços de promoção, respeito e realização dos direitos humanos.

Além disso, cabe ressaltar que o coordenador pedagógico, neste processo, deve estar atento às suas próprias necessidades de formação continuada e de troca de experiências com outros coordenadores. Com isto, torna-se possível refletir coletivamente sobre suas práticas, aprimorando-as e fortalecendo sua identidade de gestor pedagógico e articulador das ações de formação continuada de professores.

É necessário pensar a Pedagogia da Alternância como uma proposta de superação, que surge da necessidade do meio rural e atende a uma demanda educacional específica, mas que também satisfaz aos objetivos da formação integral e do desenvolvimento local. Estes atendimentos se realizam por meio da implementação de estratégias metodológicas, tais como: visitas a famílias e articulação com outras associações e organizações formadoras. A importância se dá, também, ao local comum de encontro entre as pessoas que perseguem os mesmos objetivos e correspondem a um modelo de cultura específica, resgatando os valores colaborativos para a construção da cidadania e da identidade de um lugar.

Para além do contexto em que se situa e das diferentes realidades da escola estudada, pode-se considerar que responde a uma educação micropolítica, analisando os problemas e perspectivas dos seus contextos, proporcionando educação de qualidade aos jovens do meio rural.

Isso se reflete nos processos de ensino-aprendizagem que as EFAs já desenvolvem a partir da Pedagogia da Alternância como proposta pedagógica, com vistas à articulação das instituições de desenvolvimento local, evitando o desenraizamento dos jovens com relação ao meio social e ambiental de que fazem parte. Soma-se o estímulo à atitude participativa dos atores, para a gestão da mudança não só no âmbito pessoal, mas também comunitário. Por tudo isso, a educação em Escola Família Agrícola e a Pedagogia da Alternância são consideradas uma proposta superadora, visionária, de qualidade e relevante para a população rural.

Na escola, o Conselho Escolar assume papel preponderante, pois ele é o veículo facilitador que pode romper com a centralização nas ações. Iniciando-se através de mecanismos participativos, como as reuniões e assembleias, hábitos democráticos podem ser concebidos como instrumentos de construção da democracia na escola. Mas para isto, é preciso que os seus partícipes estejam politicamente engajados em prol do fortalecimento da escola e capacitados para que se venha a ter posicionamentos qualificados e embasados legalmente.

A democracia na educação e na escola não é algo dado, pois não basta estar formalmente escrita em dispositivos legais ou fazer parte de um projeto do governo em vigor. Essa democracia vive em um processo permanente de construção, reconstrução e de embates. A luta pela reivindicação desse segmento nas práticas escolares, como tal, apresenta avanços e retrocessos, contradições e disputas. Movimentos estes, típicos do processo de aprendizagem do jogo democrático. Enfim, é de responsabilidade daqueles que pretendam pensar o chão da escola da cidade ou do campo, discutir essas questões de maneira democrática. Só assim se

conseguirá dar sentido aos movimentos de mudança e transformação necessárias ao contexto da educação brasileira.

## 5 REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Monica. **Colegiado Escolar – Espaço de participação da comunidade**, Ed. Cortez, 2003, São Paulo/SP.
- ALMEIDA, Luisa Maria. Ribeiro. **O plano de estudo da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás**. Goiania: UFG, 1998.
- ALMOND, G. "The return to the State", *America's Political Science Review*, n. 82, p. 853-874. 1988
- ALMOND, G.; VERBA, S. **The civic culture**. Princeton. Princeton University Press. 1963
- ANISZEWSKI, Sânia L.B. **A Expansão da Pedagogia da Alternância na Esfera Pública no Município de Barra de São Francisco**. Dissertação (Mestrado). ES. 2014.
- ARANHA. Maria Lucia de Arruda. **História da Educação e da Pedagogia Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- ARROYO, M. G. **Da escola carente a escola possível**. Rio de Janeiro: Loyola. 2005.
- BAIA HORTA, J. S. Planejamento educacional. In: MENDES, D. T. (coord.) **Filosofia da educação brasileira**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- BARBOSA, S. W. X. **A Significação Do Projeto Político-Pedagógico: Um Olhar Avaliativo**. Dissertação realizada no Mestrado em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Paraíba. 2012.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70. 2011.
- BARROSO, João. **O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal**. In: FERREIRA, Naura S. C. (Org). **Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios**. São Paulo: Cortez, 1998.
- BONETI, Lindomar W. As políticas educacionais, a gestão da escola e a exclusão social. In FERREIRA, Naura Syria Carapeto; AGUIAR, Márcia Ângela da S. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes, **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2000.
- BRASIL, Ministério da Educação. **Gestão democrática nos sistemas e na escola**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em: 07 set. 2017.



BRASIL. **Lei Federal Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)>. Acesso em: 28 set. 2017.

BRASIL. **Lei nº 5.692/71 de 11 de agosto de 1971b**. Fixam Diretrizes e Bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.gov.br/legislacao/publicacoes/republica>.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura, Serviço de Estatística da Educação e Cultura**. Estatística Financeira: Educação e Cultura: Série Histórica 1968/82. Por UF, Brasília: MEC; SG, 1984. p.270. Série histórica 1968/82, BBE.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei das Diretrizes de Bases da Educação Nacional**. Disponível em:< <http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/o-acesso-ao-ensino-publico-importancia-educacao.htm> >. Acesso em: 20 maio de 2018.

BRASIL. INEP. MEC. **Índice de Desenvolvimento da Educação Básica**. IDEB. Disponível em: < <http://idebescola.inep.gov.br/ideb/consulta-publica>>. Acesso em 20 mai. 2020.

BRASIL, MEC. **Parecer CNECP nº. 22/2020**. Aprovado em 08 de dezembro de 2020. Diretrizes Curriculares da Pedagogia da Alternância na Educação Básica e na Educação Superior. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=170051-pcp022-20-1&category\\_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=170051-pcp022-20-1&category_slug=janeiro-2021-pdf&Itemid=30192)> . Acesso em: 04 mar. 2021.

BRASIL, MEC. Parecer CNE/CEB nº 1/2006, aprovado em 1º de fevereiro de 2006 - Dias letivos para a aplicação da Pedagogia de Alternância nos Centros Familiares de Formação por Alternância (CEFFA). Acesso em 04 mar. 2021

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. A construção política do Estado. **Lua Nova**, n. 81, p. 117-146, 2010.

CALDART, R. S. ARROYO, M. G., & MOLINA, M. C. **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes. Barroso, J. A. 2004.

CALDART, Roseli Salete. **Elementos para a construção do Projeto Político e Pedagógico da Educação do Campo**. Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo, 2004. (Coleção Por Uma Educação do Campo, 5).

CÂNDIDO, R. K.; GENTILINI, J. A. Base Curricular Nacional: reflexões sobre autonomia escolar e o Projeto Político-Pedagógico. **RBPAE** - v. 33, n. 2, p. 323 - 336, mai./ago. 2017.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência: Escritos de Marilena Chauí**. Autêntica, 2014.

CHAUÍ, Marilena; SANTIAGO, Homero. **Em defesa da educação pública, gratuita e democrática**. Autêntica, 2018.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Qualidade em educação. **Nuances: estudos sobre Educação**,

v. 17, n. 18, 2010.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os conselhos de educação e a gestão dos sistemas. In: Diretrizes Operacionais Para A Educação Básica Das Escolas Do Campo. **Parecer n.º 36/2001 e Resolução 01/2002 do Conselho Nacional da Educação**. Brasília: CNE. Brasil.

DAUSTER, T. Um outro olhar: entre a antropologia e a educação. **Cadernos CEDES. Campinas**, v. 18, n. 43, dez. 1997.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular: movimentos sociais e participação política no Brasil pós 70**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1995.

DOMINGUES, Isaneide. **O coordenador pedagógico e a formação contínua do docente na escola**. São Paulo, SP: Cortez, 2014.

DOURADO, L.F. et. al. **Gestão escolar democrática e de qualidade**. Goiânia: Alternativa, 2011

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: Universidade de Brasília, Centro de Educação a Distância, 2006.

DOURADO, Luiz Fernandes; COSTA, Messias. **Escolha de dirigentes escolares no Brasil**. Relatório Final da Pesquisa. Brasília: ANPAE, 2002.

DUARTE, Rosália. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educ. rev. [online]. n.24, pp.213-225. 2004. ISSN 0104-4060

ESTATUTO DA APEFA - **EMFA Jacyra de Paula Miniguite**. Barra de São Francisco ES. 2018.

FARIA FILHO, L. M.; VEIGA, C. G. (Org.). **500 Anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, 2006.

FORTUNA, M. L. de A. **A dimensão subjetiva das relações escolares e de sua gestão**. In: OLIVEIRA, D. & ROSAR, M. (org.). Política e Gestão da Educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. pp. 145 – 173.

FREIRE, P. **A educação na cidade**, 5a ed., São Paulo, Brasil: Cortez. 2001.

FREIRE, P. **Política e educação**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Cartas a Guiné Bissau: registros de uma experiência em processo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 24. Ed.

Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

FROSSARD, Antônio. **Conhecendo a Pedagogia da Alternância: Contextualização, questões teóricas e práticas**. Editora Fross, 2017.

GADOTTI, M. Gestão democrática e qualidade de ensino. **1º Fórum Nacional Desafio da Qualidade Total no Ensino Público**, 28 a 30 de julho de 1994. Belo Horizonte: Minas Centro. 1994.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GADOTTI, Moacir. O projeto político-pedagógico da escola na perspectiva de uma educação para a cidadania. **Revista de educação, ciência e cultura. Canoas, Centro Educacional La Salle de Ensino Superior**, v. 1, n. 2, p. 33-41, 2000.

GANDIN, D. **A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental**. Petrópolis, RJ: Vozes. 91. 1994.

GHANEM, E. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003, **Educação e Pesquisa**, (São Paulo, Brasil), vol. 30, núm. 1, abril, pp. 161-188. 2004.

GHANEM, E. Participação popular na gestão escolar: três casos de políticas de democratização, **Revista Brasileira de Educação**, núm. 3, set.-dez., pp. 31-63. 1996.

GIANORDOLI, Regina Lúcia. **Nova perspectiva para educação rural: pedagogia da alternância**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro, 1980.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GROCHOSKA, Marcia Andreia. **Contribuições da autoavaliação institucional para a escola de educação básica: Uma experiência de gestão democrática**. Editora Vozes Limitada, 2013.

IBGE. **Censo escolar**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/es/barra-de-sao-francisco/panorama>. Acesso em 10 de jun. de 2019.

KRAMER, S. **O papel social da pré-escola**. Cadernos de Pesquisa - São Paulo, n. 58, Fundação Carlos Chagas, nov. 1986.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

LEHFELD, Neide Aparecida de Souza et al. Reflexões sobre o processo de autoavaliação institucional: o olhar de uma comissão própria de avaliação. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas)**, v. 15, n. 1, p. 177-194, 2010.

LIBÂNEO, J. C.. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 6ª ed. -São Paulo: Cortez, 2008.

LÜCK, H. (2006). **A gestão participativa na escola**. 9.ed. Petrópolis: Vozes.

LUCK, Heloísa. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Positivo, 2009.

LÜCK, Heloísa. **Liderança em gestão escolar**. Editora Vozes Limitada, 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Compreender/Mediar a formação: o fundante da educação**. Brasília, Liber Livro, 2010.

MALHOTA, Naresh K. **Pesquisa de Marketing: uma orientação aplicada**. Porto Alegre: Bookman, 2012.

MENDES, Valdelaine. **Democracia Participativa educação: A Sociedade e os rumos da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria De Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade E Inclusão - SECADI. **Educação do Campo: marcos normativos/Secretaria de 89 Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão**. Brasília: SECADI

MOLINA, M. C. & Sá, L. M. Escola do Campo. In: CALDART, R. et. al. (Orgs.) **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro: Expressão Popular. 2012.

MONTERO, P. Reflexões sobre uma antropologia das sociedades complexas. **Revista de Antropologia**. São Paulo, USP, n. 34, p. 103-130, 1991.

NOSELLA, Paolo. **Uma nova educação para o meio rural**. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1977.

OECD. *Programme for International Studentassessment (PISA)*. <<http://www.oecd.org/brazil/>>. Acesso em 22 abr. 2018.

OLIVEIRA, D A (org.). **Gestão democrática da educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

OLIVEIRA, João Ferreira de Oliveira; MORAES, Karine Nunes de; DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão escolar democrática: definições, princípios e mecanismos de implementação**. Disponível em: <[http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala\\_politica\\_gestao\\_escolar/pdf/texto2\\_1.pdf](http://escoladegestores.mec.gov.br/site/4-sala_politica_gestao_escolar/pdf/texto2_1.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2018.

PADILHA, Paulo. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico**

**da escola.** São Paulo, Cortez, 2001.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. **A perspectiva da autoavaliação institucional e seus desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.** Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural Do Rio De Janeiro, Instituto De Agronomia. Rio de Janeiro. 152p. 2012.

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: Introdução crítica.** São Paulo: Cortez 2002.

PESSOTI, Alda L. **Escola família agrícola: uma alternativa para o ensino rural.** Dissertação (Mestrado) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 1978.

PINTO, Ana Maria P. **O Plano de Formação no Processo Pedagógico em Alternância.** Brasília, DF.: UNEFAB, 2001. Mimeografado.

PAIVA, Liz Denize Carvalho. **A Perspectiva da Autoavaliação Institucional e seus Desafios no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro.** Seropédica, RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. **Dissertação de Mestrado**, 2012. 152f.

PIRES, MARCOS Antônio de Almeida. **A Gestão Escolar Democrática e sua Aplicabilidade no Instituto Federal do Espírito Santo – Campus Itapina Segundo As Percepções Dos Seus Servidores.** Seropédica, RJ, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Educação Agrícola. **Dissertação de Mestrado.** RJ, Seropédica, 2020. **Dissertação de Mestrado.**130f.

BRASIL, SMED BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES- Projeto Político-Pedagógico- (PPP) – EMFA Jacyra de Paula Miniguite, Barra de São Francisco ES, 2018.

PRADO, Edna Cristina do. DIÓGENES, Elione Maria Nogueira. **Avaliação das políticas públicas: interface entre educação e gestão escolar.** Maceió: EDUFAL, 2011.

QUEIROZ, João B. P. **O processo de implantação da Escola Família Agrícola (EFA) de Goiás.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, 1997.

BRASIL, SMED BARRA DE SÃO FRANCISCO-ES- REGIMENTO INTERNO - EMFA **Jacyra de Paula Miniguite.** Barra de São Francisco ES. 2018.

RENNO, Lúcio. **Teoria da cultura política: vícios e virtudes,** BIB, Rio de Janeiro, n. 45, lo. Semestre, p. 71-92. 1998.

Resolução do CEE/ES Nº 4.264 de 23/09/2015: <https://cee.es.gov.br/resolucoes-2015>, acesso em 15 jun. 2020.

RIOS, T.A. **Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2012

ROMÃO, J.E. **Dialética da diferença: o projeto da escola cidadã frente ao projeto**

**pedagógico neoliberal**, São Paulo, Brasil: Cortez/ipf. 2000.

ROVIRA, J. **Cómo Hacer Escuelas Democráticas?** Educação e Pesquisa. São Paulo, 26, (2), 55-69. 2000.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Civilização Brasileira, 2002a.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pelas Mãos de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. São Paulo: Cortez, 1995.

SANTOS, Clóvis Roberto dos. **O Gestor Educacional de uma Escola em Mudanças**. São Paulo: Pioneira, 2002b.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. 39ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2007.

SAVIANI, D. **Educação: do Senso Comum à Consciência Filosófica**. São Paulo: Cortez, 1984.

SAVIANI, D. **Sobre a Natureza e a Especificidade da Educação. Ind: Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**, 8ª ed. revista e ampliada – Campinas: Autores Associados, 2003.

SCHNEIDER, Sergio; SCHIMITT, Cláudia Job. **O uso do Método Comparativo nas Ciências Sociais. Cadernos de Sociologia**, Porto Alegre, v. 9, p. 49-87, 1998.

SOUSA, Gustavo José Albino de. **Educação Integral: Percursos E Ideais Sobre Formação Humana**. 2016. 207f. Dissertação (Mestrado em Educação). UNIRIO, Rio de Janeiro. 2016.

SOUZA, Clarilza Prado de (Org.). **Avaliação do Rendimento Escolar**. São Paulo: Papyrus, 1991.

STONER, T. **Quality in Learning**. Book of Educacion. Vol. II. Special Edition, 2017. Tradução de Luiz A. Correia: Revista da Educação Brasileira, São Paulo, fevereiro, 2017.

TAVARES, Moacir Gubert; MATSUMOTO, Flávio Massao. **Panorama geral das Escolas Agrotécnicas Federais após a Reforma da Educação Profissional (1997-2003). Educar em Revista**, n. 43, p. 189-203, 2012.

TEIXEIRA, S. L. **Projeto Político-Pedagógico Das Escolas Do Campo: Os Saberes e os fazeres do campo com a participação da comunidade escolar da Escola Classe Catingueiro**. Monografia apresentada para a banca examinadora do Curso de Especialização em Gestão Escolar. Universidade de Brasília. Brasília. 2014.

UNESCO. Laboratório Latinoamericano de Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE). **Estudio cualitativo de escuelas con resultados destacables en siete países latinoamericanos**. Santiago de Chile, sept. 2012

VASCONCELOS, C.S. **Planejamento: Projeto de ensino-aprendizagem e projeto**

**político-pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

VASCONCELOS, C.S. **Coordenação do Trabalho Pedagógico: do Projeto Político-Pedagógico ao Cotidiano da Sala de Aula.** 6ª Ed. São Paulo: Libertad Editora, 2006.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. **Planejamento: Plano de ensino-aprendizagem e projeto educacional.** Elementos metodológicos para elaboração e realização. São Paulo. Cortez, 1995.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. (Org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível.** 23 ed. Campinas: Papirus, 2001.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. **Educação básica e Educação Superior: projeto político-pedagógico.** Campinas: Papirus, 2004.

VEIGA, Ilma passos Alencastro. **A Escola em Debate: gestão , projeto político-pedagógico e Avaliação.** Revista Retratos da Escola, Brasília, 2013. In: <https://pep.ifsp.edu.br/wp-content/uploads/2015/01/A-escola-em-debate.pdf>. Acessado em 20/01/2021.

YIN, Robert. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos.** 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

## **6 ANEXOS**



**Anexos 01: Proposta de organização curricular de educação básica, séries do ensino fundamental: anos iniciais.**

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Ato de Criação Lei nº 23 de 21/03/2006  
 Ato de Aprovação Paracer CEE 30/211  
 Res. CEE 2875 pub. D.O. de 04/04/2011  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 28.800-000  
 Tel.: (27) 3786-7638 - (27) 99891-5039

**ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA "JACYRA DE PAULA MINIGUITE"**  
 Proposta de Organização Curricular de Educação Básica Séries do Ensino Fundamental  
 N.º de Sessões do ano Letivo: 40 para 6º, 7º, 8º e 9º Anos (sendo 40 sessões)  
 N.º de Dias Letivos com Sessão 6/7 Anos: 200 dias para 6º, 7º, 8º e 9º Ano  
 Aula de 60 Minutos

Áreas de Conhecimento	Disciplinas	TEMAS GERADORES - SUB - TEMAS (PLANO DE ESTUDO)	2020 6º Ano			2020 7º Ano			2020 8º Ano			2020 9º Ano			Total Geral do Curso	
			Sessão (40)	Estadia (39)	Total	Sessão (40)	Estadia (39)	Total	Sessão (40)	Estadia (39)	Total	Sessão (40)	Estadia (39)	Total		
			<b>TEMAS GERADORES - SUB - TEMAS (PLANO DE ESTUDO)</b>													
Linguagens e Códigos	Educação Física		2	-	80	2	-	80	2	-	80	2	-	80	320	
	Língua Portuguesa		4	1	199	4	1	199	4	1	199	4	1	199	796	
	Arte		1	-	40	1	-	40	1	-	40	1	-	40	160	
	Ciências da Natureza		2	1	119	2	1	119	3	-	120	3	-	120	478	
	Matemática		4	1	199	4	1	199	4	1	199	4	1	199	796	
	Ciências Humanas		2	-	80	2	1	119	2	-	80	2	1	119	398	
	Geografia		2	1	119	2	-	80	2	1	119	2	-	80	398	
	Sub-total		17	4	836	17	4	836	18	3	837	18	3	837	3346	
	Parte Diversificada	Língua Estrangeira Obrigatória - Inglês		2	-	80	2	-	80	2	-	80	2	-	80	320
	Sub-total		2	-	80	2	-	80	2	-	80	2	-	80	320	
Área Técnica	Agricultura		2	1	119	2	1	119	1	2	118	2	1	119	475	
	Zootecnia		2	1	119	2	1	119	2	1	119	1	2	118	475	
	Sub-total		4	2	238	4	2	238	3	3	237	3	3	237	950	
<b>TOTAL</b>		<b>23</b>	<b>6</b>	<b>1154</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>1154</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>1154</b>	<b>23</b>	<b>6</b>	<b>1154</b>	<b>4616</b>		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Ensino Religioso/Educação Cidadania e Tecnologia***		1	-	40	1	-	40	1	-	40	1	-	40	160	
	Avaliação de sessão e auto organização		1	-	40	1	-	40	1	-	40	1	-	40	160	
	Atividades Práticas		1	-	40	1	-	40	1	-	40	1	-	40	160	
	Sub-total	Piano de Estudo e conteúdos vivenciais		1	2	118	1	2	118	1	2	118	1	2	118	472
<b>TOTAL GERAL</b>		<b>27</b>	<b>8</b>	<b>1392</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>1392</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>1392</b>	<b>27</b>	<b>8</b>	<b>1392</b>	<b>5568</b>		

OS TEMAS: Saúde, sexualidade e gênero, vida familiar e social, direitos das crianças e adolescentes, direitos dos idosos, preservação do meio ambiente, educação para consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, e diversidade cultural. São trabalhos articulados com os conteúdos, conforme resolução CNE Nº 07 de 14/12/2010 que fixa diretrizes curriculares nacionais para o Ensino Fundamental de nove anos.

-Os conteúdos referentes a História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar conforme a Lei nº 11.645/2008.

-Os conteúdos referentes à Música serão ministrados no componente curricular Arte, conforme a Lei 11.769/2008.

Observação: \*\*\* O aluno não optante pelo Componente Curricular Ensino Religioso deverá cursar atividades da Educação Cidadania e Tecnologia.

-A escola oferece Recuperação Paralela e final aos alunos de baixo rendimento.

ANALISADO  
 EM: 20 de 03 de 2020  
 Sônia Lopes Bonfim Anisewski  
 SEMEC - Barra de São Francisco - ES

Rodrigo Duque de Oliveira  
 Secretário Municipal de Educação e Cultura  
 Decreto Nº 041 de 19/03/2020

Barra de São Francisco, ES, 20 de março de 2020.  
 Sônia Lopes Bonfim Anisewski  
 Diretora Escolar

SÔNIA L. BONFIM ANISEWSKI  
 DIRETORA ESCOLAR  
 EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE  
 Decreto Nº 041 de 09/03/18

## Anexos 02: Proposta de organização curricular de educação profissional técnica de nível médio.

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Ato de Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação Parecer CEE 301211  
 Res. CEE 2675 pub. D.O. de 04/04/2011  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 25.800-000  
 Tel: (27) 3766-7638 - (27) 99991-8029

**Organização Curricular da Educação Profissional Técnica de Nível Médio**  
 Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - Eixo Tecnológico: Recursos Naturais - Habilitação: Agropecuária  
 ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA "JACYRA DE PAULA MINIGUITE"  
 Barra de São Francisco/ES Entidade Mantenedora: Governo Municipal - Criação: Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação Parecer CEE 301211 Res CEE 2675 Pub. D.O de 04/04/2011 AULAS DE 60 MINUTOS

Áreas de Conhecimento	Disciplinas	2020			2020			2020			Total Geral do Curso	
		1ª. Série			2ª. Série			3ª. Série				
		Sessão (40)	Estadia (19)	Total	Sessão (40)	Estadia (19)	Total	Sessão (40)	Estadia (19)	Total		
BASE NACIONAL COMUM	Linguagens e Códigos	Educação Física	1	-	40	1	-	40	1	-	40	120
		Língua Portuguesa	4	1	199	3	1	159	3	1	159	517
	Ciências da Natureza	Arte	1	-	40	1	-	40	-	-	-	80
		Física	2	-	80	2	-	80	2	-	80	240
		Química	2	-	80	2	-	80	2	-	80	240
	Matemática	Biologia	2	1	119	2	-	80	2	-	80	279
		Matemática	4	1	199	3	1	159	3	1	159	517
		História	2	-	80	2	-	80	1	1	79	239
	Ciências Humanas	Geografia	2	-	80	2	-	80	1	1	79	239
		Sociologia	1	-	40	1	-	40	1	-	40	120
Filosofia		1	-	40	1	-	40	1	-	40	120	
Sub-total	22	3	997	20	2	878	17	4	836	2711		
OUTROS	Parte Diversificada	Língua Estrangeira Obrigatória - Inglês	1	-	40	1	-	40	1	-	40	120
		Língua Estrangeira Opcativa - Espanhol	1	-	40	-	-	-	-	-	-	40
Sub-total	2	-	80	1	-	40	1	-	40	160		
AGROPECUÁRIA	Área Técnica	Agricultura	2	1	119	-	-	-	-	-	-	119
		Zootecnia	2	1	119	-	-	-	-	-	-	119
		Culturas	-	-	-	2	1	119	2	-	80	199
		Criações	-	-	-	2	1	119	1	1	79	198
		Irrigação e Drenagem	-	-	-	2	1	119	1	-	40	159
		Desenho e Topografia	-	-	-	-	-	-	2	-	80	80
		Construções e Instalações	-	-	-	-	-	-	2	-	80	80
		Administração e Economia Rural	1	-	40	2	-	80	1	1	79	199
		Planejamento e Projeto	-	-	-	-	-	-	2	3	197	197
		Sub-total	5	2	278	8	3	437	11	5	635	1350
TOTAL	29	5	1355	29	5	1355	29	9	1311	4221		
ATIVIDADES COMPLEMENTARES	Avaliação de sessão e auto organização	Atividades Práticas	1	-	40	1	-	40	1	-	40	120
		Plano de Estudo e conteúdos vivenciais	1	1	79	1	1	79	1	-	40	198
		Estágio Supervisionado	-	-	-	-	-	-	-	-	184	184
		Total	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total	3	1	159	3	1	159	3	0	304	622		
TOTAL GERAL	32	6	1514	32	6	1514	32	9	1815	4843		

**TEMAS GERADORES DOS TEMAS PLANO DE ESTUDO**

- A Língua Estrangeira Moderna - Inglês e a Língua Espanhola compõem a área de Linguagens.

- O estágio supervisionado totalizará a carga horária de 184 h, sendo realizado em etapas nas Séries em Práticas Experimentais em Agropecuária na propriedade agrícola da Escola e Propriedades Rurais e/ou Instituições Governamentais ou não Governamentais e Empresas Parceiras.

- As disciplinas trabalharão conforme os Temas Geradores do Plano de Estudo Trimestral, integrando as áreas de Conhecimento.

Monitoramento de Estudo se constitui em aulas na Sessão Escolar e Estadia, destinadas a realização de tarefas complementares aos conteúdos ministrados em sala de aula, trabalhos, pesquisas, Conteúdos Vivenciais da Pedagogia da Alternância, com acompanhamento de um professor que o auxilia no desenvolvimento dos mesmos, reforçando a aprendizagem.

- As Oficinas Pedagógicas são momentos dinâmicos onde são trabalhadas atividades de artesanato, esporte, teatro, dança, jogos pedagógicos, leitura, música, experiências científicas onde os estudantes desenvolvem habilidades complementares e despertam talentos, mediante elaboração de projeto pelo docente responsável.

- Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira e dos Povos Indígenas serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar. (Lei Nº 11.645/2008).

- Os conteúdos referentes à Música serão ministrados no componente curricular Arte. (Lei Nº 11.769/2008).

- Resolução CNE/CEB Nº 2 de 30/1/12 que define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, incluindo a obrigatoriedade do estudo de temas: educação alimentar e nutricional, processo de

Barra de São Francisco, ES, 20 de março de 2020.

Srta. Lúgen Bonfim Aniszewski  
Diretora Escolar

SÁMIA L. BONFIM ANISZEWSKI  
DIRETORA ESCOLAR  
Decreto nº 119

**ANALISADO**

EM: 20/03/2020

Srta. Lúgen Bonfim Aniszewski  
Diretora Escolar

Srta. Lúgen Bonfim Aniszewski  
Diretora Escolar

**Anexos 03: Reorganização do calendário escolar – 1º e 2º série, ensino médio, turma de 2020 – devido à pandemia da COVID 19.**

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Ato de Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação Parecer CE 301211  
 Nº 001/2005, D.O. de 04/04/2011  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 29.800-000  
 Tel.: (27) 3766-7538 - (27) 99891-5039

**ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITE - 1ª e 2ª série**

MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Total Dias Letivos	Carga Horária L	APNPS
1	JANEIRO	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	0	00	
2	FEVEREIRO	S	D	PPPE	SE*	.	.	S	D	.	.	.	.	S	D	.	.	.	.	PPPE	S	D	RE	F	F	.	.	S	////	////	14	105h/a		
3	MARÇO	D	.	.	.	S	D	.	.	.	.	S	D	.	.	.	.	.	.	S	D	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	15	114h/a	
4	ABRIL	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	RE	F	S	D	PLUVIOF	PLUVIOF	PLUVIOF	PLUVIOF	PLUVIOF	S	D	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	15	114h/a	76 h/a	
5	MAIO	F	S	D	*	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	S	D	.	.	.	15	114h/a	152 h/a
6	JUNHO	*	*	*	*	S	D	*	*	*	F	RE	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	S	D	.	.	.	15	114h/a	156 h/a
7	JULHO	*	*	*	S*	D	*	*	*	S*	D	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	*	*	*	*	S*	D	*	*	*	*	*	15	114h/a	163 h/a
8	AGOSTO	S	D	*	*	*	CC*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	15	114h/a	161 h/a
9	SETEMBRO	*	*	S	D	F	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	15	114h/a	158 h/a
10	OUTUBRO	*	*	S	D	*	*	CC	S	D	F	*	*	F	*	S	D	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	15	114h/a	148 h/a
11	NOVEMBRO	D	F	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	*	*	*	*	15	114h/a	152 h/a
12	DEZEMBRO	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	RE	F	S	D	RE	RE	FE	.	.	.	.	.	15	114h/a	129 h/a
<b>TOTAL</b>																																<b>28</b>	<b>219 h/a</b>	<b>1295 H</b>


**LEGENDA**

<b>PPPE</b> Planejamento Pedagógico na Escola	<b>FE</b> Férias	<b>CONSELHO DE CLASSE</b> 1º Trimestre: 07/08/2020 2º Trimestre: 09/10/2020 3º Trimestre: 23/12/2020 <b>CONSELHO DE CLASSE FINAL:</b> 23/12/2020
<b>S</b> Sábado	<b>★</b> Aplicação de Atividade Pedagógicas Não Presenciais, ainda sem registro de C. Horária. Essa Carga Horária foi aprovada p/registros a partir de julho.	<b>HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA</b> Integral: 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª - FÉRIAS, de 7:00 as 17:00. - Na situação emergencial da Pandemia causada pelo COVID-19, as unidades escolares poderão funcionar em horários distintos ao previsto em calendário aprovado anteriormente, e qualquer alteração deve ser comunicada à comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
<b>S*</b> Sábado Letivo	<b>JUNHO</b> Planejamento / HOME OFFICE	<b>TRIMESTRE</b> PERÍODO DIAS L C.H
<b>D</b> Domingo	<b>Carga horária</b> Dias Letivos trabalhados antes da paralização emergencial devido a Pandemia	- 05/02 a 20/03/2020 29 219h
- Letivo Presencial (05/02 e 20/03/2020)	<b>RE</b> Recesso/ Feriado	- PERÍODO HORAS LETIVAS
- Letivo Presencial (05/02 e 20/03/2020) - (Estafas)	<b>SE</b> Seminário	1ª 05/02 a 07/08/2020 488 h
* Aplicação de Atividade Pedagógicas Não Presenciais // Registro de Carga Horária e Aproveitamento da C.H das Ativ. Não Presenciais trabalhadas em abril, maio e junho	<b>PLUVIOF</b> Planejamento / HOME OFFICE	2ª 10/08 a 09/10/2020 488 h
* Aplicação de Atividade Pedagógicas Não Presenciais // Registro de Carga Horária e Aproveitamento da C.H das Ativ. Não Presenciais trabalhadas em abril, maio e junho (Estafas)	* Início do Trimestre	3ª 13/10 a 23/12/2020 640 h
CC. Ativ. Não Presenciais e Conselho de Classe p/Retorno a avaliação das Atividades Não Presenciais trabalhadas C.H alunos	<b>OBSERVAÇÃO:</b> As Horas Letivas de Atividades Não Presenciais trabalhadas nos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO, foram distribuídas e registradas a partir do mês de JULHO até 23/12/2020, junto com a Carga Horária Normal do Mês a fim de atender o mínimo de Carga Horária exigida pela LDB nº 9394/1996 e a Lei Federal nº 14.040 de 18/08/2020, específica para Período da Pandemia. De acordo com o art. 5º da portaria número 053 - A carga horária da Educação Técnica Profissional deverá ser cumprida integralmente e a carga horária da Base Técnica, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e nas Resoluções do Conselho Estadual de Educação que aprova e autoriza os cursos. Para fim de registro, foram registradas 10 horas diárias, somando-se 50h semanais, a partir do mês de julho até 23 de dezembro.	1514 h
CCF Atividade Pedagógicas Não Presenciais e Conselho de Classe - Extra Turno	A distribuição de toda Carga Horária encontra-se na 3ª (terceira) folha anexa.	

**SÁBIA L. BONFIM ANISZEWSKI**  
 DIRETORA ESCOLAR  
 EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE  
 Decreto Nº 03, de 09/01/19

**Rodrigo Duque de Oliveira**  
 Secretário Municipal de Educação e Cultura  
 Decreto Nº 84, de 18/01/2020

# Anexos 04: Reorganização do calendário escolar da 3º série – ensino médio, turma 2020 – devido à pandemia da COVID 19.



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - (Eixo Tecnológico Recursos Naturais - Habilitação em Agropecuária Crítico)** Lei nº 23 de 21/03/2005  
**ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Barra de São Francisco/ES - Instituto Municipal de Governo Municipal - Cidades: Lei nº 23 de 21/03/2005  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
**REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 DEVIDO A PANDEMIA/COVID-19 - 3ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO**  
**ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITE - 3ª Série - Ensino Médio**

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Avenida Crítico, Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação PARECER CEE 5/01/211  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 29.800-000  
 Tel.: (27) 3766-7638 - (27) 99861-6039

MESES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	Faltas Total	Carga Horária (h)	APRUS			
1	JANEIRO	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	0	00			
2	FEVEREIRO	S	D	PPE	SE	*	.	.	S	D	.	.	.	.	S	D	.	.	.	.	PPE	S	D	RE	F	F	.	.	S	////	////	14	126 h/a				
3	MARÇO	D	.	.	.	.	.	S	D	.	.	.	.	S	D	.	.	.	.	S	D	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	15	123h/a			
4	ABRIL	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	FE	82 h/a		
5	MAIO	F	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	.	.	.	.	164 h/a		
6	JUNHO	*	*	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	168 h/a	
7	JULHO	*	*	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	RE	146 h/a	
8	AGOSTO	S	D	*	*	*	cc	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	173 h/a		
9	SETEMBRO	*	*	*	S	D	F	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	160 h/a		
10	OUTUBRO	*	*	S	D	*	*	*	cc	S	D	F	*	*	F	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	164 h/a		
11	NOVEMBRO	D	F	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	164 h/a			
12	DEZEMBRO	*	*	*	S	D	*	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	S	D	*	*	*	*	*	S	D	*	*	*	*	237 h/a	1394 H		
<b>TOTAL</b>																																<b>28</b>	<b>237 h/a</b>	<b>1394 H</b>			

**LEGENDA**

<b>PPE</b> Planejamento Pedagógico na Escola	<b>FE</b> Férias	<b>CONSELHO DE CLASSE</b> 1º Trimestre: 07/08/2020 2º Trimestre: 09/10/2020 3º Trimestre: 23/12/2020 <b>CONSELHO DE CLASSE FINAL: 23/12/2020</b>
<b>S</b> Sábado	<b>*</b> Aplicação de Ativ. Pedagógicas Não Presenciais, ainda sem registro da C. Horária. Essa Carga Horária foi aprovada p/registros a partir de julho.	<b>HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA</b> INTEGRAL: 2ª, 3ª, 4ª, 6ª e 8ª - Manhã, de 7:00 às 17:00. - Na situação emergencial da Pandemia causada pelo COVID-19, as Unidades escolares poderão funcionar em horários distintos ao previsto em calendário aprovado anteriormente, e qualquer alteração deve ser comunicada à comunidade escolar e Secretaria Municipal de Educação e Cultura.
<b>S*</b> Sábado Letivo	<b>PLUNOP</b> Planejamento / HOME OFFICE	<b>Obs: A carga horária de 1831 h que consta neste calendário, soma-se com 184 h de estágio supervisionado previsto na organização curricular aprovada, totalizando 1815 h.</b>
<b>D</b> Domingo	<b>Carga horária</b> Dias Letivos trabalhados antes da paralisação emergencial devido a Pandemia	<b>TRIMESTRE</b> PERÍODO DIAS L. C.H. - PERÍODO HORAS LETIVAS 1ª 05/02 a 07/08/2020 817 h 2ª 10/08 a 09/10/2020 840 h 3ª 13/10 a 23/12/2020 874 h 1831 h
<b>.</b> Letivo Presencial (05/02 a 20/03/2020)	<b>RE</b> Recurso/Feriado	<b>OBSERVAÇÃO:</b> Total de DIAS com atividades Pedagógicas no ANO de 2020: 29 DIAS PRESENCIAIS (ANTES DA PANDEMIA) COM CARGA HORÁRIA DE: 237 HORAS 120 DIAS NÃO PRESENCIAIS (DURANTE O PERÍODO DA PANDEMIA) COM CARGA HORÁRIA DE: 1394 HORAS TOTAL GERAL DE CARGA HORÁRIA DO ANO 2020: 1631 HORAS
<b>.</b> Letivo Presencial (05/02 a 20/03/2020) - (Estada)	<b>SE</b> Seminário	<b>Observação:</b> As horas aulas de Atividades Não Presenciais trabalhadas nos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO, foram distribuídas e registradas a partir do mês de JULHO até 23/12/2020, junto com a Carga Horária Normal do Mês a fim de atender o mínimo de Carga Horária exigida pela LDB nº 9394/1996 e a Lei Federal nº 14.040 de 16/08/2020, específica para Período da Pandemia. De acordo com o art. 6º da portaria de número 053. A carga horária da Educação Técnica Profissional deverá ser cumprida integralmente e a carga horária da Base Técnica, conforme previsto no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos e nas Resoluções do Conselho Estadual de Educação que aprova e autoriza os cursos.
<b>*</b> Aplicação de Ativ.Pedagógicas Não Presenciais / Registro de Carga horária e Aproveitamento de C.H das Ativ. Não Presenciais trabalhadas em abril, maio e junho	<b>PLUNOP</b> Planejamento HOME OFFICE	<b>Para fim de registro, foram registradas 10 horas diárias, somando-se 50 semanais, a partir do mês de julho até 23 de dezembro. A distribuição de toda Carga Horária encontra-se na 3ª (terceira) folha anexa.</b>
<b>*</b> Aplicação de Ativ.Pedagógicas Não Presenciais / Registro de Carga horária e Aproveitamento de C.H das Ativ. Não Presenciais trabalhadas em abril, maio e junho (Estada)	<b>CCF</b> Atividade Complementar Curricular de Classe - Extra Turma	<b>Assinatura de Rodrigo Duque de Oliveira</b> <b>RODRIGO DUQUE DE OLIVEIRA</b> Diretor(a) Escolar EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE Decreto Nº 05, de 09/01/19 Disciplina Nº 041 de 10/12/2020
<b>CC</b> Ativ. Não Presenciais e Conselho de Classe / Reflexão e avaliação das Atividades Não Presenciais trabalhadas / os alunos		
<b>CCF</b> Ativ.Pedagógicas Não Presenciais / Registro de Carga horária e Aproveitamento de C.H das Ativ. Não Presenciais trabalhadas / os alunos		

EM: 12/11/2020  
 Selo Responsável Escolar  
 SEMEC - Barra de São Francisco - ES

**Anexos 05: Fundamentação legal referente aos dias letivos, a carga horária anual e a reposição referente à situação emergencial da pandemia da COVID-19**

**FA JACYRA DE PAULA MINIGUITTE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Lei de Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação Parecer CEE/ES nº 21  
 Res. CEE 2675 pub. D.O. de 04/04/2011  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 29.800-000  
 Tel: (27) 3746-7638 - (27) 99891-5039

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
 Curso Técnico em Apropriedade Integrado ao Ensino Médio - Eixo Tecnológico: Recursos Naturais - Habilitação: Apropriedade  
 ESCOLA MUNICIPAL FAMILIA AGRICOLA "JACYRA DE PAULA MINIGUITTE"  
 Barra de São Francisco/ES Entidade Mantenedora: Governo Municipal - Criação: Lei nº 23 de 21/03/2005  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 DEVIDO À PANDEMIA/ COVID-19 3ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO

**FUNDAMENTAÇÃO LEGAL REFERENTE AOS DIAS LETIVOS, A CARGA HORÁRIA ANUAL E A REPOSIÇÃO REFERENTE À SITUAÇÃO EMERGENCIAL DE PANDEMIA CORONAVÍRUS (COVID-19)**

§ 4º, ART. 32 da LDB 9394/1996; Lei Federal nº 14.040, de 18/08/2020 (D.O.U 19/08/2020), Resolução CEE/ES Nº 5.447, de 20 de março de 2020; Resolução CEE/ES Nº 5.502, de 28 de abril de 2020 (D.O. 04/05/2020); Parecer CNE/CP Nº 5, de 28/04/2020, Homologado pelo MEC D.O.U 01/06/2020, Parecer CNE/CP Nº 6/2020, de 16/05/2020; Parecer CNE/CP Nº 9, de 08/06/2020, Homologado pelo MEC D.O.U. 09/07/2020; Parecer CNE/CP Nº 11, de 07/07/2020 (Homologado pelo MEC D.O.U. 03/08/2020); Decretos Estaduais nºs 4597-R, de 16 de março de 2020, e os subsequentes que o prorrogam; Decretos municipais Nº 49/2020 de 17/03/2020, Decreto Municipal Nº 73/2020, de 02/04/2020; Portarias Municipais Nº 04/2020 de 13/04/2020; Portaria Nº 46/2020 de 11/05/2020; Portaria Nº 47/2020 de 30/06/2020; Portaria Nº 50/2020, de 03/08/2020; Portaria Nº 52/2020 de 27/08/2020; Parecer CEE Nº 5.950/2020, de 14/07/2020 Diretrizes para reorganização do calendário e das atividades escolares no contexto da pandemia da COVID-19. Resolução CEE/ES Nº 5.670/2020 de 08/10/2020 (Pub. D.O. de 13/10/2020).

DATAS COMEMORATIVAS	FERIADOS E RECESSOS	EVENTOS PEDAGÓGICOS
08/03 - Dia Internacional da Mulher.	01/01 - Contraterrização Universal.	03/02 - Planejamento Pedagógico na Escola
20/03 - Dia da Conscientização contra o Bullying.	24/02 - Recesso	04/02 - Seminário Pedagógico de Abertura do ano letivo;
12/04 - Páscoa.	25/02 - Carnaval	06/02 a 20/02 - Período de Diagnóstico;
19/04 - Dia do Índio.	26/02 - Cinzas.	21/02 - Planejamento Pedagógico na Escola após período de Diagnóstico;
22/04 - Descobrimto do Brasil.	09/04 - Recesso Escolar (Endoenças)	
10/05 - Dia das Mães.	10/04 - Paixão de Cristo.	
13/05 - Dia Estadual de Promoção de Igualdade Racial (Lei Estadual Nº 10.719/2017).	20/04 - Nossa Senhora da Penha/ Dias das Crianças	
23/05 - Colonização do Solo Espiritossantense.	21/04 - Tiradentes.	
01 a 05/06 - Semana do Meio Ambiente	01/05 - Dia do Trabalho.	
05/05 - Dia Mundial do Meio Ambiente	11/06 - Corpus Christi.	
09/08 - Dia dos Pais	12/06 - Recesso Escolar	
10/08 - Dia Estadual de Funcionário de Escola (Lei Estadual Nº 10.693/2017).	07/09 - Independência do Brasil.	
11/08 - Dia do Estudante/Dias dos Pais.	04/10 - Dia do Padroeiro do Município	
Setembro - Mês da Educação Especial na Perspectiva Inclusiva.	12/10 - Dias das Crianças- Dia de Nossa Senhora Aparecida;	
19 a 23/10 - Semana Estadual do Livro e de Incentivo à Leitura (Lei nº 10.973/2019).	15/10 - Dia do Professor.	
19 a 23/11 - Semana Estadual da Consciência Negra (Lei Nº 10.717/2017).	02/11 - Dia de Finados.	
20/11 - Dia Nacional da Consciência Negra (Lei Nº 10.639/2003).	15/11 - Proclamação da República.	
10 a 13/12 - Semana Estadual dos Direitos Humanos (Lei Nº 5.255/1996).	25/12 - Natal.	

**ANALISADO**


EM: 10/11/2020

*Rodrigo Duque de Oliveira*

Secretaria Municipal de Educação e Cultura  
Decreto Nº 841 de 10/03/2020

**SÂNIA L. BONFIM ANISZEWSKI**  
 DIRETORA ESCOLAR  
 ESCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITTE  
 Decreto Nº 03 de 09/01/19

# Anexos 06: Distribuição da carga horária da reorganização do calendário escolar 2020 devido à pandemia da COVID-19



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
 Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio - Eixo Tecnológico: Recursos Naturais - Habilitação: Agropecuária  
**ESCOLA MUNICIPAL FÁBULA AGRÍCOLA "JACYRA DE PAULA MINIGUITE"**  
 Barra de São Francisco/ES Entidade Mantenedora: Governo Municipal - Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
 REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR DEVIDO À PANDEMIA COVID-19 - 3ª SÉRIE - ENSINO MÉDIO

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
 Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
 Ato de Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
 Ato de Aprovação Parecer CEE/01/211  
 Res. CEE 2876/pub. D.O. de 04/04/2011  
 Barra de São Francisco - ES - CEP: 29.800-000  
 Tel.: (27) 3799-7938 - (27) 99891-8699

**DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 DEVIDO À PANDEMIA/ COVID-19**  
 A PARTIR DO MÊS DE JULHO FORAM APROVEITADAS AS CARGAS HORÁRIAS QUE FORAM MINISTRADAS A PARTIR DE 16 DE ABRIL, E NOS MESES DE MAIO, JUNHO

ABRIL - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias				MAIO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias				JUNHO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias			
SEMANA	h/a	total h/a	Repos	SEMANA	h/a	total h/a	Repos	SEMANA	h/a	total h/a	Repos
1ª dia	32	32	14	1ª dia	41	41	19	1ª dia	41	41	19
2ª dia	32	32	14	2ª dia	41	41	19	2ª dia	41	41	19
3ª dia	32	32	14	3ª dia	41	41	19	3ª dia	41	41	19
4ª dia	32	32	14	4ª dia	41	41	19	4ª dia	41	41	19
5ª dia	32	32	14	5ª dia	41	41	19	5ª dia	41	41	19
TOTAL	82	82	36	TOTAL	164	164	77	TOTAL	168	168	77

**OBSERVAÇÃO**

A Carga Horária trabalhada nos meses de ABRIL, MAIO e JUNHO, a partir da 1ª semana de dezembro (01/12/2020 até 23/12/2020), além da carga horária normal e reposição, houve ampliação de carga horária, sendo estas aos sábados de dezembro = 30 h. Segue distribuição nos quadros abaixo.

JULHO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias					AGOSTO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias					SETEMBRO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias, 08h - 10h					OUTUBRO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias, 08h - 10h				
SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h	SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h	SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h	SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h
1ª-3 dias	23	23	17	40	1ª-5 dias	41	41	19	60	1ª-4 dias	32	32	18	50	1ª-3 dias	14	14	16	30
2ª-5 dias	41	41	19	60	2ª-5 dias	41	41	19	60	2ª-4 dias	32	32	18	50	2ª-5 dias	41	41	19	60
3ª-5 dias	41	41	19	60	3ª-5 dias	41	41	19	60	3ª-5 dias	41	41	19	60	3ª-5 dias	41	41	19	60
4ª-5 dias	41	41	19	60	4ª-5 dias	41	41	19	60	4ª-5 dias	41	41	19	60	4ª-5 dias	41	41	19	60
5ª dia	9	9	1	10	5ª dia	9	9	1	10	5ª dia	9	9	1	10	5ª dia	9	9	1	10
TOTAL	148	148	74	220	TOTAL	173	173	87	260	TOTAL	173	173	77	250	TOTAL	160	160	86	246

NOVEMBRO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias, 08h - 10h (10/11/2020)					DEZEMBRO - 2ª, 3ª, 4ª e 5ª - férias 5 dias, 0ª feira 5 dias, 08h - 10h (12/12/2020)				
SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h	SEMANA	h/a	total h/a	Repos	TOTAL h
1ª-4 dias	32	32	16	48	1ª-4 dias	32	32	8	40
2ª-5 dias	41	41	19	60	2ª-5 dias	41	41	9	50
3ª-5 dias	41	41	14	55	3ª-5 dias	41	41	9	50
4ª-5 dias	41	41	9	50	4ª-5 dias	41	41	3	44
5ª dia	9	9	1	10	5ª dia	9	9	30	39
TOTAL	164	164	81	225	TOTAL	134	134	30	164

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 1º TRIMESTRE - 05/02 a 07/08/2020**

Fevereiro: 124 h  
 Julho: 146h Normal da Semana + 74h Reposição = 220h  
 Agosto: (1ª semana) 41h Normal da Semana + 19h Reposição = 60h  
**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 114h + 123h + 146h + 74h + 41h + 19h = 517h**

**OBS:** Computando carga horária do período: Carga Horária da semana ministradas por meio de Atividades Não Presenciais = 187h.  
 Reposição: Foi da Carga Horária Aproveitada das Ativ. Não presenciais ministradas nos meses: abril (82 h) e maio (11 h) = 93 h  
 Carga Horária Não presencial: 517 h

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 2º TRIMESTRE - 10/08 a 09/10/2020**

Agosto: (2ª, 3ª, 4ª e 5ª SEMANA) = 132 h Normal da Semana + 68 h Reposição = 200 h  
 Setembro: 179 h Normal da semana + 77 Reposição = 250 h  
 Outubro: (2ª e 3ª Semanas) 14 h normal + 16 h Reposição = 30 h  
 41h normal + 19h Reposição = 60 h  
**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 132h + 68h + 179h + 77h + 14h + 16h + 41h + 19h = 540 h**  
 Computando carga horária do período: Carga Horária Normal da semana ministradas por meio de Atividades Não Presenciais = 360 h  
 Reposição: Foi da Carga Horária Aproveitada das Ativ. Não presenciais ministradas nos meses: maio (153 h) e junho (27 h) = 180 h

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 3º TRIMESTRE - 13/10 a 23/12/2020**

Outubro: (3ª, 4ª e 5ª semanas) 23h Normal + 13h Reposição = 36 h  
 41h Normal + 19h Reposição = 60 h  
 41 Normal + 19 h Reposição = 60 h  
 Novembro: 164h Normal + 61h Reposição = 225 h  
 Dezembro: 134 h + 29h Reposição + 30h Ampliada = 193 h  
**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 23h + 13h + 41h + 19h + 19h + 164h + 61h + 134h + 29h + 30h = 574h**

**OBS:** Carga Horária Normal Ministradas por meio de atividades Não Presenciais nos meses de: outubro: 105h / novembro: 164h / dezembro: 134h = 403h  
 Computando carga horária do período: Carga Horária da semana ministradas por meio de Atividades Não Presenciais = 403 h  
 Reposição: Foi da Carga Horária Aproveitada das Ativ. Não presenciais ministradas nos meses: junho (141 h) = 141 h  
 Carga Horária Ampliada ministradas por meio de Atividades Não Presenciais aos sábados do mês de dezembro: 30h  
 Carga Horária Não presencial: 574 h

*Rodrigo Duarte de Oliveira*  
**Rodrigo Duarte de Oliveira**  
 Secretário Municipal de Educação e Cultura  
 Decreto Nº 041 de 10/03/2020

*SÂNIA L. BONFIM ANISZEWSKI*  
**SÂNIA L. BONFIM ANISZEWSKI**  
 DIRETORA ESCOLAR  
 EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE  
 Decreto Nº 08, de 09/01/19

# Anexos 07: Distribuição da carga horária da reorganização do calendário escolar 2020 devido à pandemia da COVID 19 (2)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO - ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
BARRA DE SÃO FRANCISCO/ES  
ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA JACYRA DE PAULA MINIGUITE  
REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 DEVIDO À PANDEMIA/COVID-19 ENSINO FUNDAMENTAL ANOS FINAIS

**EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE**  
Prefeitura Municipal de Barra de São Francisco  
Ato de Criação Lei nº 23 de 21/03/2005  
Ato de Aprovação Portaria CEE 01/211  
Res. CEE 2875/2010, D. O. de 04/04/2011  
Barra de São Francisco - ES - CEP: 29.900-000  
Tel: (27) 3766-7538 - (27) 99891-6039

**DISTRIBUIÇÃO DA CARGA HORÁRIA DA REORGANIZAÇÃO DO CALENDÁRIO ESCOLAR 2020 DEVIDO À PANDEMIA/ COVID-19 A PARTIR DO MÊS DE JULHO FORAM APROVEITADAS AS CARGAS HORÁRIAS QUE FORAM MINISTRADAS A PARTIR DE 16 DE ABRIL. E NOS MESES DE MAIO, JUNHO**

DIAS LETIVOS E CARGA HORÁRIA	ABRIL - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				MAIO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				JUNHO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				OBSERVAÇÃO	
	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia		
C.H. Fevereiro = 81h	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	8	A Carga Horária ministrada nos meses de Abril, Maio e Junho, foram ministradas além da carga horária normal e reposição, houve ampliação de carga horária, sendo entre os sábados de dezembro e 27h. As disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática aumentam em 2 aulas semanalmente e as disciplinas de Zootecnia, Agricultura, Ciências, História, Geografia e Inglês aumentaram uma aula semanalmente. Total por mês de atividades Não Presenciais para cumprimento de no mínimo de carga horária conforme Organização Curricular. Segue distribuição nos quadros abaixo.	
C.H. Março = 102h	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26	26		
TOTAL	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34	34		340
TOTAL	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140		1400

JULHO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				AGOSTO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				SETEMBRO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				OUTUBRO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª							
SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia				
1ª 3 dias	17	17	15	32	1ª 3 dias	35	35	18	50	1ª 4 dias	35	35	18	41	1ª 3 dias	8	8	15	21
2ª 5 dias	35	35	15	50	2ª 5 dias	35	35	15	50	2ª 4 dias	35	35	15	41	2ª 5 dias	35	35	15	50
3ª 5 dias	35	35	15	50	3ª 5 dias	35	35	15	50	3ª 5 dias	35	35	15	50	3ª 3 dias	32	22	11	33
4ª 5 dias	35	35	15	50	4ª 5 dias	35	35	15	50	4ª 5 dias	35	35	15	50	4ª 5 dias	35	35	15	50
TOTAL	122	60	182	364	TOTAL	140	60	209	309	TOTAL	140	62	211	312	TOTAL	135	65	200	200

NOVEMBRO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª				DEZEMBRO - 9 h por dia 2ª, 3ª e 4ª					
SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia	SEMANA	1ª dia	2ª dia	3ª dia		
1ª 4 dias	26	26	14	40	1ª 5 dias	28	18	09	53
2ª 5 dias	35	35	14	49	2ª 8 dias	35	18	09	62
3ª 5 dias	35	35	14	49	3ª 5 dias	35	17	09	61
4ª 5 dias	35	35	13	48	4ª 3 dias	23	-	-	23
5ª 1 dia	9	9	-	9	5ª 3 dias	27	27	2	56
TOTAL	140	55	195	390	TOTAL	119	63	27	199

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 1º TRIMESTRE - 05/02 a 07/08/2020**

Fevereiro: 81h  
Março: 102h  
Abril: 122h Normal da Semana + 60h Reposição = 182h  
Maio: (14 semanas) 35h Normal da Semana + 15h Reposição = 50h

**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 81 + 102 + 182 + 50 = 415h**

OBS: Considerando carga horária do período: Carga horária Normal da semana ministrada por meio de Atividades Não Presenciais = 15h  
Reposição: Foi de Carga Horária Aproveitada das Ativ. Não presenciais ministradas nos meses: abril (65 h) e 10 h de maio = 75h  
Carga horária presencial fevereiro e março 186h / Carga horária Não Presencial: 232 h = Total 428h

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 2º TRIMESTRE - 10/08 a 09/10/2020**

Agosto: (2ª, 3ª, 4ª e 5ª SEMANA) = 114h Normal da Semana + 45h Reposição = 159h  
Setembro: 140h Normal da semana + 62h Reposição = 202h  
Outubro: (1ª e 2ª Semanas) 43h normal + 28 Reposição = 71h

**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 114h + 45h + 140h + 62h + 43h + 28h = 442h**

OBS: Computando carga horária do período: Carga horária Normal da semana ministrada por meio de Atividades Não Presenciais = 306h  
Reposição: Foi de Carga Horária Aproveitada das Ativ. Não presenciais ministradas nos meses: maio (130 h) e 05h de junho = 135h  
Carga horária Não Presencial: 441h

**FORMAÇÃO DA CARGA HORÁRIA DO 3º TRIMESTRE - 13/10 a 23/12/2020**

Outubro: (3ª, 4ª e 5ª semanas) 22h Normal + 11h Reposição = 33h  
35h Normal + 15h Reposição = 50h  
= 129h

Novembro: 140h Normal + 55h Reposição = 195h  
Dezembro: 119h Normal + 53h Reposição + 27h Carga Horária Ampliada = 199h

**TOTAL DA CARGA HORÁRIA DO TRIMESTRE = 33h + 50h + 46h + 140h + 55h + 119h + 53h + 27h = 523h**

OBS: Carga Horária Normal Ministrada por meio de atividades Não Presenciais nos meses de outubro: 82h novembro: 140h dezembro: 119h = 341h  
Carga Horária Ampliada: ministrada por meio de Atividades Não Presenciais nos meses de outubro: 37h novembro: 55h dezembro: 53h = 145h  
Carga Horária Ampliada: Sábados das 1ª, 2ª e 3ª semanas de dezembro: 27h

**SÂNIA L. BONFIM ANISZEWSKI**  
DIRETORA ESCOLAR  
EMFA JACYRA DE PAULA MINIGUITE  
Decreto Nº 06, de 09/01/19

**ANALISADO**  
EM: 12/11/2020  
SANTA MARIA DE JACARA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

## Anexos 08: Quadro de movimento mensal dos alunos da rede municipal de ensino, ano 2020

ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA "JACYRA DE PAULA MINIGUITE"  
 Curso: Técnico em Agropecuária – Criação: Lei nº 23 de 21.03.05 complementação: Lei nº 51 de 06. 06.2005 / Lei: nº 142 de 14.11.2005 –  
 Entidade Mantenedora: Governo Municipal Ato de Aprovação Parecer CEE 3.012/11 Resolução CEE 2.675/11 Pub. Diário Oficial – 04/04/2011  
 Ato de Aprovação Parecer CEE 3.012/11 Resolução CEE 2.675/11 Pub. Diário Oficial – 04/04/2011

### QUADRO DE MOVIMENTO MENSAL DOS ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO

Mês: Outubro

Ano: 2020

DISTRITO	ESCOLAS PROFESSORES	Série	Turno	MOVIMENTO MENSAL																		
				Vindos do Mês Anterior			Matricula Nova			Transf Expedida			Transf Recebida			Evasão			Pas. P/ Mês Seguinte			
				Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	Masc	Fem	Total	
Zona Rural	Camila Dias de Almeida	6º	Integral	22	20	42	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	20	42
	Fernanda T. Acerbi Pereira	7º	Integral	26	18	44	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	26	18	44
	Katielle Bonifácio Dias	8º	Integral	22	16	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	16	38
	Lucas Silva Souza	9º	Integral	18	17	35	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	17	35
	Paulo Geovane Meireles	1ª	Integral	23	20	43	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23	20	43
	Polianna Dias dos Santos	2ª	Integral	11	06	17	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	11	06	17
	Poliane Oliveira Dutra	3ª	Integral	05	05	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	05	05	10
	Sandra Batista																					
	Sânia Lopes B. Aniszewski																					
	Sivory Fantí																					
	Suzani Polati F. de Freitas																					
	Valéria A. Negri Xavier																					
	Wéster F. de Almeida																					
Wiles Carlos Morel da Cruz																						
TOTAL		07	-	127	102	229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	102	229
TOTAL GERAL		07	-	127	102	229	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	127	102	229

  
 Sânia Lopes Bonfim Aniszewski  
 Diretor (a) da EMFA "Jacira de Paula Miniguite"  
 Aut. N° 08, de 09/01/2019

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000  
 E-Mail: cfabsfmedio@gmail.com - TELEFONE: (27) 3756-7538 / 9 9891-5039



Anexos 09: Ata da assembleia ordinária da AEFAEP

... a família é, assim  
... a presença de todos...  
... a família...  
... a família...  
... a família...  
... a família...  
... a família...  
... a família...  
... a família...  
... a família...



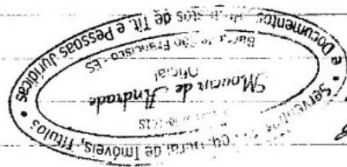
... com original...  
... em 11/04/2009...  
... assinada...

Ata da Assembleia Ordinária da AEFAEP - Associação  
Escola Família Agrícola Municipal de Educação  
Profissional Técnica de Nível Médio de  
Barra de São Francisco, Eleição e Posse da  
Diretoria

nos dezessete dias do mês de setembro de  
dois mil e sete, com início às treze horas e  
minutos, realizou-se no refeitório da Escola  
Família Agrícola Municipal de Educação  
Profissional Técnica de Nível Médio "Agryra  
Francisca Minicenti" de Barra de São Francisco  
cidade de Barra de São Francisco,  
Estado do Rio Grande do Sul, Brasil...

a Assembleia Geral de Fundação da Associação da Escola. Assumiu os trabalhos o Vice-presidente Adão Saqjelli da Silva desejando boas vindas a todos e todas. Fez a memória de algumas conquistas realizadas até o presente momento. O Senhor Adão Saqjelli encaminhou em seguida que o Senhor Alencar Marum apresentasse as pessoas indicadas e convidadas para comporem o Conselho Administrativo sendo: Ana Maria Mendes Cunha Cardoso, Adão Saqjelli da Silva, Luzia Teixeira Akerbi, Tânia Aparecida Saar da Silva, Denilson de Souza Mastenreiter, José Silveira e Souza, Januário Lopes da Silva, Carlos Rodrigues Costa, Rindaura Francis do Carmo de Almeida, Clemente de Oliveira Coelho Romário de Souza, Geovio Miguel, João Paulo Zecha Siegfriede Getrude Saar de Andrade e Irani de Souza dos Santos. Fez a assembleia para apreciar os nomes das pessoas indicadas para o Conselho Administrativo da Associação da Escola Família Agrícola Municipal de Educação Profissional Técnica de Nível Médio de Barra de São Francisco e, em seguida colocou em votação sendo aprovado por aclamação. Solicitou do grupo para se retirarem da Assembleia para realizarem a distribuição dos livros ditos em conformidade com o Estatuto. Ao retornar para apresentação para apreciação da Assembleia a formação da direção da Associação, ficando assim composta: Presidente - Ana Maria Mendes Cunha Cardoso Vice-Presidente - Adão Saqjelli da Silva, Primeiro Secretário - Luzia Teixeira Akerbi, Segundo Secretário - Tânia Aparecida Saar da Silva Primeiro Tesoureiro -

rei Silveira e Souza, Conselho Fiscal Executivo -  
Genúrio Lopes da Silva, Carlos Rodrigues Costa e  
Lindaura Francisco do Carmo de Almeida, Conselho  
Fiscal Suplente - Clemente de Oliveira Coelho, Romário  
e Souza, Frederic Miguel e os Membros - João Paulo  
Recha, Sieglinda Getuade Zaar de Andrade, Ivoni de  
Souza dos Santos, sendo empessada. Os agradecimen-  
tos foram feitos pelo Dico-Presidente Adão Façolli  
a presidente elita Senhora Ana Maria que, fez  
um uso das palavras dizendo que, precisamos adminis-  
trar juntos, pois sabemos da importância da participação  
dos agricultores na vida do CEFFA e, agradeceram a presen-  
ça de todos, ressaltando a presença do Secretário Municipal  
e Agricultura o Senhor Antonio Bium, a Secretária  
Executiva da RACEFAES Glorinha Sartório Sampaio e  
Dico-Presidente da RACEFAES Zelindo Coure declarando  
encerrada a Assembleia onde eu Mayara de Almeida  
Dima leu a presente ata que, será assinada por  
quem de direito.



Certifico que esta ata compare com  
original arquivada em secretaria  
em 19/10/2007. *[Signature]*

Ata da Assembleia de Todos da Associação da Escola Municipal Família Agrícola Jacira de Paula Piniquite - Barra de São Francisco E.S.

Nos 12 (doze) dias do mês de dezembro de 2019 (dois e dezanove), às 19:05 horas nas dependências da Escola Família Agrícola Jacira de Paula Piniquite, reuniram-se em assembleia vários pais de estudantes, juntamente com os membros da Associação e os monitores da Escola, para tratarmos de assuntos pertinentes à Escola.

No primeiro momento a presidente da Associação e seu dando as boas vindas e em seguida fez uma oração. Em seguida o tesoureiro Edilson Grosman de Oliveira juntamente com a diretora Sônia Lopes Benjim começaram fazendo a prestação de contas de todo o ano de 2019. Após a prestação, eles também pontuaram e vários avanços obtidos na escola, tais como: o processo de adequação da escola, a melhoria nos ambientes como o refeitório, salas de aula, sala dos monitores, laboratório, secretaria, sobre os nossos estudantes que se destacaram no ano letivo, sobre os nossos projetos construídos e realizados, como a horta, as associações e a pauticultura e por finalizar foi falado também do encontro de estudantes ocorrido nas dependências do CEEFA, no qual os estudantes gostaram muito. Essa Assembleia foi para passar as informações para as famílias.

Concluímos nossa assembleia com a presidente Elizabet Vargas Cazula Garcia falando da importância da participação de todos e em seguida fazendo um sorteio de uma cesta com diversos produtos para os pais presentes, onde foi sorteado a mãe de estudante Verônica Calais Marim, e por finalizar o sorteio da rifa promovida pela associação. A assembleia foi finalizada às 20h:14min. Eu Bernanda Teixeira Acuña reira lavrei a presente ata que, será assinada pelo presidente

Ata da Reunião da Associação de Pais da Escola Família  
picola Jacira de Paula Miniquite - Barra de São Francisco  
5.

Nos 06 (seis) dias do mês de fevereiro de 2020 (dois mil  
vinte), às 15h23min nas dependências da Escola Família  
picola Jacira de Paula Miniquite, reuniram-se os mem-  
bros da diretoria da associação, juntamente com a direte-  
ra Sânia e os coordenadores pedagógico e administrativo,  
para ser tratados assuntos pertinentes a escola.

No primeiro momento a diretora Sânia Lopes Benfim,  
iniciou dando as boas vindas e falando da importância  
a participação de todos os membros para juntos conse-  
guirmos sempre o melhor por nossos estudantes e pela es-  
cola. Ela também pontuou que esse ano de 2020, tivemos um  
grande número de estudantes que buscaram matricular-se  
na nossa CEFFA, mostrando assim que nossa escola, nossa pe-  
dagogia é muito importante para a formação de nossos estu-  
dantes, sendo que nossas famílias estão querendo essa formaça-  
o para seus filhos, o que nos mostra grande destaque em quant-  
a escola, e a Sânia também pontuou que por essa grande  
recrutas pela escola, nossos salas de aula encontram-se  
com 35 a 42 estudantes, sendo que infelizmente já foi ne-  
cessárias várias matrículas por não podermos pegar mais es-  
tudantes devido não comportar todos. Em seguida Sânia  
falou para os membros da associação, as várias melho-  
rias que aconteceu no ano anterior, dizendo também que  
a associação de pais teve grande participação para que isso  
acontecesse, pois essas melhorias deixaram nossos estudantes  
muito mais entusiasmados e mais felizes com o ambiente escolar  
e colocado também para os membros, que a escola rece-

Ata da reunião da Superintendência de Educação com a Direção da Escola, para está sendo aprovada o seu funcionamento nos cursos da escola, foi encaminhado todos os documentos necessários para sua aprovação e que agora aguardamos o retorno da Superintendência. Sendo que para essa aprovação eles pontuaram alguns itens que precisa melhorar, como por exemplo é a troca do lugar do bebedouro, a tampagem da rampa, a troca do telhado e a construção da quadra.

Um outro assunto importantíssimo que foi colocado pela diretora, foi a conversa que ocorreu com o promotor de justiça, a secretária de Educação Debma e o prefeito Mincar Marim, sobre a possível não abertura de matrículas para o ano de 2021, e isso muito nos preocupa, pois não queremos perder nossa pedagogia e que vamos lutar até o fim para que abra matrículas sim para 2021. E para encerrar foi colocado a melhoria da estização das famílias, na qual a associação tinha pedido.

Ficou decidido nessa reunião que os membros irão se reunir novamente no dia 19 de fevereiro para tratar de novos assuntos. Eu Serranda Teixeira Acerbi Pereira da Silva o presente ata que, será assinada por todos os participantes presentes: 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100.

Ata da Reunião da Associação de Pais da Escola Família  
picola faziza de Paula Munizite - APEFA - Barra de São  
rancoso G.S.

As 19 (dezenove) dias do mês de fevereiro de 2020 (dois  
mil e vinte), às 19 horas nas dependências da Escola Família

## Anexos 10: estatuto social da APEFA (vide as próximas páginas)

### APEFA



APEFA – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

#### ESTATUTO SOCIAL DA APEFA

**ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA “JACYRA DE PAULA MINIGUITE”- RODOVIA BARRA DE SÃO FRANCISCO X ECOPORANGA, KM 07- COº DO RECREIO C.POSTAL –13 BARRA DE SÃO FRANCISCO - ES**

#### CAPÍTULO I

##### Denominação – Duração – Sede e Foro

**Art. 1:** **ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA “JACYRA DE PAULA MINIGUITE”**, (APEFA) é uma Sociedade Civil sem fins lucrativos de caráter familiar – comunitário – educacional, inscrita no CNPJ nº 08.761.750/0001-98.

**Art. 2:** O tempo de duração da APEFA, fundada no dia 22/08/2005 é indeterminado e regido pelo presente Estatuto, renovado e aprovado pela Assembleia Geral do dia (21/08/2017), conforme dispositivos legais vigentes.

**Art. 3:** A APEFA (**ASSOCIAÇÃO DE PAIS DA ESCOLA MUNICIPAL FAMÍLIA AGRÍCOLA “JACYRA DE PAULA MINIGUITE”**) tem foro na Comarca de Barra de São Francisco, sede na Rodovia Barra De São Francisco X Ecoporanga, Km 07 – Córrego Do Recreio - Barra De São Francisco – ES.

#### CAPÍTULO II

##### Das Finalidades

**Art. 4:** A APEFA tem por finalidade proporcionar a seus sócios e parceiros, as possibilidades de:

- a) Estimular o espírito associativista, solidariedade e ajuda mútua entre seus membros e seu meio social.
- b) Realizar suas responsabilidades educacionais de formação no estabelecimento de ensino **Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”** preservando e expandindo os princípios filosóficos e pedagógicos do sistema da Pedagogia da Alternância dos CEFFA's (Centro Familiar de Formação em Alternância), proporcionando à família recuperar sua função pedagógica.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

- c) Assumir e executar as atividades de gerência, administração e manutenção do estabelecimento de ensino Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” em parceria com a mantenedora PMBSF Prefeitura Municipal De Barra De São Francisco.

**Parágrafo Primeiro:** A Parceria na gerência, administração e manutenção da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” e PMBSF Prefeitura Municipal De Barra De São Francisco respeita os princípios políticos e pedagógicos, historicamente constituídos pelos CEFFA’s (Centros Familiares de Formação em Alternância), baseado numa gestão compartilhada assegurando o protagonismo do beneficiário.

**Parágrafo Segundo:** A efetivação do projeto político pedagógico da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”, acontece com os parceiros internos (Famílias, Monitores, APEFA e Prefeitura Municipal De Barra De São Francisco e externos, cada qual com suas funções e papéis específicos, dentro dos preceitos da autonomia), da corresponsabilidade e das orientações decididas nas instâncias coletivas da articulação regional – nacional - internacional dos CEFFA’s, podendo ainda dispor de órgão próprio de comunicação e publicidade.

**Art. 5:** Para atender suas finalidades a APEFA poderá celebrar projetos, comercializar o excedente da produção da propriedade agrícola do CEFFA, firmar parcerias nos termos da Lei nº 13.019/2014, acordos e similares, com organismos e instituições de qualquer natureza, assim como, poderá filiar-se a outros organismos de âmbito regional e nacional, bem como colaborar em atividades similares às suas.

**Parágrafo Único:** Para garantir as finalidades e custear as despesas da APEFA, os associados com filhos matriculados na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” contribuirão com uma cotização mensal cujo valor será definido na assembleia geral de início de ano.

### CAPÍTULO III

#### Dos Sócios

**Art. 6:** Serão admitidos como sócios da APEFA, todas as famílias com estudante regularmente matriculado no curso ofertado na Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite”, representada por um ou mais membros, maiores de 18 (dezoito) anos de idade e também ex-estudantes e simpatizantes do projeto da Pedagogia da Alternância, que se inscreverem voluntariamente na 1ª Assembleia Geral realizada no início do ano que sejam aceitos pela mesma, tendo seus nomes registrados no Livro Ata da associação.

**Parágrafo Único:** Serão demitidos ou excluídos dos quadros da APEFA, todos os sócios que os filhos não tenham mais vínculo estudantil com a Escola Municipal Família Agrícola “Jacyra de Paula Miniguite” e demais associados, sendo desfilhados a partir da terceira falta consecutiva na participação das assembleias da APEFA, serão ainda excluídos os sócios que não cumprirem com seus deveres de associados, conforme Art.8 deste estatuto.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com



## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

### **Art. 7: São direitos dos associados:**

- a) Gozar dos serviços e atividades prestadas pela APEFA, EMFA “Jacyrá de Paula Miniguete”, PMBSF, articulação regional, nacional, internacional dos CEFFAS e participar de sua administração.
- b) Solicitar da diretoria executiva a convocação de Assembleia Geral com no mínimo um quinto dos associados, através de ofício ou carta contendo os objetivos da convocação.
- c) Apresentar novos candidatos a sócios.
- d) Se desligar do quadro social desde que se encontre em dia com suas obrigações.

**Parágrafo único:** Para assumir cargos diretivos é necessária comprovada vivência na profissão de agricultor (a) ou vínculo direto com atividades do campo ou vivência, conhecimento e dedicação ao movimento dos CEFFAs e da Pedagogia da Alternância.

### **Art. 8: São deveres dos sócios:**

- a) Respeitar o Estatuto, regulamentos internos e decisões dos órgãos dirigentes da Associação.
- b) Participar das atividades que lhes competem dentro da Associação.
- c) Cumprir as tarefas que tenha assumido.
- d) Cumprir com as contribuições (taxas, cotizações) e colaborar para que a Associação cumpra seus objetivos.
- e) Cumprir com os acordos contidos no Contrato de Formação que é assinado no ato da matrícula escolar do estudante.

**Art. 9:** De acordo com o grau de faltas cometidas, avaliadas pela diretoria e ou assembleia Geral, todos associados estão sujeitos a:

- a) Advertência verbal ou escrita, em caráter reservado.
- b) Exclusão do quadro social, havendo justa causa, assim reconhecida em procedimento que assegure direito de defesa e de recurso.

**Parágrafo Único:** Todo sócio está livre a recorrer dos seus direitos, mesmo que seja processado ou responsabilizado civil ou criminalmente pela falta cometida.

## **CAPÍTULO IV**

### **Do Patrimônio e dos Meios de Manutenção**

**Art. 10:** O patrimônio da APEFA são todos os bens adquiridos que se constituem o acervo da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete” sob a responsabilidade jurídica e direito de propriedade da mantenedora PMBSF, administrado e mantido através de uma gestão compartilhada, com posse caracterizando um bem para fins equiparados a gratuidade dos serviços públicos.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

**Parágrafo Primeiro:** É vedada qualquer vinculação dos bens, patrimônio da APEFA, dos seus sócios e diretoria.

**Parágrafo segundo:** A totalidade da renda apurada deve ser aplicada na melhoria de seus benefícios e ao fim de cada exercício ser destinado a incorporação patrimonial.

**Parágrafo Terceiro:** Em caso de dissolução da entidade consideradas as doações condicionadas, seus bens terão o destino ao patrimônio municipal pela assembleia Geral, priorizando entidade de caráter e finalidade similares às Escolas que funcionam no regime da Pedagogia da Alternância e secundariamente a favor do Poder Público.

**Art. 11:** Para a sua manutenção a APEFA poderá contar com termos de fomento e de colaboração, doações, campanhas, projetos, rendas, contribuição de seus sócios e outras parcerias desde que não afete seus princípios.

## CAPÍTULO V

### Da Estrutura Administrativa

**Art.12:** Para cumprir seus objetivos a APEFA constitui dos seguintes órgãos:

- a) Assembleia Geral.
- b) Diretoria Executiva.
- c) Conselho Fiscal.
- d) Comissões de serviços.
- e) Conselho Administrativo.

**Art.13:** A assembleia Geral é órgão máximo da APEFA, constituída por seus associados descrito no art. 6 do presente Estatuto.

**Art. 14:** A assembleia Geral se reunirá ordinariamente no início e no final de cada ano civil para planejar e avaliar as atividades e extraordinariamente quando necessário, e convocada pelo presidente da APEFA com no mínimo dez dias de antecedência sendo presidida pelo mesmo. A primeira convocação com o quórum mínimo de cinquenta por cento mais um e a segunda convocação, meia hora após a primeira, com o quórum dos associados presentes quites com seus deveres. As decisões terão validade com a aprovação do quórum presente nas assembleias.

**Parágrafo Único:** Fica garantido a 1/5 (um quinto) dos associados o direito de promover à convocação dos órgãos deliberativos.

**Art. 15: Compete a assembleia Geral:**

- a) Discutir e aprovar a programação anual, planejamento, programas e projetos no início de cada ano letivo da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

- b) Deliberar sobre as prioridades e o planejamento de trabalho a ser desenvolvido pela APEFA.
- c) Discutir e aprovar a proposta pedagógica da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”
- d) Definir cotizações, admitir e demitir sócios, eleger ou substituir membros da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.
- e) Apreciar e decidir sobre proposta de reformulação estatutária e dissolução da Associação.
- f) Nomear as comissões de serviços especificando a abrangência de sua ação.
- g) Examinar e aprovar relatórios de atividades, prestação de contas, balancetes e pareceres emanados do Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e ou da Diretoria Executiva.
- h) Aprovar o Regimento Interno da APEFA.
- i) Decidir, em instância final sobre as questões que lhe forem submetidas pela Diretoria, Conselho Fiscal e Conselho Administrativo.

**Parágrafo Único:** A aprovação das propostas “d” e “e” do artigo (15) quinze, serão feitas exclusivamente em assembleia Geral e será necessária participação de cinquenta por cento mais um em primeira chamada e com quórum dos associados presentes quites com seus deveres em segunda convocação, meia hora após a primeira conforme Art. 14.

### Da Diretoria Executiva

**Art. 16:** A Diretoria Executiva é o órgão de administração e execução da APEFA e é composta de:

- Um (a) Presidente (a).
- Um (a) Vice-Presidente (a)
- Um (a) Secretário (a)
- Um (a) Vice-Secretário (a)
- Um (a) Tesoureiro (a)
- Um (a) Vice -Tesoureiro (a)

**Art. 17:** Compete a Diretoria Executiva:

- a) Administrar e representar a APEFA.
- b) Convocar e coordenar as reuniões da Assembleia Geral e do Conselho Administrativo.
- c) Apoiar e avaliar o trabalho dos operadores bem como encaminhar o resultado desta avaliação aos órgãos competentes sugerindo a admissão ou demissão dos mesmos.
- d) Reunir-se ordinariamente a cada mês e extraordinariamente quando necessário.
- e) Cuidar para que os objetivos da APEFA sejam cumpridos.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

**Art. 18: São atribuições específicas dos membros da Diretoria Executiva, no exercício de suas funções:**

- a) O Presidente dirigirá a Associação representando-a ativamente e passivamente em qualquer ato administrativo, judicial ou extrajudicial no interesse da APEFA, podendo delegar poderes em nome da Diretoria, convocar e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral; assinará com o primeiro secretário os contratos, atos e obrigações em nome da diretoria; firmará, com o primeiro tesoureiro, cheques, ordens de pagamento e atos administrativos similares que envolvam a movimentação financeira da APEFA, bem como agirá de maneira a manter a unidade e harmonia de ação administrativa fiel à filosofia e finalidades da Associação.
- b) O Secretário será responsável pela escrituração de todo expediente da Associação, de lavratura de Atas de reuniões da Diretoria, do Conselho Administrativo e da Assembleia Geral; manterá em dia os registros, correspondências e arquivos da entidade.
- c) O Tesoureiro efetuará os recebimentos e pagamentos da Associação, orientará a gestão financeira da entidade mantendo em ordem sua escrituração contábil, firmará com o presidente os cheques, ordens de pagamentos e atos relacionados com as despesas da Associação; preparará com o Presidente a parte econômica do relatório da diretoria a ser apresentado à assembleia Geral com a prestação de contas do balanço anual e no final da gestão.
- d) O (a) Vice-Presidente (a) colaborando com o presidente em suas atividades cotidianas será seu substituto em seu impedimento ou faltas ocasionais; o mesmo ocorrendo com o (a) vice-secretário (a) e o (a) vice-tesoureiro (a).

### **Do Conselho Fiscal**

**Art.19:** O Conselho Fiscal é composto de três titulares e três suplentes, indicados entre os membros efetivos, o presidente e secretário.

**Art.20: O Conselho Fiscal da APEFA tem a função de supervisionar e fiscalizar o funcionamento da Associação nos seguintes aspectos:**

- a) Sobre as linhas filosóficas no que diz respeito à participativa das famílias e o cumprimento do princípio da gerência do beneficiário; sobre a promoção do desenvolvimento solidário e sustentável do campo e sobre a garantia dos princípios da Pedagogia da Alternância.
- b) Sobre os planos de trabalhos nos aspectos pedagógicos relacionados aos estudantes, famílias e monitores; sobre os aspectos administrativos, relacionados aos orçamentos, parcerias, manutenção e projetos; no agropecuário, relacionado à extensão rural, cultivo da propriedade agrícola e a ruralidade na sede da APEFA.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

- c) Sobre a avaliação anual, envolvendo os parceiros: estudantes, famílias e monitores.
- d) Sobre a prestação de contas, relacionada às atividades em geral, o acervo patrimonial e a movimentação financeira.
- e) Sobre a ordem estatutária, relacionada ao expediente do Estatuto, registro e obrigações jurídicas.

**Parágrafo Único:** O Conselho Fiscal reunir-se-á ordinariamente, duas vezes por ano e extraordinariamente quando necessário para preparar e executar as atividades de supervisão e fiscalização; tendo livro próprio de registro das atas das reuniões.

### **Do Conselho Administrativo.**

**Art. 21:** O Conselho Administrativo é o espaço de congregar todas as categorias que compartilham e compõem a comunidade escolar da APEFA, com a função de contribuir no processo de planejamento, encaminhamento e avaliação das atividades em geral.

#### **Art. 22: Constitui o Conselho Administrativo da APEFA:**

- a) Diretoria Executiva da Associação.
- b) Conselho Fiscal.
- c) Comissões de Serviços (Administrativa, Pedagógica e Agropecuária).
- d) Coordenação da Equipe de Monitores.
- e) Representação da Equipe de Funcionários.
- f) Articulação geral da Associação dos Estudantes.

**Art. 23:** O Conselho Administrativo reunir-se-á no início de cada ano letivo para preparar o planejamento geral da APEFA a ser submetido à aprovação da Assembleia Geral e, no final do ano, para elaborar e analisar os relatórios de atividades nos aspectos político-pedagógico, administrativo-financeiro e agropecuário e encaminhá-los para aprovação da Assembleia.

### **Das Comissões de Serviços**

**Art. 24:** As Comissões de Serviços são constituídas por membros beneficiários da Assembleia Geral, com representação de estudantes, de monitores/professores, de entidades públicas, de serviços sociais e técnicos da área de abrangência que exerçam atividades afins às funções de cada comissão, garantindo abertura e interação entre a APEFA e a comunidade em geral.

## **CAPÍTULO VI**

### **Das Eleições**

**Art. 25:** A Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal serão eleitos para mandatos de dois (2) anos, podendo ser reeleitos ou destituídos total ou parcialmente de acordo com a Assembleia Geral.

## APEFA



**APEFA** – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguete”  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

**Art. 26:** O registro dos candidatos se fará por chapa completa com os nomes dos candidatos da Diretoria Executiva e do Conselho Fiscal podendo ser registrada por um candidato, com o prazo mínimo de quinze (15) dias de antecedência das eleições e até cinco (5) dias para sua impugnação.

**Parágrafo Único:** As chapas ou a chapa, para concorrer às eleições, precisam se compor com no mínimo, dois terços dos sócios com comprovada vivência na profissão de agricultor (a) sendo o cargo de presidente e vice-presidente, impreterivelmente com este caráter.

**Art. 27:** As eleições da Diretoria Executiva e Conselho Fiscal serão feitas por chapas buscando o consenso entre os associados, em reunião da Assembleia Geral específica para este fim, trinta (30) dias antes do término de cada mandato, aprovada por voto de aclamação da maioria absoluta dos sócios, desde que se encontre em pleno gozo de seus direitos sociais e pela mesma forma ou outra metodologia de escolha (eleição) de chapa indicada pela diretoria em exercício.

**Parágrafo Primeiro:** Fica a cargo da Diretoria Executiva em exercício coordenar a dinâmica e a metodologia de votação, sabendo que para ser candidato a qualquer cargo nas chapas de diretoria e conselho fiscal é necessário ser sócio com comprovação efetiva de cumprimento de suas responsabilidades política, pedagógica e administrativa no movimento dos CEFFAs, buscando sempre garantir a unidade princípios e finalidades da organização.

**Parágrafo Segundo:** A Diretoria da Associação fixará em locais públicos, geralmente frequentados pelos associados, edital de convocação contendo data, local de votação, prazo para registro de chapa, expediente, prazo para registro e impugnação, datas, horários para segunda votação, bem como da nova eleição em caso de empate das chapas mais votadas.

**Parágrafo Terceiro:** A diretoria, para apresentar as chapas para votação em assembleia, fará leitura do capítulo deste Estatuto que diz sobre as eleições, ouvirá o parecer do Conselho Fiscal sobre o processo de constituição das chapas e apresentará os candidatos com o nome e suas respectivas funções.

**Art.28:** Para compor o Conselho Administrativo a assembleia indicará sócios para as comissões de serviços dos setores Administrativo, Pedagógico e Agropecuário e aprovará outros representantes indicados pela Diretoria de entidades e de outras instâncias da comunidade escolar.

## CAPÍTULO VII

### Das Disposições Gerais e Transitórias

**Art.29:** A APEFA disporá de livros de atas de reuniões da Assembleia Geral; Atas das reuniões da Diretoria Executiva e Conselho Administrativo; Atas do Conselho Fiscal; Livros fiscais e contábeis obrigatórios, de acordo com as necessidades vigentes. A responsabilidade da escrituração e documentação é do Secretário da Associação, auxiliado pelo serviço de Secretaria e Administração Escolar da APEFA.

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## APEFA



**APEFA – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”**  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

**Art. 30:** A APEFA não remunera nem distribui vantagens ou benefícios, direta o indiretamente, por qualquer forma de título, em razão das competências, funções ou atividades inerentes ao cargo, aos membros da sua Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho Administrativo e nem aos associados.

**Art. 31:** A APEFA não distribui resultados, dividendos, bonificações, participação ou parcela do seu patrimônio sob nenhuma forma ou pretexto aos seus associados ou terceiros, empregando todos os resultados financeiros na consecução de suas finalidades.

**Art. 32:** A APEFA na realização de suas atividades, em vista de alcançar suas finalidades, agirá conforme seus Estatutos e Regimento Comum do (s) CEFFA(s) e da mantenedora PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA DE SÃO FRANCISCO.

**Art. 33:** Em caso de a família associada não poder arcar com a cotização, a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal encaminharão juntamente com a família, outras formas de contribuição, sendo que o estudante não perderá de forma alguma, seus direitos estudantis por este motivo.

**Art. 34:** Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio da finalidade, ou pela confusão patrimonial, poderá o juiz decidir, a requerimento da parte, ou Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, proferir sentença sobre o assunto.

**Art. 35:** Em nenhuma hipótese os associados responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais da APEFA.

**Art. 36:** Os casos omissos neste Estatuto ou de interpretação duvidosa serão encaminhados pelo Conselho Administrativo e referendados pela Assembleia Geral.

**Art. 37:** Este Estatuto foi discutido e aprovado na Assembleia Geral do dia 21 de Agosto de 2017 e entra em vigor a partir desta data.

**APEFA – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyrá de Paula Miniguite”**

**Barra de São Francisco – ES, 21 de agosto de 2017**

---

**Eliane Lopes de Freitas**

**CPF: 026.496.526-33**

**Presidente**

---

**Sueli de Oliveira Toste Gonçalves**

**CPF: 128.809.387-08**

**Secretária**

---

**Joaquim Alves da Cunha**

**CPF: 525.642.157-34**

**Vice-Presidente**

---

**Regiane Rodrigues da Silva**

**CPF: 089.266.317-02**

**Vice-Secretária**

Rodovia Barra de São Francisco / Ecoporanga, km 07 – Córrego do Recreio – Zona Rural – Cx Postal:13  
Barra de São Francisco/ES – CEP: 29.800-000 - Tel. (027) 3756-7677 / 9891-5039.  
Email: efabsfmedio@gmail.com

## **APEFA**



**APEFA – Associação de Pais da Escola Municipal Família Agrícola “Jacyr de Paula Miniguite”**  
Barra de São Francisco - ES  
Fundação: 22 de Agosto de 2005.

---

**Marcuzalém Rodrigues da Costa**  
CPF: 082.584.917-92  
Tesoureiro

---

**Eliana Soares da Rocha Parreira**  
CPF: 114.425.037-42  
Vice Tesoureiro

---

**Josiano Cardoso**  
CPF: 083.158.037-27  
Conselho Fiscal Efetivo

---

**José Carlos Paulli**  
CPF: 978.841.977-15  
Conselho Fiscal Suplente

---

**Maria Nilza de Souza Paulli**  
CPF: 316.923.542-72  
Conselho Fiscal Efetivo

---

**Wendel Kaiser Parreira**  
CPF: 068.560.377-67  
Conselho Fiscal Suplente

---

**Elizangela Alves de Souza**  
CPF: 096.108.067-16  
Conselho Fiscal Efetivo

---

**Onélio Rosa da Silva**  
CPF: 084.169.707-85  
Conselho Fiscal Suplente